

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

RODRIGO SZYMANSKI

**O PROCESSO FORMATIVO DE LIDERANÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA
DÉCADA DE 1980: A EXPERIÊNCIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE EM
CRICIÚMA, SC**

CRICIÚMA

2023

RODRIGO SZYMANSKI

**O PROCESSO FORMATIVO DE LIDERANÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA
DÉCADA DE 1980: UMA EXPERIÊNCIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE EM
CRICIÚMA, SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Carlos Renato Carola

CRICIÚMA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S999p Szymanski, Rodrigo.

O processo formativo de lideranças sociais e políticas na década de 1980 : a experiência da Pastoral da Juventude em Criciúma, SC / Rodrigo Szymanski. - 2023.

102 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2023.

Orientação: Carlos Renato Carola.

1. Obras da Igreja junto aos jovens - Igreja Católica. 2. Jovens - Conduta. 3. Teologia da libertação. 4. Formação humana. I. Título.

CDD. 22. ed. 259.2

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

RODRIGO SZYMANSKI

**O PROCESSO FORMATIVO DE LIDERANÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA
DÉCADA DE 1980: UMA EXPERIÊNCIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE EM
CRICIÚMA, SC**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em educação na área de educação no Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 19 de Julho de 2023. (data da defesa)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Renato Carola - (UNESC) - Orientador

Prof. Dr. Allan da Silva Coelho - (USF)

Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral- (UNESC)

A todos e todas que já foram JUVENTUDES e
ousaram sonhar a utopia da civilização do amor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria em primeiro lugar agradecer ao Deus da vida, e aos meus anos de formação na PJ e no Cristianismo da Libertação que me tornaram quem eu sou.

A Kaki Farias, companheira para todas as horas, amor que nasceu, cresceu e se tornou alimento para o dia a dia, TE AMO. Revisora primeira deste trabalho com suas correções intermináveis, dicas qualificadas, sugestões, chamadas de atenção homéricas pela minha procrastinação, dicas metodológicas fundamentais e rigorosas, sem você este trabalho não existiria, dedico a você o resultado deste trabalho.

À minha família, Seu Elói e Dona Hilarinda, pela dedicação de vida para garantir a existência, obrigado por tudo. Tamires, Denise, Felipe, Marcelo, Mateus, Brigitte, Jorge, Nazaré e Fabrício. Obrigado por ser família.

Ao Professor Carola, pela orientação deste trabalho e as dicas de caminhos a serem seguidos, pelas sugestões sempre críticas ao processo de modernidade e a necessidade de pensar uma América Latina Decolonial.

Ao Programa PPGE, seus professores e funcionários, que contribuíram para minha formação nestes anos pandêmicos. Aos professores que lecionaram disciplinas nesse período e contribuíram com suas reflexões e sugestões teóricas. Janine, Alex, Gildo, Ricardo, e Gladir, que se dispôs a ser banca deste trabalho juntamente com o Professor Allan (USF), meu agradecimento pelas contribuições.

Aos colegas de turma, especialmente meu carinho ao grupo Rebeldes, Ir Isabela subversiva, Ivan anarquista, Andresa mãe e arte educadora que movimentavam criticamente qualquer teoria, um grupo que mostra a pluralidade e diversidade da vida, onde a rebeldia é necessária.

Aos amigos-irmãos que a vida me deu, Juliano, Davi e Barzan e a Confraria. Ao amigo professor Paulinho pelos debates sobre o tema com cafés, com os amigos do Papo Café. Aos Companheiros “Crisóstomo’s” (Cladilson, Vinicius, Thiesco, Jean, Uilian e Elson)

Aos professores, professoras e alunos da Escola Barão do Rio Branco, por me proporcionarem a possibilidade de ser um educador e experimentar as dores e alegrias com a educação, esta escola faz a diferença para a vida de todos que por ali passam.

Ao mandato do deputado Estadual Padre Pedro Baldissera e a todos que dele fazem parte, por ter me proporcionado tanto aprendizado e amizade.

Aos Trabalhadores Catarinenses que através da **UNIEDU** financiaram este trabalho por bolsa de estudo. Meu muito obrigado.

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os
homens e mulheres se libertam em comunhão.

Paulo Freire

RESUMO

No Brasil, a organização de jovens na década de 1980 esteve diretamente ligada aos caminhos da Igreja Católica, que passaram, dentre outros aspectos, pela construção da Pastoral da Juventude (PJ), organização nacional resultante de experiências sociais e eclesiais durante o período da Ditadura Militar e o processo de reabertura política. Entre as décadas de 1970 e 1980 a PJ se organizou de forma singular na experiência dos grupos de base ligados à realidade político-social-eclesial de comunidades. É nesse contexto que nasceram os primeiros Grupos de Jovens que acabaram por influenciar fortemente as ações de uma igreja engajada e militante. Diante desse processo, esta pesquisa tem como **objetivo** compreender como ocorreu o processo de formação de lideranças sociais e políticas realizado pela Pastoral da Juventude e pelos grupos de jovens em Criciúma na década de 1980. Tem como **objetivos específicos**: (1) verificar a metodologia usada para a formação dos jovens nos grupos de base; (2) investigar a trajetória formativa de militância social e política de jovens oriundos dos espaços eclesiais e (3) analisar as estruturas e organização do grupo de Jovem Adolescente Aliança de Criciúma. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa baseou-se em arquivos de entidades que ainda preservam o material relacionado ao tema, que possuem materiais relacionados ao tema, incluindo um acervo com classificação da Pastoral da Juventude. Foram usados como fonte fundamental para o desenvolvimento do trabalho os arquivos do Grupo de Jovens Aliança da Cidade de Criciúma, atas e relatórios, bem como outros materiais pertencentes a acervos pessoais dos ex-participantes do grupo. Paulo Freire é o principal referencial teórico da pesquisa, sendo que as categorias manejadas para compreender o processo formativo dos jovens militantes cristãos.

Palavras-chaves: Pastoral Juventude. Grupo de Jovens. Jovem Cristão. Teologia Libertação.

ABSTRACT

In Brazil, the organization of young people in the 1980s was directly linked to the paths of the Catholic Church, which included, among other aspects, the construction of the Pastoral da Juventude (PJ), a national organization resulting from social and ecclesiastical experiences during the period of the Dictatorship. Military and the process of political reopening. Between the 1970s and 1980s, the PJ was organized in a unique way in the experience of grassroots groups linked to the political-social-ecclesial reality of communities. It is in this context that the first Youth Groups were born and ended up strongly influencing the actions of an engaged and militant church. Given this process, this research aims to understand how the process of training social and political leaders carried out by the Youth Ministry and youth groups in Criciúma occurred in the 1980s. Its specific objectives are: (1) verify the methodology used for the training of young people in base groups; (2) investigate the formative trajectory of social and political activism of young people from ecclesiastical spaces and (3) analyze the structures and organization of the Young Adolescent Alliance of Criciúma group. As methodological procedures, the research was based on archives of entities that still preserve material related to the topic, which have materials related to the topic, including a collection classified by the Youth Ministry. The archives of the Grupo de Jovens Aliança da Cidade de Criciúma, minutes and reports, as well as other materials belonging to the personal collections of the group's former participants, were used as a fundamental source for the development of the work. Paulo Freire is the main theoretical reference of the research, with the categories used to understand the formative process of young Christian activists.

Keywords: Youth Ministry. Group of young people. Young Christian. Liberation Theology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PJ	Pastoral da Juventude
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
PT	Partido dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CELAM	Conferência Episcopal Latino Americana
TL	Teologia da Libertação
CL	Cristianismo da Libertação
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
UNE	União Nacional dos Estudantes
ACE	Ação Católica Especializada
ENJOCRI	Encontro de Jovens de Criciúma
CEDIP	Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular
S.A.	Sociedade Anônima
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RACA	Retiro e Acampamento de Carnaval
DCE	Diretório Central dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA FORMAÇÃO SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL	15
2.1	A OPÇÃO PELOS POBRES E OS ESPAÇOS FORMATIVOS DOS JOVENS.....	15
2.1.1	Comunidades eclesiais de base e o cristianismo da libertação	19
2.1.1.1	Cristianismo da Libertação e Teologia da Libertação	20
2.1.1.1.1	A Pedagogia do Oprimido e as CEB's	25
3	O GRUPO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E PEDAGÓGICA DA PASTORAL DA JUVENTUDE.....	32
3.1	A FORMAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA LIBERTADORA.....	32
3.1.1	Formação humana e a relação com a Juventude	36
3.1.1.1	Afinal, o que é a juventude?	38
4	A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO GRUPO DE JOVENS ALIANÇA	43
4.1	A PASTORAL DA JUVENTUDE E O GRUPO DE JOVENS.....	43
4.1.1	O caminho escolhido para a pesquisa	58
4.1.1.1	Desvelando o mundo: uma leitura da realidade por meio de temas geradores.....	61
4.1.1.1.1	A experiência eclesial do grupo: uma forma dialógica de conscientização.....	65
4.2	PROTAGONISMO E AUTONOMIA COMO AÇÃO CONSCIENTIZADORA.....	72
4.3	A FORMAÇÃO DO GRUPO ALIANÇA SOB OS OLHARES DE QUEM VIVENCIOU.....	75
4.4	MIOTELLO: UM PADRE, UM EDUCADOR.....	76
4.5	A NARRATIVA DA VIVÊNCIA DE DOIS JOVENS NO GRUPO ALIANÇA.....	82
4.6	A IMPORTÂNCIA DO GRUPO ALIANÇA PARA A FORMAÇÃO HUMANA..	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

Diversas organizações de jovens na década de 1980 estiveram diretamente ligadas aos caminhos da Igreja Católica, que passaram, dentre outros aspectos, pela construção da Pastoral da Juventude (PJ), organização nacional resultante de experiências sociais e eclesiais durante o período da Ditadura Militar e o processo de reabertura política. Entre as décadas de 1970 e 1980 a PJ se organizou de forma singular na experiência dos grupos de base ligados à realidade político-social-eclesial de comunidades. É nesse contexto que nasceram os primeiros Grupos de Jovens que acabaram por influenciar fortemente as ações de uma igreja engajada e militante.

É neste contexto histórico da cidade de Criciúma que realizamos nossa pesquisa. No desenvolver dos primeiros passos da pesquisa descobrimos os arquivos do Grupo de Jovens Aliança e as Atas das reuniões. O contato com ex-integrantes nos levou a olhar para o grupo, que tinha todos os critérios para responder à indagação sobre o processo de formação de lideranças sociais e políticas realizada pela Pastoral da Juventude e pelos grupos de jovens em Criciúma, na década de 1980. O contato com integrantes do grupo nos possibilitou perceber a metodologia dos encontros usada para a formação dos jovens nos grupos de base. Bem como investigar a trajetória formativa de militância social e política de jovens oriundos dos espaços eclesiais e analisar as estruturas e organização do grupo de Jovem-Adolescente Aliança de Criciúma.

A Pastoral da Juventude é uma das diversas organizações que contribuíram para a formação de lideranças, mas não apenas, contribuíram antes de tudo para a formação do indivíduo que estava vivenciando um novo momento histórico. Não tratamos os jovens que participavam todos como líderes de uma vanguarda revolucionária. No decorrer da vida, as centenas de jovens seguem caminhos diversos. A tentativa inicial deste trabalho foi contribuir para compreender a “gestação” do pensamento crítico, da formação humana e da importância de uma formação democrática e participativa.

Já como procedimentos metodológicos, a pesquisa analisou fontes documentais relacionadas à Pastoral da Juventude. Foram analisadas atas e relatórios do Grupo de Jovens Aliança da cidade de Criciúma, bem como outros materiais pertencentes a acervos pessoais dos ex-participantes do grupo e entrevistas com dois participantes do grupo e com o padre que foi uma das principais referências formativas para a juventude católica. As entrevistas foram realizadas presencialmente com os dois ex-integrantes do grupo, utilizando perguntas

pré-elaboradas, mas de forma aberta. Já a entrevista com o ex-padre foi realizada por meio eletrônico, através de videoconferência gravada, pelo fato de o entrevistado morar distante de Criciúma.

Utilizamos no trabalho as atas, que possuem como função preservar os registros dos encontros do Grupo de Jovens, tendo clareza que os documentos são registros do que aconteceu. À medida que manejamos e damos sentidos ao documento, nós o transformamos em “fonte histórica” (MAUAD; CAVALCANTE, 2010, p. 29).

Além das fontes documentais, também complementa-se a pesquisa com fontes orais com entrevistas de dois integrantes do Grupo de Jovens Aliança. Com as entrevistas alcançamos pelo menos três objetivos principais: equacionar dúvidas suscitadas pelas fontes documentais, identificar aspectos centrais da Pedagogia da Pastoral da Juventude e perceber o perfil atual de consciência política dos ex-integrantes do Grupo de Jovens.

Na primeira parte do trabalho, falamos sobre “Comunidades Eclesiais de Base e o Cristianismo da Libertação”, da qual a PJ faz parte, podendo ser chamada de “juventude das CEB’s e Juventude do Cristianismo da Libertação”. É importante compreender quais os fundamentos, principalmente de uma Teologia da Libertação, que influenciam na formação dos jovens nas bases. É a partir dessa reflexão teológica que modifica as concepções de cristianismo tradicional, principalmente o catolicismo, que se abre espaço para repensar novas formas de um catolicismo com o rosto da América Latina. Os grupos de Bases da PJ são resultado deste pensamento.

O segundo capítulo tem como título “O grupo como espaço de formação: A experiência histórica e pedagógica da Pastoral da Juventude na cidade de Criciúma”. Aqui, a ideia é compreender a PJ como pastoral de organização nacional com uma metodologia de trabalho própria, que orienta os grupos de jovens nas suas bases. Destacamos o processo de formação integral aplicada e os marcos formativos apresentados pelos documentos da própria pastoral.

E por último, na terceira parte, tratamos a “Memória das formações iniciais e experiências formativas da juventude católica em Criciúma”, completando os estudos necessários para defesa desta dissertação. Analisamos as trajetórias dos integrantes do Grupo Aliança, por meio de entrevistas, usando a História Oral para compreender o percurso formativo desse grupo de jovens. Por meio das entrevistas, ouvimos e investigamos a memória de alguns dos membros do grupo que atualmente encontram-se na faixa dos 60 anos

de idade. Entendemos a memória, neste caso, como um “fenômeno coletivo e social”, que para Halbwachs (2006), orienta e condiciona uma construção coletiva das memórias individuais, num fluxo dinâmico de mudanças, transformações e ressignificações constantes.

No presente trabalho, usou-se a categoria memória para compreender o processo formativo do Grupo de Jovem Aliança, através das atas e das memórias dos indivíduos que vivenciaram a experiência do coletivo.

Os grupos a que os indivíduos pertencem estruturam a memória. Halbwachs (1990) diz que a memória coletiva é o processo de participação das memórias individuais, e que as memórias sempre serão seletivas. Assim, utilizamos a análise da ata do Grupo de Jovens Aliança avaliando as estruturas ao longo de três anos de trabalho, de 1979 até 1982. Nos documentos encontramos as estruturas das reuniões vivenciadas, bem como o desenvolvimento formativo integral e progressivo do coletivo de adolescentes que atuavam naquela realidade eclesial.

As atas são fontes históricas, mas fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Os documentos são registros e testemunhos de atos acontecidos, ou seja, “são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos” (SAVIANI, 2004, p. 6). As atas das reuniões do Grupo de Jovem Aliança são nossas fontes, e é através delas, juntamente com a fonte oral, que produzimos um conhecimento histórico sobre a formação política deste grupo de jovens que teve uma experiência formativa na década de 1980.

Por último, cabe destacar que o desenvolvimento desta pesquisa parte de uma experiência pessoal vivenciada pelo autor na Pastoral da Juventude, na formação inicial como militante e na formação que ocorreu por meio de experiências no Grupo de Jovens ligado à Igreja Católica e ao pensamento da Teologia da Libertação. Foi nesse espaço que moldamos nossa visão de mundo, de forma coletiva, com companheiros de vivências, e onde fomos provocados a fazer uma leitura crítica de mundo, a ver com olhos usando lentes de uma ética cristã libertadora.

É claro que essa formação foi completada em outros espaços, como a escola, a faculdade, a política, a sociedade, mas tudo começou nos tempos de PJ. É essa experiência primária que nos fez ver o mundo e julgar as condições para, assim, agir diante dos caminhos que a vida apresenta. Vale frisar que mencionar que fazemos parte deste espaço pastoral não

nos incapacita de analisar o objeto aqui pesquisado, já que são épocas diferentes a serem estudadas, da mesma forma a metodologia que construímos para garantir o rigor acadêmico.

Destacamos, ainda, que os tempos, tanto da pastoral como o da Igreja, são outros e requerem análises mais profundas. Somos de gerações diferentes, de sistemas políticos diferentes, lembrando que o período investigado nesta dissertação compreende a Ditadura Militar (1964-1985) e o processo de abertura política, diferente da época em que estivemos no Grupo de Jovens, nos anos 2000. Existe uma diferença geracional estabelecida, garantindo o distanciamento do objeto em pelo menos duas décadas.

Em 2003 nossa participação no grupo se dava diante de um Brasil que era governado pelo presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), partido que nasceu tendo como base a experiência e a influência da Teologia da Libertação, das CEB's e da PJ. O PT nasceu em 1980, mesmo período em que o Grupo Aliança estava caminhando em sua formação inicial. Essa proximidade e distanciamento da Pastoral da Juventude auxilia, inclusive, a compreender melhor o funcionamento das estruturas e o processo formativo daqueles jovens que marcaram época no início da década de 1980 e sobre os quais nos debruçamos a investigar neste trabalho.

2 A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA FORMAÇÃO SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

Analisar o papel da Teologia da Libertação na formação dos jovens é fundamental para entender as opções pedagógicas realizadas na década de 1980 no trabalho desenvolvido com a juventude católica. A opção pelos pobres e os espaços formativos dos jovens compõem a construção de formação humanista e cidadã por parte da Igreja.

É através dos grupos de jovens inseridos nas comunidades eclesiais de base que conseguimos compreender o processo formativo que aconteceu em toda a América Latina, influenciada pela Teologia da Libertação como espaço de reflexão teológica que nasce da experiência latino-americana e o Cristianismo da Libertação que passa a ser a *práxis* utilizada por aqueles que se formaram nestes espaços. Este movimento latino-americano, que chega às bases da sociedade e da Igreja, possui uma estreita ligação com as metodologias utilizadas por Paulo Freire, principalmente como base no livro *Pedagogia do Oprimido*.

2.1 A OPÇÃO PELOS POBRES E OS ESPAÇOS FORMATIVOS DOS JOVENS

Em dezembro de 1961, o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II. As autoridades católicas do Vaticano estavam temerosas quanto aos impactos da vida moderna, os efeitos da desigualdade social entre ricos e pobres, a ameaça à liberdade religiosa em países com governos ditatoriais. Depois da Segunda Guerra mundial, os clamores por liberdade e justiça social se intensificaram. Nesse contexto, o Vaticano II surge como uma tentativa de a Igreja Católica fazer alguns ajustes estruturais para se adaptar à nova fase da modernidade ocidental. Ampliar a participação dos fiéis e implementar políticas de formação social para jovens foram algumas das medidas adotadas. Foi nessa conjuntura que surgiu o movimento da Pastoral da Juventude.

Na América Latina, as diretrizes do Concílio Vaticano II motivaram a realização de várias atividades ecumênicas, nas quais a “opção pelos pobres” passa a ser uma orientação de fé e *práxis* religiosa. Na Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), por exemplo, os bispos manifestam preocupação com a situação de pobreza e miséria na América Latina, ampliando a noção de fé para as questões de ordem política e social, e nessa conferência os temas “educação” e “juventude” foram acentuados.

Na III Conferência de Puebla (México, 1979), os discursos religiosos apontavam

o caminho para uma Igreja mais popular. Segundo Pietranera (2019, p. 56), essa “Conferência seguiu a anterior, Medellín, e voltou-se com mais intensidade para os pobres, para os jovens, para a comunhão e participação e para a dignidade do homem”.

No Brasil, a partir da década de 1970 os setores mais progressistas da Igreja Católica estavam em sintonia com as Conferências de Medellín e Puebla, e uma das políticas de maior impacto foi em relação aos jovens. As paróquias foram incentivadas a abrir espaços de participação e educação da juventude, formando-se nas paróquias de todo o país os “Grupos de Jovens”. Definimos grupo de jovens a partir do que referencia o documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), intitulado de Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil, que estabelece o seguinte:

A experiência central da proposta pedagógica [...]. O grupo de jovens é o conjunto de jovens que se reúnem, de um modo mais ou menos estável, na comunidade paroquial ou em outros ambientes, passando pelas várias etapas, num processo de formação que os leva a um certo grau de discernimento e amadurecimento de sua vivência pessoal, grupal e comunitária (CNBB, 2007, p. 147).

Essa experiência dos grupos, por meio de vivências em comunidade, é o que os tornam espaços importantes na formação de jovens. Diante disso, fica indissociável pensarmos a organização da PJ distante dos grupos de bases que a compõem. “A Pastoral de Juventude deve ajudar também a formar os jovens de maneira gradual para a ação sócio-política e para a mudança de estruturas, de menos humanas a mais humanas” (PUEBLA, 1983, p. 286). Conforme o Marco Referencial da Pastoral da Juventude, esses grupos seguem critérios importantes enquanto espaços pedagógicos.

Pastoral Juvenil são pequenos grupos, de 10 a 15 jovens, de idade homogênea, com um nível de participação estável e com ritmo periódico de reuniões. É necessário usar uma pedagogia que evite o perigo de fechar num "club" de amigos que não se abre para a missão no seu meio. O pequeno grupo tem como meta ser fermento na massa (CNBB, 1997, p. 147).

Esse olhar da CNBB segue a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), multiplicando-se e constituindo presença marcante na sociedade, pois como cita Sader (1991, p. 157), “uma comunidade eclesial de base poderia surgir de qualquer atividade solidária de um pequeno grupo inspirado no Evangelho. Quase todas começaram por iniciativas de um agente pastoral e em torno de motivações religiosas”. Provenientes da Ação

Católica especializada e da experiência da Teologia da Libertação, tanto a PJ quanto as CEB's tiveram papel fundamental na organização de uma nova metodologia de trabalho por meio do método Ver-Julgar-Agir, apropriada pela PJ.

Dick (1999) pontua a metodologia do Ver-Julgar-Agir como um método de Ação Católica, pensando em uma formação na qual quem aprende constrói um saber, respeitando o meio no qual está inserido. Dessa forma, trazemos para a discussão a metodologia freiriana, onde a aprendizagem parte de uma realidade própria. No caso dos jovens, essa relação ocorre a partir do universo deles, da problematização do mundo e, sobretudo, da conscientização e do diálogo.

De acordo com Freire (1980, p. 26), “A conscientização não pode existir fora da *práxis*, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”. A estratégia de partir da realidade dos jovens e do seu entorno por meio do método Ver-Julgar-Agir dialoga com o conceito de Freire (1996), de que somos sujeitos inconclusos. Afinal, se somos seres inconclusos, somos também dotados da possibilidade de atuação e modificação da realidade.

Trazendo essa leitura de mundo por meio do Ver-Julgar-Agir, Dick (1999) descreve que o Ver seria a verificação do real, a fim de desenvolver uma visão concreta do meio social. Nesse sentido, o Ver se concretiza a partir de indagações e da observação dos participantes, como algo que precede os próximos passos do julgar e do agir, como uma espécie de “abrir os olhos” para a realidade, ou um “desvelar” da realidade. O Julgar surgiria como necessidade de comparar o que foi observado no Ver, através de princípios evangélicos e bíblicos. Já o Agir parte do resultado do “ver” e do “julgar”, ou seja, da aplicação da solução dos problemas reais, como impulso para a ação, para a militância social e ações coletivas.

O Ver é o responsável por conhecer a realidade em que se está inserido. Não é possível o engajamento se não se conhecer a realidade. “O ver também é importante porque aprendemos a trabalhar com fatos e não com subjetividade” (BORAN, 1977, p. 59). Quando se apresentam os fatos sobre determinado assunto, os outros que estão no diálogo irão se lembrar de situações parecidas, permitindo fazer comparações entre as histórias de vida de cada indivíduo. É necessário, segundo Boran (1977), realizar perguntas a esse ver, como “o quê? quem? como? onde? quando? como?”, que irão ajudar a desenvolver os temas, para não cair no senso comum, mas buscar o conhecimento.

Para Paulo Freire (2017, p. 121), “o diálogo da educação como prática da liberdade é o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou conjunto de seus temas geradores”. Ser capaz de ver as causas e as consequências é o primeiro passo para despertar o senso crítico. Utilizando como metodologia o diálogo, Paulo Freire apresenta que:

Uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora, daí seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporciona e ao mesmo tempo, a apreensão dos temas geradores e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (FREIRE, 2017, p. 121).

O Julgar, para o grupo de jovens da Igreja, será uma relação de valores éticos cristãos, julgam-se as ações pelos valores cristãos, neste caso influenciado pelo cristianismo da libertação. É a apresentação de uma visão cristã de mundo, “um grupo de cristão vai julgar, não a partir de uma ideologia, mas a partir da revelação de Deus aos homens, contida sobretudo na bíblia e no ensinamento da igreja” (BORAN, 1977, p. 64).

Para o Agir, as discussões devem concluir com pistas para desenvolver a ação. “O agir sobretudo implica dois passos: Planejamento e Execução, em vista de uma transformação pessoal e social. O agir é a teoria traduzida na prática” (CNBB, 1986, p. 28). O Agir irá impedir que a discussão fique abstrata, “a ação transformadora é, antes de tudo, uma ação libertadora” (CNBB, 1998, p. 212), sendo um processo lento, que irá exigir paciência, pois não adianta fazer grandes planos, que podem frustrar os participantes. Boran (1977) dirá que é possível que as ações sejam pequenas, mas bem planejadas.

Outra metodologia usada pela Pastoral da Juventude nos grupos de bases eram os trabalhos com as dimensões integrais que, segundo Oliveira (2004, p. 107), se revelam na preocupação do “consigo mesmo, com os outros, com a sociedade, com Deus e com a ação”.

Essas metodologias aplicadas às experiências da vida dos grupos de jovens constituíam um ambiente fértil de formação para conscientização dos jovens, abrindo espaço para o processo de formação de lideranças sociais e políticas, resultando em militâncias em espaços não eclesiais, perceptível no grande número de militantes da PJ e das CEB's atuantes em partidos, sindicatos e movimentos sociais, fontes que pretendemos ouvir no decorrer deste trabalho.

Para Löwy (1991, p. 51), os novos movimentos populares brasileiros, bem como a sua expressão política, “são, em grande parte, produto do trabalho de formiga de militantes cristãos, e de atividades de agentes leigos das pastorais e das comunidades cristãs de base”.

Dessa forma, as lutas sociais e a tomada de consciência dos jovens, que são parte de uma classe social, se dão pelo fato de os jovens militantes da PJ estarem ligados às comunidades, das quais seus membros, na grande maioria, fazem parte da classe trabalhadora, proporcionando que assumam tal condição. Assim, um dos espaços que faz o jovem tomar consciência é o grupo de jovens, onde ele faz reflexões da vida e da realidade.

Foi nessa formação dos grupos de base que ocorre a formação de lideranças, as quais analisamos através de práticas de uma educação não formal, sem cartilhas fechadas a serem seguidas por meio de uma troca de saberes que:

[...] ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo as diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes (GOHN, 2006, p. 29).

O caráter formativo dessas vivências nos grupos de jovens ocorre por meio desse processo dialógico e de metodologias que primam por uma leitura da realidade, sem que aconteça de um modo mecanicista ou pré-determinado. Paulo Freire parte do pressuposto de que essa leitura de mundo vem antes da leitura da palavra, mas sem dissociar uma coisa da outra.

Como educador preciso de ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. [...] E tudo isso vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (FREIRE, 1996, p. 90).

O grupo enquanto formador de consciência e percepção do mundo ajudou os jovens a iniciarem sua militância, onde a conscientização se deu como compromisso histórico. A inserção crítica na história é a consciência histórica. Segundo Freire (1980), o fazer e refazer do mundo necessita que os homens e as mulheres assumam seu papel de sujeitos.

2.1.1 Comunidades eclesiais de base e o cristianismo da libertação

Paulo Freire foi um cristão assumido, como podemos perceber em suas obras, entrevistas e biografia. Nunca negou suas origens eclesiais. Não foi apenas um católico que frequentava as missas aos domingos pela manhã, como manda a tradição religiosa, mas foi,

segundo Coelho e Malaffatti (2021, p. 7), um homem de fé praticante, compreendido “no grupo social de cristãos engajados na ação sociopolítica”.

Nome expoente na Teologia da Libertação, mesmo não sendo um teólogo, Freire faz parte do grupo de pensadores latino-americanos que ousaram refletir a teologia como se pensa a educação e a filosofia, ou seja, com os pés no chão. Durante o exílio, em Genebra, tornou-se funcionário do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, convivendo diretamente com os representantes de diversas religiões do mundo.

Leonardo Boff, em um dos seus famosos livros, *A Águia e a Galinha*, logo na introdução faz uma análise da compreensão freireana sobre a vida, as teorias e as experiências.

Todo ponto de vista é a vista de um ponto [...] A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiência tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação (BOFF, 1998, p. 9).

Assim, o autor aborda o que Paulo Freire tratou em seus estudos, que a interpretação da vida pode ser compreendida a partir do seu lugar. Os pés de Freire pisaram diversos chãos e realidades, como o da religiosidade, que seguindo as interpretações de Michael Löwy podemos chamar de “Cristianismo da Libertação”.

Partindo desse contexto, refletimos e apontamos as aproximações entre a teoria de Paulo Freire e a experiência das Comunidades Eclesiais de Base. Para isso, utilizamos de conceitos apresentados no livro *Pedagogia do Oprimido* (2017), de Paulo Freire, sobre a conscientização e a libertação dos oprimidos. Também abordamos o procedimento metodológico das CEB's, que é sintetizado por Frei Betto (1981) no livro *O que é Comunidade Eclesial de Base*, visto pelo sociólogo Michael Löwy (2016), que exemplificou o conceito de Cristianismo da Libertação e de Teologia da Libertação no livro *O que é Cristianismo da Libertação: Religião e Política na América Latina*.

2. 1.1.1 Cristianismo da Libertação e Teologia da Libertação

O Cristianismo da Libertação e a Teologia da Libertação não são apenas compilados de livros e teorias, mas experiências religiosas e comunitárias de pessoas que vivenciavam uma realidade autêntica. Dessa forma, pretendemos refletir sobre os seres humanos, indivíduos e as condições socioeconômicas, políticas e culturais que os levaram a

“pisar o chão” da organização eclesial, onde encontraram seus pares para resistir à opressão.

Pensar a experiência dos grupos religiosos é pensar as práticas construídas nas Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's, sendo ponto de partida da reflexão teológica acadêmica. A Teologia da Libertação é resultado das CEB's, e não o inverso. Silva (2007), em sua dissertação de mestrado sobre Trajetórias de Leonardo Boff, apresenta a Teologia da Libertação enquanto movimento:

Desenvolveu-se no Brasil e na América Latina logo após o Concílio Vaticano II, que ocorreu em meados da década de 1960. A Teologia da Libertação surgiu como teoria através do trabalho de teólogos progressistas da Igreja Católica que sentiam a necessidade de ordenar o processo de conscientização e organização política nascida da prática dos movimentos religiosos de leigos, das intervenções pastorais de base popular e das comunidades eclesiais de base, as CEB's (SILVA, 2007, p. 8).

Löwy (2016), em seu livro *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*, afirma que o processo vem da experiência periférica dos seus membros, em grande parte, dos oprimidos.

O processo de radicalização da cultura católica latino-americana que iria levar à formação do Cristianismo da Libertação não começou de cima para baixo, dos níveis superiores da Igreja, como a análise funcionalista que aponta para a busca de influência por parte da hierarquia sugeriria, e nem de baixo para cima, como argumentam certas interpretações “de orientação popular” e, sim, da periferia para o centro (LÖWY, 2016, p. 85).

Essa trajetória se encontra nas vivências também de Paulo Freire, como corrobora Penna (2014, p. 182), ao dizer que o pensamento do pedagogo “converge com algumas das principais matrizes críticas de pensamento latino-americano das últimas décadas”. A afirmação do autor também considera a América Latina como lugar de produção de conhecimento e não apenas de sujeitos de análises da produção eurocêntrica.

A Teologia da Libertação, dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, contribui na linha de um pensamento decolonial, de rompimento com as teorias eurocêntricas e a necessidade de pensar a teologia latino-americana a partir, diretamente, da sua realidade. Penna expõe que “no pensamento pós-colonial a colonialidade seria a face oculta da modernidade, que surge do sentimento de inferioridade imposto aos seres humanos que não se encaixam no modelo eurocêntrico” (PENNA, 2014, p. 194).

O pensamento da “metrópole” eurocêntrica foi forjado não apenas pelos colonizadores em si, mas pelo pensamento educacional, teológico, sociológico e antropológico. Tanto as teorias freireanas como a Teologia da Libertação buscaram romper

com essa colonialidade. Para Albuquerque (2019, p. 32), “prosseguir o caminho da colonialidade constitui um imperativo para a teologia Latino-Americana da Libertação”.

Os termos colonialismo e colonialidade podem facilmente se confundir. O filósofo argentino Mignolo (2007) explica os termos, diferenciando-os. Colonialismo é o termo histórico do período de dominação do império como Espanha, Portugal e Inglaterra. Já a colonialidade mantém a relação de poder:

A colonialidade é a lógica do domínio do mundo moderno/colonial que transcende o fato de que o país imperial/colonial seja Espanha, Inglaterra ou Estados Unidos. O imperialismo pode receber nomes diversos, porém sempre implica alguma forma de colonialismo: é difícil imaginar um império sem colônias, ainda que as colônias adotem formas distintas em diferentes momentos históricos (MIGNOLO, 2007, p. 33).

Para Quijano (2005, p. 117), a globalização é resultado de um processo de colonialidade, iniciada na América, essa “globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico como um novo padrão de poder mundial”. E para Dussel (1984, p.22), a colonialidade da Igreja e da América Latina é:

A libertação da América Latina, por isso, é para a Igreja latino-americana (como parte “dependente” e em parte oprimida da Igreja mundial) o lugar da evangelização. Ao mesmo tempo é lugar evangelizador e libertação das classes oprimidas, da mulher, do filho, do “pobre” de hoje.

Paulo Freire lançou em 1968 sua obra *Pedagogia do Oprimido*, mudando a forma de encarar a educação, principalmente com grupos excluídos na sociedade. O oprimido será figura central na pedagogia freiriana como ser social que estava condicionado de forma estrutural e sistemática à condição de excluído. É na conscientização como processo que a pessoa passa a questionar a sua realidade. O ser humano é um ser inacabado, por isso a necessidade do processo de conscientização, o qual Freire defendia como libertação dos oprimidos.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela *práxis* de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2014, p. 43).

O termo libertação, nas várias áreas do conhecimento, foi criado na realidade

cultural, social, econômica e política que vivia principalmente o continente latino-americano. A libertação é processual, como um parto, e necessita do encontro da humanidade, dos seres, da fecundação, da gestação e do dar à luz, construindo assim um novo indivíduo, que superou a contradição oprimido-opressor e pode construir um caminho de se libertar, ao longo do tempo e em conjunto. “A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se” (FREIRE, 2017, p. 48).

A relação entre Freire e o Cristianismo da Libertação se dá no encontro das teorias do materialismo histórico-dialético, de onde Paulo Freire “bebeu” para construir sua visão de homem e de mundo, como pode-se observar na citação de Streck (2011, p. 9), ao apontar que “foi por uma certa lealdade a Cristo que ele foi aos mangues e favelas do Recife, mas foi a realidade dura do povo que fez com que se voltasse a Marx para ‘encontrar uma fundamentação objetiva’ para continuar camarada de Cristo”. Freire traz com ele os preceitos de um pensamento cristão, percebendo o ser humano como transcendente, isso dentro da realidade mundana, reconhecendo-se no mundo.

Ademais, é o homem, e somente ele, capaz de transcender. A sua transcendência, acrescentando-se, não é um dado apenas de sua qualidade “espiritual” no sentido em que estuda Erich Kahler. Não é o resultado exclusivo da transitividade de sua consciência, que o permite auto-objetivar-se e, a partir daí, reconhecer órbitas existenciais diferentes, distinguir um “eu” de um “não-eu”. A sua transcendência está também, para nós, na raiz de sua finitude. Do ser inacabado que é e cuja plenitude se acha na ligação com seu Criador. Ligação que pela sua própria essência jamais será de dominação ou de domesticação, mas de libertação. Daí que religião – religare – que encarna este sentido transcendental das relações do homem, jamais deva ser um instrumento de sua alienação (FREIRE, 1965, p. 56).

Essa comparação entre Cristo e Marx, que para muitos é uma difícil possibilidade, se forma na realidade, onde as comunidades ligadas às CEB's têm seu encontro com o entorno de opressão do povo, nos bairros populares, nas zonas rurais, nas realidades específicas. Esse “encontro de camaradas” ocasiona a necessidade de agir por meio de experiências que têm como base teórica a concepção ideológica materialista-histórica.

O cristianismo é para mim, uma doutrina maravilhosa. Embora digam que sou um líder comunista (...) Eu nunca tive a intenção de deixar de ser, de “estar sendo”, católico (por que não sou apenas católico, mas estou sendo-o todos os dias: a condição de ser é “estar sendo”). Não senti, até hoje, qualquer necessidade de abandonar a Igreja ou deixar minhas convicções cristãs para dizer o que estou dizendo, ou para ir para o cárcere ou para o exílio. Apenas assumo apaixonadamente, corporalmente, fisicamente, com todo o meu ser, uma postura cristã porque esta me parece, como dizem os chilenos, plenamente revolucionária, plenamente humanista, plenamente libertadora e, por isso mesmo, comprometida, utópica. E esta deve ser, a meu ver, nossa posição: a posição da Igreja que não se esquece de que, por sua própria origem, é chamada a morrer tremendo de frio. Isto é uma utopia, é uma denúncia e um anúncio do compromisso histórico que expressa a coragem no amor (FREIRE, 1978, p. 51).

Pensar Cristo e Marx como camaradas leva a pensar no Cristianismo da Libertação, tendo como estrutura a opção preferencial pelos pobres, na qual aparece o conceito de classe social, dessa forma compreendendo a Igreja dentro do mundo e não como uma entidade abstrata fora da realidade. “O trabalho educativo das igrejas não pode ser compreendido fora do condicionamento da realidade concreta onde se situam” (FREIRE, 1978, p. 11). Assim, entende-se a Igreja como uma entidade concreta e integrante da história, ou seja, não podendo dissociar “de um lado, as Igrejas, de outro, a educação e, finalmente, o papel das primeiras com relação à segunda, a não ser historicamente” (FREIRE, 1978, p. 85).

Destaca-se aqui a expressão “opção preferencial pelos pobres”, oriunda da realidade latino-americana, difundida pela Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), na cidade de Medellín, em 1968. Na sua 2ª Assembleia, realizada na Colômbia, teve como missão a prática dos ensinamentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), onde os bispos debateram sobre o tema da conferência "A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio". Comblin (2002, p. 89) expõe que:

Na América Latina a pobreza era uma realidade escandalosa. Inúmeros desses pobres eram católicos, fiéis à Igreja, e os – os autores da sua pobreza –, também eram católicos, muito apegados à Igreja. Essa foi a realidade encontrada. Muitos dos bispos que tomaram consciência disso registraram sua preocupação em Medellín e Puebla. Vários desses bispos, mesmo antes do Vaticano II, já foram em direção aos pobres, descoberto o povo era, o povo dos pobres – comprometendo-se com a libertação desse povo. Faltava lhes uma teologia para orientar e fortalecer o compromisso. Essa foi fornecida pelo Vaticano II. Eles foram a alma de Medellín.

A opção preferencial pelos pobres é uma análise concreta do lugar que a Igreja ocupava, ou seja, analisa as misérias do continente, do povo cristão e oprimido, com um olhar voltado para essa opressão, buscando dar respostas para superação. Pietranera (2019), em dissertação sobre a opção preferencial pelos pobres nas conferências gerais do CELAM, explica que:

Os bispos da Conferência de Medellín refletiram conjuntamente sobre os pobres e a situação de marginalizados que muitos homens e mulheres se encontram. Desejam uma Igreja mais periférica e menos central. Sendo assim, a Igreja estaria mais na realidade do evangelho e cumprindo com sua missão. Neste sentido florescem as CEB's e a atuação da Igreja é ampliada significativamente (PIETRANERA, 2019, p. 48).

É preciso diferenciar os conceitos de Teologia da Libertação (TL) e de Cristianismo da Libertação (CL), ambos convergem para o mesmo movimento, porém possuem especificidades que são importantes de serem analisadas. O Cristianismo da Libertação é um movimento sociorreligioso, formado pelas experiências das CEB's, da ação católica especializada, dos movimentos sociais, pastorais e juventude. “O Cristianismo da Libertação (CL) é formado pelo conjunto de todos os cristãos cuja prática sociorreligiosa influenciou a elaboração da TL” (LÖWY; SOFIATI, 2020, p. 2). Sendo assim, a opção pelos pobres é base central para “compreender a integração entre a dimensão da fé e a dimensão da prática social e comunitária” (COELHO; MALAFATTI, 2021, p. 7). Por sua vez, sobre a Teologia da Libertação, Boff explica que:

A TdL significa então a reflexão crítica sobre a *práxis* humana (dos homens em geral e dos cristãos em particular) à luz da prática de Jesus, e das exigências da fé. A prática de Jesus privilegiou, indiscutivelmente, os pobres; para Ele nem tudo valia; por isso se incompatibilizou com as várias instâncias de poder vigente, até ser fisicamente liquidado. O Reino começa a se realizar a partir dos pobres, abrangendo depois todos os seres humanos (BOFF, 1986, p. 26).

Löwy e Sofiati (2020, p. 3) definem ainda como “um pensamento teológico que nasce da perspectiva de interpretar a realidade latino-americana à luz do Evangelho, usando termos e conceitos marxistas”, colocando a reflexão dos conceitos de luta de classe nas ideias teológicas. Porém, a Teologia da Libertação não tinha como intencionalidade a criação de marxistas, mas sim de homens e mulheres críticos, cidadãos.

Dessa forma, a Teologia da Libertação, partindo de uma visão decolonial, pode ser analisada como origem anterior ao século XX, como apresentam Coelho e Malafatti (2021), utilizando da explicação do filósofo da libertação Dussel (2021, p. 6), quando diz que a TL “tem seus antecedentes históricos no início da invasão do continente americano, quando surgiu um discurso teológico em defesa das vítimas da colonização europeia”.

2.1.1.1.1 A Pedagogia do Oprimido e as CEB's

Ao pensarmos a Teologia e o Cristianismo da Libertação como um espaço de

reflexão do contexto sociopolítico e a necessidade de superação da opressão, podemos compreendê-los como práticas educativas na organização dos oprimidos. “Enquanto profética, a teologia da libertação não pode ser a da conciliação entre os inconciliáveis” (FREIRE, 1981, p. 102). O processo de libertação dos oprimidos dá-se em coletivo, em conjunto, em comunidade, nas formas organizadas de ser, ou seja, é nos grupos que as pessoas se encontram e se libertam.

A reflexão feita por Löwy, exposta por Coelho e Malafatti (2021), vem indicando a relação entre esse movimento amplo de cristão na sociedade com base nas ideias do pedagogo Paulo Freire, apresentada em *Pedagogia do Oprimido*, na busca de libertação dos oprimidos.

[...] 1) os pobres não são culpados pelas péssimas condições em que vivem, eles são vítimas inocentes e, por isso, têm o direito de lutar por uma vida digna; 2) os pobres podem ser agentes de sua própria libertação, incorrendo na missão de transformar o mundo; 3) para a transformação social, o critério de julgamento das instituições sociais é a vida dos oprimidos (FREIRE, 2017, p. 8).

A base da *Pedagogia do Oprimido* como do Cristianismo da Libertação está na libertação dos sujeitos, numa relação não por acaso, não por um acidente histórico, mas sim pela proximidade dos projetos que comungam entre si. A *Pedagogia da Libertação* e a *Teologia da Libertação* caminham lado a lado, uma influenciando a outra na busca de libertação dos oprimidos, ou como disse Löwy (2016, p. 76), a Igreja reconhece que “esses pobres são os agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história”. Pensando os oprimidos como agentes da mudança, Freire (2017, p. 56) afirma que “os oprimidos não de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção”.

Dito isso, a luta pela libertação dos oprimidos vai tomando forma na prática eclesial em uma das primeiras tentativas de ligar práticas do método freiriano à Igreja, quando se enxergou a possibilidade de alfabetização de milhares de analfabetos brasileiros pelo método de Paulo Freire. Isso porque, na metade do século XX, como demonstra o prefácio do livro *Educação como prática da liberdade*: “1962 no Nordeste, a região mais pobre do Brasil, cerca de 15 milhões de analfabetos para população de 25 milhões de habitantes” (FREIRE, 1983, p. 10).

Nos primeiros anos da década de 1960, militantes católicos, com o apoio da Igreja, formaram o Movimento pela Educação Básica (MEB), a primeira tentativa católica de criar uma prática pastoral radical entre as classes populares. Tendo como base a pedagogia de Paulo Freire, o MEB tinha como objetivo não só alfabetizar os pobres, mas também conscientizá-los e ajudá-los a se tornarem agentes de sua própria história (LÖWY, 2016, p. 147).

A aproximação das CEB's com o método freireano vai se enraizando como metodologia de atuação das vivências eclesiais nas comunidades. Frei Betto (1981, p. 7) buscou sintetizar esta experiência: “As Comunidades Eclesiais de Base são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos”. No mesmo sentido, Löwy (1991, p. 47) afirma que “a Comunidade de Base é um pequeno grupo que pertence ao mesmo bairro, periferia”.

É importante compreender que as CEB's são organizações de pessoas e que nem toda Igreja ou grupos religiosos são CEB's. Na compreensão de Frei Betto (1981, p. 17), “são comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região”. São motivadas pela mesma fé e possuem uma vivência concreta, partilhando os problemas e buscando a sobrevivência, na luta por moradia, por melhores condições de vida e comungando dos anseios e das esperanças libertadoras. Dessa forma, são “eclesiais, porque congregam na igreja como núcleo básico de comunidade de fé” (BETTO, 1981, p. 17). É na Igreja que encontram seu lugar de construção social, de encontro e fé.

Eder Sader, em seu livro *Quando Novos Personagens Entram em Cena*, classifica as CEB's como uma das matrizes discursivas da redemocratização do Brasil.

A matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apoia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do “reconhecimento imediato” estabelecido através da religiosidade popular (SADER, 1991, p. 145).

Frei Betto (1981, p. 17) explica que “são de base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, desempregados, jovens empregados do setor de serviço, na periferia urbana, na zona rural, assalariados”. Sendo assim, são pessoas periféricas e, na maioria das vezes, vivendo em condições de opressão. Podemos expor que as CEB's são experiências de grupos religiosos que possuem realidades análogas, encontram-se para buscar superar sua opressão. As CEB's são espaços onde se proclamam crenças, com atividades religiosas, mas que também acabam por se transformar em um espaço de reivindicações sociais, como “a organização de uma creche comunitária, a mobilização para reclamar da falta de ônibus, um movimento para defesa dos direitos de moradia em loteamento clandestino” (SADER, 1988, p. 162).

Assim sendo, nas CEB's as pessoas oprimidas encontravam um espaço para comungar dores e esperanças. As comunidades não eram apenas lugares para receber informações e conteúdo, mas para construir saberes. Um dos mecanismos de construção dos

saberes eram as reuniões das CEB's, baseadas nas ideias de círculos bíblicos, apresentados à comunidade para entender a realidade partindo da concepção bíblica, de que “a comunidade toma consciência que ela também ‘está escrevendo sua bíblia’” (BETTO, 1981, p. 36).

As reuniões das CEB's usavam como metodologia o método Ver-Julgar-Agir¹. É possível assim descrever. O ver é abrir os olhos para o que se passa, indagando a partir de uma realidade concreta, é a visão que se tem do meio social. É a análise do que está acontecendo com o mundo. O julgar é analisar, são as lentes que possibilitam entender o ver com os princípios evangélicos e bíblicos. Já o agir é a ação do resultado do “ver” e do “julgar”, a busca pela solução dos problemas reais, como impulso para ação, para a militância social e ações coletivas (DICK, 1999).

Frei Betto (1981) descreve que as reuniões tinham uma metodologia e animação por meio de cantos, leitura e meditação de um texto bíblico que fazia referência às condições de vida dos seus membros, debate referente à comunidade e suas dificuldades, sempre com provocações realizadas pelos agentes pastorais. Os encontros, mesmo que não fossem momentos de alfabetização, utilizavam do método freireano, com base no conceito de tema gerador, que não era uma criação arbitrária das lideranças, mas sim uma possibilidade de diálogo.

Uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora, daí seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporciona e ao mesmo tempo, a apreensão dos temas geradores e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (FREIRE, 2017, p. 121).

O desenvolvimento das reuniões das CEB's suscitou o ideal de que somente poderia acontecer a libertação se as classes sociais oprimidas, a partir da conscientização, construíssem a luta pela libertação. Eram os oprimidos que deveriam ser os protagonistas, caso contrário poderiam acontecer apenas mudanças de pessoas, sem a real conscientização de classe.

O trabalho pastoral criou uma nova consciência naqueles que, no país, buscam a libertação do povo. A consciência de que esta libertação somente será possível à medida que as classes populares puderem assumi-la e realizá-la. Ela será obra dos próprios setores populares organizados. Sem isto, o máximo que poderá haver será uma pseudo-libertação, que muda as pessoas que ocupam o poder mas não modifica o caráter e a natureza do poder (BETTO, 1981, p. 36).

Nas CEB's, os oprimidos estavam buscando seu caminho de libertação, cada

¹ O Método Ver-Julgar-Agir, originário da Ação Católica na década de 1930, terá em um próximo trabalho maior esforço para descrever com profundidade sua relação com o Cristianismo da Libertação.

membro da comunidade era um protagonista no processo de conscientização através de uma educação libertadora no trabalho de base. “A comunidade era parte de um projeto ético-pedagógico, como na pedagogia do oprimido, que tinha como missão afastar o opressor dos grupos” (FREIRE, 1967, p. 46), pois é na necessidade de superar a relação Oprimido-Opressor que os membros das comunidades poderiam construir seu caminho de libertação.

Só os oprimidos, como classe social, proibida de dizer a sua palavra, podem chegar a ser utópicos, proféticos e esperançosos, na medida em que o seu futuro não é mera repetição reformada do seu presente. O seu futuro é a concretização da sua libertação, sem a qual não lhes é possível ser. Só eles estão em condições de denunciar a “ordem”, anunciar um mundo novo que deve ser refeito constantemente (FREIRE, 1978, p. 21).

Nas reuniões e encontros das CEB's, em forma de diálogo, de partilha da vida, os membros da comunidade realizavam um processo de troca de saberes, partindo da realidade de cada um.

O diálogo é o encontro entre os seres humanos, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer sua palavra, ao chamar o mundo, os seres humanos o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os seres humanos encontram seu significado enquanto seres humanos; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 2017, p. 109).

Era no diálogo, na comunicação, que os indivíduos das CEB's se reconheciam como pessoas, em uma metodologia problematizadora, pela qual os membros vão “percebendo criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham” (FREIRE, 2017, p. 100). E essa construção se dava em comunidade; não era no silêncio que esses indivíduos foram se organizando, mas na “palavra, no trabalho e na ação-reflexão” (FREIRE, 2017, p. 108).

Com a ida dos agentes pastorais ao encontro do povo às reuniões, descobre-se que os membros não são “vasilhas vazias para ser enchidas”, desmistificando a ideia que o oprimido é desprovido de qualquer conhecimento ou possibilidade de protagonismo.

Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue (FREIRE, 2017, p. 109).

O direito de proferir a palavra nos ambientes religiosos possibilitará aos indivíduos vivenciar a humanidade que lhes é roubada pela condição do silêncio imposto. O diálogo só é possível no encontro da humanidade de forma coletiva, dos homens e das mulheres, que são relacionados pelo mundo, como possibilidade de pronunciar o mundo. O diálogo é o meio de possibilitar aos oprimidos o direito à voz no processo de libertação. A possibilidade de abertura de diálogo com as camadas excluídas, via Comunidade Eclesial de Base, “procura estabelecer uma relação dialética com as bases e um dos aspectos mais importantes desta relação é a descoberta de uma nova pedagogia de trabalho com as classes populares” (BETTO, 1981, p. 37). Não seria possível buscar libertação calando membros da comunidade, ou tornando-os apenas receptores da mensagem. Por isso, o diálogo como pedagogia ajuda no desenvolvimento da busca por esta conscientização e pela libertação.

A fé na humanidade é um dado *a priori* do diálogo. Por isso, existe antes mesmo de que ele se instale. O ser humano dialógico tem fé na humanidade antes de encontrar-se, frente a frente, com ela. Sem esta fé na humanidade o diálogo é uma farsa. Transforma-se, na melhor das hipóteses, em manipulação adocicadamente paternalista (FREIRE, 2017, p. 103).

A busca pela libertação é um dos objetivos das CEB's, e segundo o pensar freiriano que balizou a metodologia das comunidades o processo de aprendizagem se inicia a partir da consciência dos indivíduos, que percorrem um caminho que vai da consciência ingênua à consciência crítica e, desta, à autônoma. A educação não pode ser vista como massificação ou coisificação. Deve ser fundamentada, pautada na palavra, mas na palavra transformadora marcada pela criticidade de sua consciência. Entretanto, é indispensável, nesse processo, partir do senso comum, que não pode ser descartado numa educação libertadora. Desconsiderar o senso comum é um obstáculo não somente ideológico como epistemológico.

É no diálogo entre seus pares que os oprimidos constroem a libertação, constroem-se como seres humanos e vivenciam essa experiência dialogando com o mundo, pois estão no mundo. A vivência real dos oprimidos, juntamente com a experiência religiosa em busca da redenção eterna, cria novos seres humanos, que buscam superar a exploração, a opressão e cada vez mais construir a libertação.

Nessa experiência de mundo entre diálogo de oprimidos em busca de libertação, podemos encontrar nos ambientes religiosos, especialmente nas comunidades periféricas, a afinidade entre os indivíduos que procuram sobretudo melhores condições de vida. O formato de organização social, sistematizado na teoria da Pedagogia do Oprimido, proporciona um caminho de busca de libertação via conscientização entre aqueles que habitam a comunidade

de base local. A conscientização garantirá aos membros das comunidades a utopia cristã de “paraíso” e “libertação do povo escolhido”, gerando, assim, um compromisso mundano de luta de classe, constituindo aqueles pobres e excluídos em agentes políticos.

3 O GRUPO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E PEDAGÓGICA DA PASTORAL DA JUVENTUDE

Compreender o grupo de jovens como um espaço de socialização de saberes, onde os jovens podem assumir sua condição formativa em comunhão. Tendo em vista a experiência de cada um que passa a experimentar as vivências coletivas. A juventude, ou juventudes, fase da vida de uma condição social e etária, possuem oportunidades de vivenciar novas oportunidades, diferente daquelas que a sociedade já mantém estabelecida. Uma fase da vida com condição de aprender e ensinar, propícia para trocas de experiência entre os indivíduos.

3.1 A FORMAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA LIBERTADORA

Paulo Freire, como educador e sujeito político, constituía seu conhecimento no seu processo de vivência enquanto ser social, ao atuar no mundo, questionar o mundo e se relacionar com o mundo, sem estar fora dos acontecimentos, mas como um ser histórico. Como nordestino, advogado, educador, partidário do cristianismo da libertação, exilado político, sua experiência humana comungava com sua prática educacional. Ele era um homem de *práxis*, que afirmava sua crença no ser humano e em sua emancipação. Entendia o ser educador como:

Sujeito histórico e contraditório, inacabado, com possibilidades e limites, como alguém que sabe mas não sabe tudo, alguém que ensina e ao fazê-lo aprende porque o faz no diálogo com o outro que também sabe e que também ensina ao dizer o seu saber. Um diálogo em que se cruzam saberes mediados, de um lado, pelo conjunto de relações que se objetivam em cada sujeito, de outro, pela rigorosidade metódica inerente à *práxis* pedagógica comprometida com o processo educativo como espaço de emancipação humana (ALVES, 2008, p. 41).

Esse conceito de educador é ampliado em Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996). Na apresentação de Poli (2008), a autora afirma que o papel do educador e o sentido da educação, seja ela em sala de aula ou como experiência fora da escola, também existe nos movimentos populares, Comunidades Eclesiais de Base e na educação não formal.

A pedagogia freireana, como define Alves (2008, p. 41), tem na “educação seu principal objeto referido ao compromisso com a emancipação de sujeitos humanos, e à vivência ativa da cidadania”. Paulo Freire não entendia o ser humano como um sujeito passivo, mas como um ser capaz de interferir no mundo e construí-lo de forma dialética, “[...]”

entre os produtos que os seres humanos criam ao transformarem o mundo e ao condicionamento que esses produtos exercem sobre eles” (FREIRE, 2017, p. 78).

Nesse sentido é preciso compreender a relação entre o ato de pronunciar o mundo e de transformá-lo, ou seja, é necessária a consciência de mundo para poder pronunciá-lo. “O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2017, p. 109).

Em *Pedagogia do Oprimido* (2017), Freire expõe o direito a dizer a palavra, formando assim o direito humano de intervir no mundo, construir relações, já que não é no silêncio que ele se fará, e sim no diálogo. Assim, o silêncio interessa aos que oprimem, condicionando os oprimidos ao silêncio, negando-lhes sua humanização. Dessa forma, as relações humanas “não podem ser mudas, silenciosas, nem tão pouco podem nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo” (FREIRE, 2017, p. 108).

A construção da palavra na humanidade existe de forma coletiva, ninguém pronuncia a palavra verdadeira sozinho, mas sim nas relações entre os indivíduos e o mundo, constituídos na troca de experiências. Enquanto forma de relação ação-reflexão, dizer a palavra é *práxis*, é trabalho de construção e transformação do mundo. As palavras, para Larrosa (2002), em seu ensaio “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”, são algo mais que simplesmente pronunciar sons vocais, as palavras têm capacidade de construir e de intervir, assim como acontecem nos grupos e suas formações.

As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras (LARROSA, 2002, p. 21).

É na relação de pronúncia do mundo que o ser humano ganha significado, “se é dizendo a palavra com que, pronunciando o mundo, os homens transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (FREIRE, 2017, p. 109).

Vygotsky (1991) também define a capacidade da palavra e sua formação enquanto consciência e seu papel na construção histórica da existência, a função que permite a experiência da palavra como coletiva e individual:

A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo: o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso por palavras permanece uma sombra. A relação entre eles não é, no entanto, algo já formado e constante; surge ao longo do desenvolvimento e também se modifica. [...] As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana (VYGOTSKY, 1991, p. 131-132).

O lugar do ser humano é como “ser social”, um ser de ação, de palavra, um ser histórico, um ser de relações humanas. Estas constituem um processo de criação de sentido na construção da vida, a essência humana é “o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGEL, 1993, p. 13). O ser humano não é algo inato e imutável, sem história. O ser humano é um ser que está no mundo aberto a possibilidades de viver experiências, que para Larrosa (2002) “é aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar, nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação” (LAROSSA, 2002, p. 26). Dessa forma, para Freire, a aprendizagem acontece na relação em que os envolvidos são sujeitos ativos na pronúncia da palavra e relacionando-se com o mundo e suas vivências.

Assim como não é possível linguagem sem pensamento e linguagem-pensamento sem o mundo a que se refere, a palavra humana é mais que um mero vocábulo, é palavração. Enquanto ato de conhecimento, a alfabetização que leva a sério o problema da linguagem deve ter como objeto também a ser desvelado as relações dos seres humanos com seu mundo (FREIRE, 1976, p. 49).

Há que se perceber que a palavra não é abstrata, ela cria sentido, ou seja, “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (LARROSA, 2002, p. 21). Os indivíduos cultivam a possibilidade de estarem juntos se educando, e uma das formas de encontrar essa possibilidade, segundo Silva (2000), ocorre no grupo como espaço de troca de saberes, onde os indivíduos se encontram, possibilitando a construção coletiva no processo de ressignificar a história daqueles que estão envolvidos, de reconstruir essa história de forma coletiva.

O grupo é o local onde os indivíduos reconhecem seu lugar político e praticam a reflexão, que se dá na relação concreta. Não existe mundo sem seres humanos e vice-versa. “Relação em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes do mundo e um mundo depois e vice-versa” (FREIRE, 2017, p. 98). A vivência em grupo garante o processo de consciência do indivíduo de forma dialética, construída através da palavra utilizada nas relações entre os indivíduos sociais e com o mundo que interagem. Para

Paulo Freire (2017), é no diálogo, ou seja, na palavra, que os homens e as mulheres se conscientizam. Assim ocorre nos grupos.

Nessa possibilidade de diálogos e consciência, Freire nos lembra que não é possível uma educação bancária, onde os indivíduos são tratados como “depósitos”, com possibilidade de apenas receber informações sem interação dialógica, não somos “compartimento vazio que se enche” (FREIRE, 2017). Os indivíduos são conscientes de si e do mundo, nossa consciência é sempre uma consciência de algo, nunca abstrata.

Marques e Marques (2006), explicando Vygotsky, afirmam em seu estudo que “construir conhecimento decorre de uma ação partilhada, que implica num processo de mediação entre sujeitos”. Nessa perspectiva, “a interação social é condição indispensável para a aprendizagem” (MARQUES; MARQUES, 2006, p. 6).

Freire também afirma que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2017, p. 80). Aproxima-se aqui da perspectiva que entende os espaços de grupo como encontro com os outros, onde se pode vivenciar as possibilidades de intervenção no mundo.

Essa interação com o mundo, através do grupo, se dá na possibilidade da experiência, mesmo que esta não possa ser oferecida ao outro, mas compartilhada, cada qual vivenciando sua experiência de mundo. Dessa forma, Larrosa (2002, p. 27) sugere que “a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência”, prosseguindo assim a dizer que “ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria”.

Freire (2017) fala da “doação de conhecimento”, e explica, onde o educador se estima estar entre aqueles que sabem e se afasta daqueles a quem julga nada saberem. O educador ou os representantes, as lideranças, os agentes não podem se colocar como aqueles que sabem, os que detêm o conhecimento, estes irão guiar os oprimidos pelos caminhos indispensáveis, negando a eles a possibilidade de construir conhecimento, já que são designados como os “sem saber”. Nesse caminho, Freire sugere “uma dicotomia inexistente entre homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2017, p. 87).

Essa educação problematizadora, da qual Freire (2017) fala, nasce justamente de um mundo concreto de relação, de caráter histórico dos indivíduos. Sendo assim, como seres históricos, são seres inacabados e inconclusos, que estão sendo no mundo que é histórico e

também está inacabado. Dessa forma, a “educação se refaz constantemente na *práxis*. Para ser tem que estar sendo” (FREIRE, 2017, p. 102).

É importante destacar que o grupo é o espaço de aprendizagem. A experiência daqueles que partilham do grupo como espaço de vivência impossibilita pensar que um grupo pode existir de forma a apenas usar de seus participantes para depositar informação e produzir alienação. O grupo, pensado como um exemplo narrado por Freire, é espaço de libertação, e por que não dizer, de liberdade, onde aqueles que participam se constituem como indivíduos que intervêm no mundo.

3.1.1 Formação humana e a relação com a Juventude

A formação dos jovens que passaram pela Pastoral da Juventude é moldada e adaptada às propostas de uma igreja libertadora. Sendo assim, Gohn (2008, p. 30), discorrendo sobre o processo de participação dessa juventude, aponta que as experiências vivenciadas nestes grupos fazem parte de:

um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

Os Grupos de Jovens, como ação coletiva de participação, oferecem espaço para o protagonismo acontecer, gerando oportunidade de atuações coletivas na sociedade. Além disso, são capazes de desenvolver nesses adolescentes um processo de formação humana, que é feita por seres humanos atuantes na sociedade. No caso do grupo, também como agentes de transformação social, que podemos analisar segundo Freire ao afirmar que, “para os seres humanos, como seres da *práxis*, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impugná-lo de sua presença criadora, deixando as marcas do seu trabalho (FREIRE, 1981, p. 55).

A base inicial desse trabalho é a atuação ainda lá na base, e a formação desses jovens vai se dando por meio de vivências entre as reflexões propostas. Reflexão que garante a formação para atuação nas mudanças de uma sociedade.

O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la (FREIRE, 2001, p. 39).

A reflexão gera a possibilidade de construir imaginários futuros, sonhar com possibilidades ou carregar utopias. “O utópico não é o irrealizável; a utopia não é idealista, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (FREIRE, 1979, p. 27).

Freitas (2008, p. 418) declara que

“a utopia freireana está relacionada à concretização dos sonhos possíveis e decorre de sua compreensão da história como possibilidade, ou seja, a compreensão acerca de que a realidade não ‘é’, mas ‘está sendo’ e que, portanto, pode vir a ser transformada”.

Nesse contexto de utopia e possibilidades, a participação dos jovens é impulsionada por uma formação religiosa, que dá sentido à utopia e à esperança, presentes nos projetos em construção e formação desses jovens. A utopia Freireana de Libertação está presente na intencionalidade da formação desses grupos, capazes de formar seres humanos humanizados dentro do contexto histórico em que se encontram.

Humanização e desumanização, dentro da história, são possibilidades dos homens, como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm a sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do Ser Mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica (FREIRE, 1992, p. 16).

Vocação dos seres humanos a humanizar e com isso a sonhar possibilidades de mudanças, é a utopia que, para ser realizada, precisa que se desenvolva a formação dos grupos. É na possibilidade de “chegar a ser plenamente humano” (LARROSA, 2000, p. 12). Larrosa assevera ainda:

Não se trata de uma relação exterior com aquilo que se aprende, na qual o aprender deixa o sujeito modificado. Aí trata-se muito mais de se construir de uma determinada maneira. De uma experiência em que alguém, a princípio, era de uma maneira ou não era nada, pura indeterminação, e, ao final, converteu-se em outra coisa. Trata-se de uma relação interior com a matéria de estudo, na qual o aprender forma e transforma o sujeito [...] de tal natureza que, nela, alguém se volta para si mesmo, é levado para si mesmo (LARROSA, 2000, p. 52).

Para pensar o processo de formação humana é necessário perguntar-se sobre as concepções de seres humanos, integrado no processo formativo. Gramsci (2004) oferece

uma indagação sobre o assunto.

Se observarmos bem, veremos que – ao colocarmos a pergunta “o que é o homem” – queremos dizer: o que é que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode controlar seu próprio destino, se ele pode “se fazer”, se ele pode criar sua própria vida. Digamos, portanto, que o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos. [...] Não é uma pergunta abstrata ou “objetiva”. Ela nasce do fato de termos refletido sobre nós mesmos e sobre os outros; e de querermos saber, de acordo com o que vimos e refletimos, aquilo que somos, aquilo que podemos ser, se realmente – e dentro de quais limites – somos criadores de nós mesmos, de nossa vida, de nosso destino. E nós queremos saber isto “hoje”, nas condições de hoje, na vida “de hoje”, e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer (GRAMSCI, 2004, p. 38).

Sendo assim, o ser humano está sempre em um processo de tornar-se humano, está sempre em formação. Está sempre se formando.

São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que o homem individual tenha deles. Daí se pode dizer que cada um se transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relação da qual ele é o ponto central. Conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações (GRAMSCI, 2004, p. 39).

Na formação que se dá de forma popular, ou em grupos com características com esse método, é possível perceber a possibilidade de um espaço democrático que proporciona o processo formativo dos jovens.

3.1.1.1 Afinal, o que é a juventude?

Boran (1982) sinaliza para a visão de que a juventude é uma fase revolucionária da vida, e esse entendimento é oriundo de uma visão de controle diante do momento autoritário vivido no Brasil naquela época. “A contribuição dos jovens é a de levantar novas questões, pois estão numa fase de grande idealismo onde ousam questionar o motivo por que a sociedade não pode ser organizada de modo mais justo” (BORAN, 1982, p. 22).

Nas décadas de 1960-70, prevaleceu o modelo de controle social de interdição das atividades políticas decorrentes das crescentes mobilizações juvenis, basicamente estudantis, que, por sua vez, influenciaram a formação de agrupamentos políticos vinculados ao pensamento de esquerda (SOUSA, 2006, p. 17-18).

Essa concepção sobre uma juventude revolucionária ou rebelde vem ao encontro

das mudanças políticas do período. O sociólogo Mannheim (1967, p. 49) defende que “a juventude não é progressista nem conservadora por natureza, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade”. Dessa forma, podemos utilizar a afirmação de que “juventude e história são entidades que se confundem enquanto manifestação do novo” (FORACCHI, 1965, p. 303). A rebeldia da juventude no final da década de 1970 e início da década de 1980 foi uma espécie de espelho do que a sociedade brasileira vivenciava politicamente.

Os jovens da década de 1980 diferenciaram-se dos jovens das décadas anteriores no que diz respeito ao campo de atuação, onde, as lutas engendradas a partir da politização e associativismo estudantil e sindical nos anos 60 e 70, mudaram de foco a partir de 1980, cujas perspectivas de participação social e políticas estavam ligadas à garantia da cidadania e construção da identidade. Nessa perspectiva, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2001, p. 9, *apud* MERCER, 1990, p. 43).

As mudanças que cada geração trouxe para a leitura de mundo dos jovens carregam importância no entendimento do conceito sobre juventude. São muitos os debates acerca do conceito do tema. São estabelecidos vários critérios para definir juventude, como, por exemplo, conforme a área em que é pesquisada, como psicologia, idade, políticas públicas, entre outras. Revisitamos e propomos utilizar a concepção adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em referência ao Ano Internacional da Juventude, que aconteceu em 1985, lembrando desse grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos.

Pensar que os jovens são um grupo populacional que fazem parte de uma faixa etária, que pode modificar conforme as realidades locais, podendo transformar conforme as condições “áreas rurais ou de extrema pobreza, o limite se desloca para baixo e inclui o grupo de 10 a 14 anos”. Já as classes médias e com maior poder aquisitivo ou áreas urbanas “se amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos”. É possível assim identificar “como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos” (UNESCO, 2004, p. 25).

O conceito sobre juventude é variado também segundo a realidade que vivenciam esses jovens, normalmente se usa como opção para designar políticas públicas, porém nem sempre é simples.

Embora a juventude seja designada para fins demográficos e de elaboração de políticas públicas como uma faixa etária determinada, sua definição tem ocorrido por parâmetros variados, estreitamente relacionados à significação social que assume em cada contexto e tempo histórico (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 45).

A diversidade da juventude se torna referência para compreender que esta tem suas especificidades, e assim deve ser vista para ser compreendida. “Ao falarmos das experiências de vida juvenis propriamente ditas, é preciso reconhecer uma multiplicidade que nos leva a falar de juventudes, no plural” (CORTI, 2004, p. 14). Compreendemos que o termo correto para definir “juventude” é “juventudeS”, no plural, apresentando assim toda sua complexidade e diversidade.

Abramo explica que “precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição” (ABRAMO, 2005, p. 44). Entender no plural as juventudes é compreender que estas possuem condições válidas e diversas para todos os grupos sociais.

O termo no plural demonstra que a juventude não é homogênea em sua condição. Possui validade na sociedade, e não é apenas um momento da vida que vai passar, uma fase de preparação para a vida adulta. É um período de importância para a formação de identidade e formação geral em si. Peralva (2007) observa que o desenvolvimento do jovem não se dará apenas de forma natural, mas englobando as questões biológicas, psíquicas, sociais e históricas. Peralva (2007) ainda demonstra mesmo que as idades definem o desenvolvimento biopsíquico, mas que são social e histórico, datado, portanto, é inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos.

A juventude é uma construção social, histórica e cultural que desencadeia debates, principalmente na necessidade de políticas públicas e de sua participação em termos de protagonismo em todas as esferas. Definir a juventude como um “símbolo” a ser seguido coloca o jovem no centro dos espaços de consumo e mercado, ou seja, torna-o uma mercadoria que é vendida com facilidade. Sendo assim, também está no centro do processo formativo da sociedade.

Cabe citar que esses conceitos não são estagnados, eles mudam conforme os contextos vivenciados e os períodos históricos, “pois sua formação é definida e concretizada a partir daquilo que se espera dessa categoria social. A juventude pertence aos recursos latentes de que toda sociedade dispõe e de cuja mobilização depende sua vitalidade” (SOFIATI, 2020, p. 30).

Sendo assim, é possível destacar que a juventude não se limita a uma condição etária ou de classe, porém pode-se definir como categoria social e/ou uma representação sociocultural de suma importância para o entendimento de diversas características das sociedades modernas, para o funcionamento delas e suas transformações (GROPPO, 2000).

A tematização da juventude pela óptica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social – ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural (ABRAMO, 2000, p. 169).

O jovem age como uma força na sociedade. “[...] na medida em que as sociedades desejam tomar uma nova orientação, qualquer que seja sua filosofia social e política, contarão principalmente com a cooperação da juventude” (MANNHEIM, 1966, p. 93). Dito isso, esses jovens têm a função de serem agentes revitalizadores, “como uma espécie de reserva que se revela apenas se tal revitalização for desejada para o ajustamento a circunstâncias rapidamente mutáveis ou completamente novas” (MANNHEIM, 1966, p. 93).

Pensar as condições juvenis é pensar como a sociedade olha para os jovens, dando-lhe significado, uma relação da dimensão geracional. “A situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.” (ABRAMO, 2007, p. 42). Olhar dessa forma para as juventudes e identificar que elas possuem a capacidade de atuar na mudança, mas não são heróis, são sujeitos que estão inseridos nesta realidade. Quando os jovens chegam no ambiente social, a sociedade já está pronta e funcionando, onde os adultos que já habitam este mundo tentam convencer que a maneira que se vive é a mais acertada.

As juventudes, por não terem ainda participado deste mundo que já existe, possuem mais condições de estranhá-lo e questioná-lo” (CORTI, 2004, p. 24). Porém, isso não lhe garante um título de revolucionário, somente que possuem elementos para não aceitar a condição da sociedade e buscar transformá-la, isso “faz parte de sua condição social estar mais desapegado e aberto a novas experiências do que os adultos” (CORTI, 2004, p. 24).

Esses jovens experimentam uma menor resistência para o despertar da consciência crítica do que qualquer outra faixa etária. É preciso salientar que o debate sobre a “Juventude” vem se construindo ao longo das últimas décadas. A pesquisadora Abramo (2007, p. 14) explica que:

A juventude, como tema político, emerge depois do processo de redemocratização da sociedade brasileira, depois do momento de debate mais intenso sobre a consolidação dos direitos de cidadania, que se corporificou no processo da Constituinte, no final dos anos 80. Os sujeitos deste processo foram os movimentos sociais que se articularam (na sua maioria nos anos 70, mas alguns desde antes), sobretudo pela retomada da democracia e pela constituição de políticas setoriais (como educação, saúde, trabalho, entre outras).

As mudanças ao longo das décadas da segunda metade do século demonstram a capacidade de transitar, de mudar. Essa fase de formação também pode ser vista como fase de oportunidade, existe nos jovens uma gama de projetos que podem ser desenvolvidos, mas não absolutizados. Souza, em seu livro *Reinvenções da utopia*, destaca que:

A transitoriedade da vida do jovem pode ser considerada como um dos elementos constitutivos da análise dos comportamentos juvenis, sem que se lhes atribua a condição de conteúdo inato. Intenções, utopias, projetos, rebeldia, transgressões são elementos concretos nas relações vividas por esta faixa etária, mas, isolados como comportamentos próprios dos jovens, não são explicativos das relações que envolvem a juventude (SOUZA, 1999, p. 25).

As estruturas eclesiais também deram significado aos jovens e às Juventudes. Segundo Novais, “o pertencimento, as crenças e as identidades religiosas influenciam opiniões, percepções e práticas sociais dos jovens desta geração” (NOVAES, 2005, p. 265). A Igreja teve e tem influência sobre a Juventude, como podemos perceber pelas análises dos grupos de bases da Pastoral da Juventude, não apenas por pura preocupação, mas por entender que esses jovens vivem uma fase de transição e de oportunidade, e assumem projetos de um cristianismo da libertação.

4. A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO GRUPO DE JOVENS ALIANÇA

4.1 A PASTORAL DA JUVENTUDE E O GRUPO DE JOVENS

Dick² (2013, p. 34), um jesuíta que dedicou sua vida religiosa em prol da Pastoral da Juventude, pesquisando sobre a história e a metodologia da pastoral, afirma que o “Grupo de Jovens é, para a Pastoral da Juventude, uma opção pedagógica fundamental”. O religioso também destaca que “é uma opção teológica, porque o grupo é, por excelência, na vida dos jovens, um espaço fundamental de felicidade”.

A visão do padre sobre a importância dos grupos esclarece sobre o tamanho e a finalidade destes que eram espaços de formação humana. Para Dick (2013, p. 22), os grupos eram “pequenos, no qual se pode conversar, escutar, viver, celebrar” [...] e a “vida em grupo tem muitos sabores, saberes e crescimento”. Conforme o autor, a educação na fé perpassa pela adesão dos jovens em assumir o “projeto de Jesus” que está estruturado na comunidade e na experiência religiosa, apresentando assim a dimensão eclesial da PJ.

Como mencionamos, a essência da PJ são os grupos de jovens. Para entendê-los, é preciso compreender como se dá a sua estrutura organizacional. O Marco Referencial da PJB (2007) define grupo como:

A experiência central da proposta pedagógica e evangelizadora da PJ do Brasil. O grupo de jovens é o conjunto de jovens que se reúnem, de um modo mais ou menos estável, na comunidade paroquial ou em outros ambientes, passando pelas várias etapas, num processo de formação que os leva a um certo grau de discernimento e amadurecimento de sua vivência pessoal, grupal e comunitária (CNBB, 2007, p. 147).

O grupo de Jovens para a Pastoral da Juventude é a instância "máxima" de atuação, é ali que acontece o processo de formação dos jovens que estão iniciando seu processo humano. Devemos pensar que, quando estamos falando de grupos, estamos nos referindo a adolescentes, jovens que estão saindo de suas famílias, que vivem a experiência escolar e que experimentaram novas oportunidades de relações sociais, construindo identidade e uma formação política social nestes espaços. A reunião de jovens por si só não garante a formação de um grupo, é preciso ter estruturas de formação e organização para desenvolver esse espaço, estar mais ou menos estável, pois os grupos não são espaços sólidos

² Hilário Dick foi assessor a nível regional, nacional e latino-americano da CNBB entre 1981 e 1983, e na Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude Estudantil, entre 1986 e 1989. Entre os anos de 1991 e 2001 atuou como coordenador e membro da Equipe Executiva do Instituto de Pastoral da Juventude (IPJ).

e concisos, existe diversidade de indivíduos que trilham seus caminhos.

O Grupo de Jovens da PJ é essencialmente religioso, é um espaço eclesial, e é a partir dessa vivência que se dará a experiência desses jovens. A finalidade não é nem política, nem social, nem recreativa. A experiência proposta tem como local a comunidade da Igreja, não necessariamente a sala de catequese ou os ambientes físicos, mas a estrutura pastoral. Além disso, não é um espaço neutro, mas carregado de intencionalidades, de possibilidades, como podemos perceber na descrição do processo formativo o qual é realizado por etapas, que explicaremos na sequência. Perceber essa formação por etapas é identificar a possibilidade de respeitar a própria juventude, descrita como uma fase de construção de saberes, de identidade, de busca por um lugar no mundo, mas principalmente de formação que leva ao amadurecimento e ao discernimento, em busca do respeito, da autonomia e do protagonismo desses jovens.

A vivência pessoal, grupal e comunitária é indicativo do processo de formação que se pretende, indo além de seus espaços individuais e buscando construir a formação na relação com o outro, no grupo e na comunidade, e é ali que se dará o encontro com a realidade sociopolítica.

O documento 44 da CNBB (1986, p. 30) destaca que “os instrumentos mais comuns de nucleação são: amizade, convite pessoal, cursos, preparação para crisma, catequese e outros”, apontando que os adolescentes merecem preocupação especial, que estão em números significativos nos grupos. “A preparação para crisma é o momento forte da pastoral dos adolescentes” (CNBB, 1986, p. 32).

Os grupos, em sua maioria, nascem ou estão, de alguma forma, ligados às estruturas religiosas das paróquias e comunidades, “foram criados por padres, freiras e religiosos ou surgem de grupos de catequese, perseverança e crisma. Existem ainda os que surgiram ou vivem sob a coordenação de algum casal” (OLIVEIRA, 2002, p. 66). Foi assim com o Grupo Aliança. A reunião é um “momento importante e fundamental na vida dos jovens. É no processo de reunião que o grupo nasce, cresce e amadurece” (TEIXEIRA, 2005, p. 10).

Os encontros não se davam apenas nas salas de catequese, eles buscavam outros espaços para construir relações pessoais entre os integrantes. No processo de formação, os jovens descobrem a comunidade em diversos espaços. O “jovem deu o primeiro passo ao sair do seu isolamento para entrar no grupo. O grupo aprendeu a se relacionar com os outros e a cultivar certos valores essenciais para o trabalho de equipe”. Relacionando com Freire, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”

(FREIRE, 2017, p. 96). É na comunhão que os jovens irão descobrir novas realidades presentes em sua volta.

O processo de desenvolvimento das atividades com os adolescentes era organizado em forma de pequenos grupos para facilitar a aproximação e o protagonismo dos jovens, pois, como explica Boran, é no pequeno grupo de jovens que os membros se conhecem mais profundamente. “Os jovens se tornam pessoas, e não mais um número perdido no meio de uma massa. Ele é ouvido, participa, desempenha tarefas dentro do grupo” (BORAN, 1982, p. 41).

A proposta de Formação, assumida pela PJ, sendo ela de forma gradual, tem como objetivo criar um processo formativo nos grupos para que os jovens cheguem ao seu protagonismo. Sofiati (2012, p. 93) explica as três etapas que os jovens passam nos grupos:

Nucleação: fase em que o jovem é convidado a participar do grupo e aceita a proposta – momento em que descobrem como é importante e bom viver em grupo; **Iniciação:** fase das descobertas das variadas motivações que os jovens trazem para o grupo – Momento de Formação, num processo educativo informal; **Militância:** é a fase madura dos jovens, na qual se apresenta com uma fé amadurecida, com compromisso e como uma liderança.

Essas dimensões não são momentos estanques na vida, que surgem uma após a outra ou de forma descontinuada. Podem despertar em cada momento da existência uma ou mais vezes, de forma contínua ou não, mas ao longo da vida do grupo a formação busca responder a essas etapas, gerando o autoconhecimento dos indivíduos, bem como a oportunidade de construção coletiva de saberes. A primeira dimensão, “consigo mesmo” ou personalização, contribui para que o jovem se descubra quem é. Assim, ele tende a responder à pergunta “quem sou eu?”, desenvolvendo o amadurecimento afetivo. “A educação e a vivência da fé são concebidas como autoaceitação, humanização, busca de sentido da vida e opção de valores” (CNBB, 1998, p. 162).

Na relação com o outro ou na integração grupal-comunitária, abre-se a oportunidade de os jovens experimentarem o outro em sua relação, saírem do isolamento ou do individualismo, fazerem a experiência do grupo e da comunidade enquanto sujeitos que são parte dele. O outro passa a ser também um lugar de encontro e de compartilhamento da vida. As relações interpessoais fornecem oportunidade de o jovem descobrir mais profundamente seus amigos e sua relação com a família. Essa fase proporciona ao jovem a oportunidade de confirmar que não está sozinho. “A educação na Fé é concebida, aqui, como caminho a ser percorrido comunitariamente” (CNBB, 1998, p. 162).

No grupo também se desenvolve o processo de solidariedade e as relações interpessoais com os outros, segundo Oliveira (2002, p. 2), o que “significa que o grupo deve sentir-se tal, também fora do encontro, passeios e almoços”. O grupo não é apenas unido nas horas que o encontro está programado, os jovens criam relações de companheirismo entre os membros, compreendendo a necessidade de ser solidário ao outro quando estiver com qualquer tipo de dificuldade. Essa relação contribui para que a formação dos jovens seja de solidariedade e de humanização para com as pessoas que encontra, assim desenvolvendo a terceira dimensão, a relação com a sociedade.

A dimensão sociopolítica é de grande importância, quando se compreende ao reconhecer que o jovem precisa descobrir as estruturas da sociedade. Não é apenas uma dimensão que propõe ao jovem ser político ou aderir a um partido político ou ao sindicato, mas compreende a formação do senso crítico dos jovens, independentemente de onde ele venha a atuar. Os valores políticos aqui apresentados são baseados nos ideais do Cristianismo da Libertação, tendo como princípios que “a política é a arte de administração da convivência dos cidadãos. Capacita o jovem para ser cidadão consciente, sujeito da história nova, com participação crítica em favor da justiça e da vida digna para todos” (CNBB, 1998, p. 163).

A dimensão da relação com Deus ou mística teológica tem como objetivo fundamental levar os jovens a vivenciar a sua fé de maneira comunitária, conhecendo e experimentando Deus, fazendo a experiência do encontro pessoal com a pessoa de Jesus e seguindo seu projeto nas comunidades. A dimensão colabora para que o jovem cresça na fé e viva os valores cristão, “nasce a experiência da fé que o faz viver como cristão autêntico. Passo fundamental nesta dimensão é transformar a experiência de vida pela força da fé em experiência evangélica. Integra-se a fé na vida” (CNBB, 1998, p. 164). Processo de uma fé encarnada, baseada no Cristianismo da Libertação.

É importante, nessa dimensão, perceber que o espaço do grupo de jovens é um espaço eclesial e, com isso, a fé é algo fundamental, mas as dimensões não são propostas de hierarquia de valores, em que uma ou outra está acima ou abaixo ou contém mais ou menos importância. A dimensão mística perpassa todos os momentos da vivência do jovem, sendo ela o motivador para um grupo, mas mesmo assim não é a única, é a relação fé e vida que dá sentido à proposta do grupo. O encontro do jovem consigo e com os outros em comunidade e no grupo desvenda a sociedade em que está inserido e com ela todos os problemas, percebendo na relação mística uma fé encarnada, uma proposta de fé da libertação que impulsiona o jovem a sair também para perceber a sociedade e modificá-la.

Essas dimensões da Pastoral da Juventude carregam a utopia de formar um

cidadão-cristão que se conhece e tem uma boa relação consigo psicologicamente, que vive na comunidade e é comprometido com a política e a sociedade, levando a ela os valores cristãos de uma nova sociedade. A quinta dimensão é a capacitação técnica, pela qual os jovens terão formas de organização, planejamento, estrutura e formação para que tudo isso aconteça. Assim, os bispos citam que “ação é uma necessidade especial dos jovens, é um instrumento pedagógico privilegiado. A partir de pequenas ações refletidas e avaliadas, os jovens vão crescendo em sua inserção eclesial e social para serem uma presença transformadora” (CNBB, 1998, p. 165).

Na apresentação do livro *Juventude, o grande desafio*, de 1982, do Padre Jorge Boran³, uma de suas preocupações é a metodologia de trabalho dos grupos de base, sempre buscando apresentar de forma sistemática e dinâmica. A obra nos serve como subsídio de pesquisa, contém importância histórica, pois foi lançada no início das organizações dos trabalhos estruturados com a Pastoral da Juventude.

Nesse livro, o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, escreve no prefácio comentando que “os grupos de base, que formam o cerne da Pastoral da Juventude nos dias de hoje, encontram aqui sua posição mais segura e suas linhas de ações dentro de uma igreja voltada para o povo e comprometida com a história e com o evangelho” (BORAN, 1982, p. 7).

O foco do trabalho com a juventude é o grupo de base. A Igreja Católica faz a opção inspirada no modelo das CEB's. Dom Paulo Evaristo Arns, de acordo com a obra de Boran (1982), traz dois elementos importantes, da Igreja voltada para o povo, nela comprometida com a história e com o evangelho. O cardeal orienta que o trabalho dos grupos de bases não deveria se fechar nas estruturas eclesiais, mas se abrir para as mudanças históricas que estavam acontecendo.

Pensar que a Igreja está voltada para a história é destacar que é na sociedade que se encontra o local de atuação da Igreja, evitando assim a possibilidade de percebê-la fora da realidade histórica. A atuação tem de ser na realidade, segundo os princípios do evangelho. Dom Paulo Evaristo Arns (1985), no livro *O que é igreja*, nos ajuda a entender melhor esse papel, quando conceitua o significado do termo "igreja".

³ Padre da Congregação dos Padres do Espírito Santo. Holandês naturalizado brasileiro. Fundador e presidente do CCJ - Centro de Capacitação da Juventude. Dedicou sua vida ao acompanhamento da juventude. Foi assessor nacional do Setor Juventude-CNBB de 1983 a 1991.

A palavra “igreja” é a tradução do latim “ecclesia” que, por sua vez, transmite o conteúdo do termo hebraico “qahal” ou “qahal”, significando o ato da reunião ou também a própria comunidade reunida. Os cristãos chamavam de “igreja” a comunidade toda do povo de Deus (ARNS, 1985, p. 9).

A Igreja é entendida como a comunidade geral que apresenta conflitos e espaços de reuniões de seu povo, que se encontra com o sagrado e com os membros da comunidade. Sader (1991, p. 29) sugere que “nas narrativas das pastorais da igreja aparece uma pluralidade de pequenos grupos que se unem numa caminhada”. Dessa forma, igreja é comunidade, pessoas reunidas; assembleia é a participação dos indivíduos nas atividades. É essa a concepção de igreja que os jovens tinham presentes ao participar do grupo. Porém, é importante destacar que esse não é o único modelo, e que a igreja é ampla em suas concepções.

Neste trabalho analisou-se, como já citado, uma igreja com base nas ideias do Cristianismo da Libertação, não neutra, com clareza de qual fim deseja, quais as intenções na formação dos jovens. Vale ressaltar que esse é um conceito em disputa, bem como o conceito de formação, de sociedade, de política. A nossa compreensão é a partir de uma igreja que tem como objetivo a formação de jovens em grupos, que irão se formar para serem indivíduos comprometidos e militantes, como podemos analisar no processo de como funcionavam as estruturas organizativas.

Os Grupos de Jovens da PJ são um exemplo disso, são apresentados de forma resumida como uma opção pedagógica com valores evangélicos. “A opção pelo pequeno grupo se inspira na própria decisão de Jesus de formar seu grupo dos doze discípulos. [...] Foi a partir dos pequenos grupos, de modo especial o grupo dos doze, que surgiu quase toda a liderança da igreja primitiva” (CNBB, 1997, p. 147).

De preferência defende-se que os grupos da Pastoral Juvenil sejam pequenos, de 10 a 15 jovens, de idade homogênea, com um nível de participação estável e com ritmo periódico de reuniões. É necessário usar uma pedagogia que evite o perigo de fechar num "club" de amigos que não se abre para a missão no seu meio. O pequeno grupo tem como meta ser fermento na massa (CNBB, 1997, p. 147).

Os encaminhamentos dos grupos eram em direção de proporcionar um melhor desenvolvimento dos jovens, com espaços abertos ao diálogo, dando voz e escutando estes jovens, com idades semelhantes, já que a pluralidade de idade poderia causar dificuldades na formação. O final da década de 1970 foi a fase inicial das organizações da Pastoral da Juventude pelo Brasil. Naquela época, existiam milhares de grupos de jovens que se reuniam nas paróquias e comunidades.

Segundo o documento de estudo da CNBB - 44 - Pastoral da Juventude no Brasil de 1986 (CNBB, 1986), existiam 50 mil grupos, que estavam na fase inicial de formação. Foi nessa época que a Igreja fazia tentativas de articulação do trabalho com a juventude católica e estava dividida entre uma herança da Ação Católica Especializada da década de 1960 e as contradições dos Movimentos de Encontro. A Ação Católica Especializada era formada pela JAC (Juventude Agrária Católica), pela JEC (Juventude Estudantil Católica), pela JIC (Juventude Independente Católica), pela JOC (Juventude Operária Católica) e pela JUC (Juventude Universitária Católica).

A Ação Católica Geral foi uma iniciativa do Papa Pio XI, em 1930. Por sua vez, a Ação Católica Especializada foi um movimento que nasceu de atividades pastorais, na igreja de Bruxelas, na Bélgica, por volta da década de 1940. Esta se organizou no Brasil na década de 1950, fortemente influenciada pelo seu principal dirigente: Dom Helder Câmara. Teve papel fundamental na organização de uma nova metodologia de trabalhos pastorais, criando o método Ver-Julgar-Agir, apropriado pela PJ e revisado nesta dissertação em capítulo anterior.

O Papa Pio XI lançou um desafio aos cristãos leigos: que eles, “atuando organizadamente junto à hierarquia da igreja, difundissem os princípios católicos na vida, individual, familiar e social” (SOFFIATI, 2012, p. 39). Diante da iminente perda de influência da Igreja Católica na sociedade moderna, um processo de mudança esteve em andamento na estrutura eclesial. Preocupada com a perda de hegemonia, buscou recuperar seu poder por intermédio da ação dos leigos na política e com a participação das mulheres e dos jovens. Para Sofiati, “o leigo tornou-se braço estendido da hierarquia no seio da sociedade como apostolado organizado e subordinado ao poder do clero” (SOFFIATI, 2012, p. 39).

No início, essa Ação Católica Especializada não tinha como base a militância de um Cristianismo da Libertação, ou propriamente dito, atividades mais ligadas a uma esquerda católica. Como sugere Oliveira:

No Brasil, a Ação Católica surgiu a partir de 1930, quando o país via o capitalismo se desenvolver, as indústrias cresceram e a classe operária tomou vulto. Sua história por aqui pode ser dividida em dois períodos: Ação Católica Geral (ACG) 1932-1950 e a Ação Católica Especializada (ACE) (OLIVEIRA, 2002, p. 15).

Foi durante o papado de Pio XII, nos anos 1939-1958, que tomou forma a Ação Católica Especializada, que “teve grande influência das ideias do Cônego belga Joseph Cardijn. Ele percebeu que existiam setores da sociedade em que o cristianismo não penetrava, como por exemplo, no mundo do operariado” (OLIVEIRA, 2002, p. 16). No Brasil, a Ação

Católica Especializada teve grande influência na década de 1960 na Juventude Universitária Católica (JUC). Segundo Oliveira (2002, p. 17), “a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi composta quase que somente por católicos da JUC durante vários anos”. A ACE foi desarticulada principalmente pela Ditadura Militar no Brasil, por sua intensa participação política que prendeu seus membros e, com isso, a Igreja desarticulou a organização.

A Ação Católica teve importante papel no processo de mudança da Igreja, influenciando o Concílio Vaticano. Na América Latina, os bispos reunidos na Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1968 em Medellín e em 1979 em Puebla, reafirmaram a potencialidade da juventude enquanto missão evangelizadora e para a transformação da sociedade.

Não se pode negar a validade da Ação Católica na história da Pastoral da Juventude, vieram dela a utilização do método ver-julgar-agir na estruturação de lideranças; a busca de uma prática baseada na realidade; a formação na ação, e não apenas teórica; a necessidade de espaços de revisão de vida e de prática; uma fé vivida no engajamento social, com pedagogias para despertar o espírito crítico; a opção pedagógica pelos pequenos grupos; estratégias para ação pastoral; uma espiritualidade encarnada alimentada pela vida de oração e pela inserção social; o protagonismo juvenil na evangelização e autonomia da missão do leigo como base do batismo, que o consagra como Cristão do mundo (OLIVEIRA, 2002, p. 20).

A Ação Católica Especializada, dessa forma, influenciou os trabalhos com a juventude no Brasil e na América Latina. A PJ é herdeira da Ação Católica Especializada, principalmente pela utilização do método Ver-Julgar-Agir. Sofiati (2012), utilizando Michel Löwy, define esses modelos e cenários da Igreja Católica como tendência, inspirado em Gramsci:

Tradicionalistas: formado “por um grupo muito pequeno de fundamentalistas que defendem ideias ultra reacionárias e às vezes até semi fascistas”; **Modernizadores conservadores:** formado por “uma poderosa corrente conservadora” extremamente “hostil à teologia da libertação e organicamente associada às classes dominantes”; **Reformistas:** formados pelos moderados “pronta para defender os direitos humanos e apoiar certas demandas sociais dos pobres”; **Radicais:** composta de uma minoria pequena, mas influente, simpatizante da teologia da libertação e solidária aos movimentos sociais (SOFIATI, 2012, p. 53).

É necessário compreender que a juventude inspirada no Cristianismo da Libertação, com base em suas práticas formativas na década de 1980, tem como prática a tendência de reformistas e radicais. Ao mesmo tempo, emerge uma maneira mais espiritualista, diferenciada das CEB's, que possuía uma espiritualidade encarnada na realidade de seu povo. Esse novo modelo não possuía engajamento político militante, mas esteve

presente em todo o Brasil com o surgimento dos chamados Movimentos de Encontros ou Encontristas.

Segundo Oliveira (2002), os primeiros anos da elaboração da PJ foram influenciados por iniciativas de Movimentos de Encontros, principalmente nos modelos do Cursilho de Cristandade. O autor afirma ainda que havia tensão entre estes dois grupos, que defendiam métodos mais “espiritualistas”, enquanto os ex-militantes da Ação Católica defendiam jovens mais engajados. Essa disputa acabou despertando a formação de grupos de jovens nas paróquias, de egressos dos encontros em contato com ex-militantes da Ação Católica, iniciando assim experiências enquanto grupos de jovens que formavam a PJ.

Cabe destacar que a estrutura de organização da PJ “é parte integrante do seu processo de formação” (SOFIATI, 2012, p. 67). Para isso, é importante compreender como aconteceu a construção da PJ e destacar os três encontros nacionais que aconteceram na década de 1970, realizados pela CNBB, para organizar a experiência pastoral voltada para a juventude. Nos anos de 1973 e 1976 aconteceram os dois primeiros, “reuniram agentes de pastoral engajados no trabalho com a juventude e que viam na proposta de organização Nacional uma perspectiva de desenvolvimento de suas experiências” (SOFIATI, 2012, p. 68).

No ano de 1978 ocorre o 3º Encontro Nacional em Brasília para pensar a conjuntura dos trabalhos da juventude católica organizada. Na época, definiram-se quatro princípios norteadores da PJ Nacional:

1) Formar uma Pastoral da Juventude que seja organizada e que participe junto às demandas pastorais da igreja (Pastoral orgânica); **2)** Partir das necessidades dos/das Jovens, principalmente dos mais empobrecidos, e dos contatos com a realidade (opção que se confirmaria em Puebla um ano depois.); **3)** Atingir muitos jovens por intermédio de pequenos grupos em meios específicos (escola, trabalho, bairro) para transformar a realidade (forte influência da ação católica especializada); **4)** Utilizar no grupo e na coordenação o método ver julgar agir juntamente com experiências antigas e recentes (outra influência da AC) (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Em Santa Catarina, a organização eclesial da PJ iniciou-se oficialmente em 1982, em um encontro estadual que aconteceu na cidade de Lages, com objetivo relatado em documento como um espaço preocupado com a organização - “Temos muito que fazer; temos que fazer em comum; que só organizados é que conseguiremos” (RELATÓRIO⁴ 1, 1982, p. 1).

A organização desses trabalhos acontecia por dioceses. Conforme o documento 44 de estudos da CNBB, Pastoral da Juventude no Brasil, a PJ “organiza-se a partir dos grupos de

⁴ Relatórios das oito assembleias estaduais que aconteceram na década de 1980 no estado de Santa Catarina.

⁵ A divisão nacional da CNBB é feita por regionais, que são definidas por um espaço geográfico; em alguns casos podem conter mais de um estado.

jovens com coordenação paroquial, setorial, diocesana, regional e nacional” (CNBB, 1986, p. 15). O regional da CNBB⁵ é o que equivale à concentração de várias dioceses, no caso de Santa Catarina, chamada de Regional Sul IV da CNBB.

A caminhada da PJ iniciou em 1967, em 1971 chegou o TLC e os movimentos em 1975, como a RCC. Em 1977 foi formada uma equipe central em Tubarão e Criciúma, em 1980 o ENJOCRI (Encontro de Jovens de Criciúma) movimentou a Diocese e começou uma atividade organizada levemente. A celebração do ENJOCRI de 1981 acelerou os encontros entre as equipes que resultou na organização da equipe diocesana (RELATÓRIO 1, 1982, p. 6).

O Grupo Aliança, analisado nesta pesquisa, articula-se nesse período na cidade de Criciúma, inserido na fase inicial da articulação da PJ. Conforme relatório da I Assembleia Regional da Pastoral da Juventude (1982), a criação de uma equipe central da PJ no ano de 1977, na Diocese de Tubarão⁶ e Criciúma, deu início às atividades de forma organizada. Em 1979, às 20 horas, na Paróquia São José, o então coordenador pastoral dirigiu a reunião para estruturar o que viria a ser a Pastoral da Juventude da Comarca de Criciúma (SILVA, 2006). O movimento ganhou ainda mais força com a realização do Encontro de Jovens de Criciúma (ENJOCRI)⁷. “A celebração do ENJOCRI de 1981 acelerou os encontros que resultaram na organização da equipe diocesana da Pastoral da Juventude” (RELATÓRIO 1, 1982, p. 6).

O papel dos grupos de jovens na formação social e política da cidade do sul catarinense pode ser percebido no estudo realizado por Silva (2006) em sua dissertação de mestrado sobre o CEDIP. Ao analisarmos as entrevistas com lideranças do CEDIP em que seus integrantes citam a militância e a atuação na Pastoral da Juventude, “percebe-se um movimento de juventude bem articulado na virada da década de 1970, em que os grupos ligados à Igreja foram de grande importância na formação política daquelas pessoas” (SILVA, 2006, p. 52).

A cidade de Criciúma tem como principal base econômica antes da década de 1980 a indústria carbonífera, sendo desde 1946 a “capital brasileira do carvão”.

A partir dos anos 1920, a cidade se expandiu em torno da indústria carvoeira. No final da década de 1940, a mão de obra estimada em toda região carbonífera era de cerca de 10 mil pessoas, sendo que a população total do município de Criciúma era de 50 mil habitantes (MANDELLI, 2022, p. 45).

No período de 1930 a 1970 a indústria do carvão atraiu centenas de famílias que

⁶ A diocese de Tubarão abrange todo o território que hoje pertence à diocese de Criciúma, no sul do estado de Santa Catarina.

⁷ Após alguns anos, o evento foi denominado de ENJOCRI (Encontro de Jovens Cristãos), pois passou a ser diocesano.

buscavam construir suas vidas, alojando-se principalmente nas vilas operárias e ocupações. Nas vilas operárias de Criciúma “praticamente tudo pertencia aos donos das minas: os terrenos, as casas, os clubes de festas e dança, os clubes de futebol, o armazém e a escola” (CAROLA, 2002, p. 96). Rabelo ainda demonstra como eram as moradias:

Casas de madeiras individuais ou geminadas, escuras, com poucos cômodos, em média quatro: dois quartos, uma sala e uma cozinha, cada qual com sua privada, sem iluminação elétrica, sem água encanada, sem sistema de esgoto, com janelas de madeira e sem vidraça (RABELO, 2007, p. 59).

Segundo Carola (2002), as primeiras mineradoras da região foram a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá S.A., em 1917; Companhia Carbonífera Urussanga S.A., em 1918; Companhia Carbonífera Próspera S.A., em 1921; Companhia Carbonífera Ítalo-Brasileira Ltda, também em 1921, e a Companhia Nacional Mineração Barro Branco S.A., em 1922. Mas os “Donos da Cidade” não focaram apenas no carvão, diversificando seus negócios.

As próprias empresas mineradoras se diversificam, algumas inclusive abandonam a mineração e passam a dar prioridade a outros ramos de atividade mais lucrativas e menos dependentes das oscilantes políticas governamentais e cíclicas crises do carvão. Na nova configuração econômico empresarial temos um cenário diferente na cidade, agora caracterizada pela diversificação da economia e o pluralismo político e cultural (TEIXEIRA, 1996, p. 115).

Criciúma era uma cidade operária, a luta antes do carvão e depois dos mais diversos sindicatos que se reúnem em um momento histórico em que o Brasil vive de ditadura militar e redemocratização criam cenários para o reconhecimento das lutas sociais, populares e sindicais, das mobilizações de trabalhadores, tendo forte influência da Igreja Católica e das comunidades eclesiais de base. No período da economia do carvão, Criciúma tornou-se um polo de luta dos trabalhadores, ganhando fama regional e nacional a ponto de gerar preocupações e medo na classe empresária do setor carbonífero.

Esta “fama” de Criciúma deve-se, evidentemente, ao fato destas lutas terem tomado, em alguns momentos, proporções surpreendentes, acirradíssimas, comparando-se ao que ocorre na maioria dos municípios médios do estado de Santa Catarina. Tudo que acontece em Criciúma a partir de uma mina que fecha, de uma categoria em greve, de uma ocupação ou qualquer questão social explosiva transforma-se em movimento vivo que extrapola os contornos territoriais da cidade. Esta história viva de Criciúma faz derrubar limites e fronteiras, tornando-a, sob este ponto de vista, uma cidade singular (TEIXEIRA, 1996, p. 18).

Na década de 1980 oficialmente se comemora o centenário do município. As

elites locais da cidade se organizam para celebrar suas conquistas alinhadas ao poder municipal. Na festa do centenário se consolida “o esforço de seus antepassados, pertencentes às cinco etnias fundadoras do município: italianos, alemães, poloneses, portugueses e afrodescendentes” (SILVA, 2010).

Desejava-se igualmente mascarar o estigma de uma cidade industrial mineira; assim, os mineradores não participaram efetivamente das comemorações, pois ficaram envolvidos com a Expo 100, feira industrial e comercial ocorrida em outubro de 1980. Para completar os discursos, “inventados” nos gabinetes a “toque de caixa”, projetaram-se obras e monumentos para “imortalizar” os primeiros imigrantes (SILVA, 2010).

No final da década de 1970 e início de 1980, Criciúma começa a ver um leque de organizações sociais que surgem. Silva (2006, p. 25) destaca que os “movimentos populares em Criciúma, ao final dos anos 1970 e no início da década de 1980, começaram a se articular em grupos como as pastorais da Igreja Católica, os movimentos comunitários, o Partido dos Trabalhadores (PT), as oposições sindicais e a Central Única dos Trabalhadores (CUT, Regional Sul, de Santa Catarina). No início da década de 1980,

se articula na cidade o movimento Pastoral Popular, de orientação progressista, em defesa dos direitos humanos e da justiça social. Os grupos organizados nas Pastoral da Juventude, Pastoral Operária e comunidades eclesiais de base incentivaram a organização direta nos bairros para a luta e conquista de direitos como educação, saúde e saneamento básico” (SILVA, 2006, p. 26).

Porém, é importante destacar que a presença da Igreja Católica na política da cidade não era novidade, a novidade era uma participação popular e progressista. A visão conservadora já se fazia presente e habitava os círculos tradicionais da cidade, como é o caso do antigo pároco da igreja São José, no centro da cidade. Em sua dissertação sobre as organizações estudantis em Criciúma, Vitali (2013, p. 75) afirma que “nos relatos dos integrantes da União Estudantil um nome surge com frequência, o do padre Estanislau Cizeski. O religioso participava ativamente das discussões políticas da cidade; ele foi vigário da Paróquia São José de 1954 a 1966”.

A Criciúma operária era um campo de disputas entre conservadores e progressistas. Havia integrantes conservadores da Igreja Católica ligados às elites do carvão e dissidentes ligados às classes populares. Em seu relato de memória, Dorval do Nascimento relembrou a trajetória de sua militância, cuja porta de entrada foram os grupos de jovens ligados à Igreja Católica.

Na verdade, o meu contato com uma militância mais popular começou em grupos de jovens, no final dos anos 70. Eu conheci algumas pessoas, a Regina Teixeira, a irmã dela a Bárbara, e a partir daí eu comecei a participar de um grupo de jovens que chamava NIJC (Nosso Ideal é Jesus Cristo). Nós nos reunimos nos fins de semana e conversávamos. Tinha um movimento de juventude da Igreja Católica muito forte aqui na cidade... Era da Pastoral da Juventude, o Padre Miotello, tinha um pessoal que mobilizou muito os jovens aqui da cidade, e na época eu estudava no Colegião, o Sebastião Toledo dos Santos. Elas também estudavam e outras pessoas do grupo. Nós acabamos participando da eleição do Centro Cívico, formamos uma chapa que se chamava Outras Palavras, e nesse processo nós acabamos fundando aqui na cidade a UCES, União Criciumense de Estudantes Secundaristas. Então... Nós tomamos contato com o Partido dos Trabalhadores, e esse pessoal da NIJC, da PJ depois da UCES, a grande maioria com uma ou outra exceção acaba entrando no Partido dos Trabalhadores, e aí a gente passa a ter uma militância tanto estudantes quanto partidária (SILVA, 2006, p. 59).

Neste contexto o Grupo de Jovens Aliança⁸, da Paróquia de Criciúma, foi criado no ano de 1979. A abertura/início do grupo consta na página 1 do livro Ata 1, no dia 2 de dezembro de 1979. O grupo transcorreu até o ano de 1982, encerrando suas atividades no dia 11 de setembro daquele ano, registrado no livro Ata 3 p. 47. “Esta foi a última reunião do grupo adolescente Aliança” (ATA 3, 1982, p. 47). Na continuidade, a ata descreve que o “grupo, agora tomou um novo rumo, somos um começo ou uma base, podemos dizer assim”.

Na primeira reunião estiveram presentes 13 adolescentes, e dois responsáveis pela paróquia, o Padre Donato Daros e a catequista e incentivadora do grupo Norli Maria de Souza. Dos 13 adolescentes que participaram, seis nasceram em 1965. A ata cita que continham jovens “de 13, 14, 15 e 16 anos” presentes no primeiro encontro (ATA 1, 1979, p. 2).

A motivação do encontro foi a continuidade do grupo de catequese, todos esses adolescentes participavam da turma com as catequistas Norli e Maria Regina e eram classificados como a crisma da “4ª feira de manhã” (ATA 1, 1979, p. 2). O encontro ocorreu logo depois do sacramento da crisma, tinha como objetivo continuar os encontros que já se realizavam. Estava presente, no início do grupo, o Padre Donato Daros⁹, que “trabalhou como Vigário na Paróquia São José, em Criciúma, de 1976 a 1979”, segundo consta no obituário da Diocese de Tubarão. Logo em 1980 o religioso foi transferido para Tubarão. Padre Donato foi assessor diocesano da Pastoral da Juventude (1980-1981).

Na primeira reunião, Daros “ouviu, acolheu e apoiou os jovens com grande alegria; oferecendo o que a paróquia tem de melhor para que os jovens possam se utilizar, a

⁸ A nomenclatura de adolescente e jovens para nós não interfere na pesquisa, pois não existia uma pastoral de Adolescentes, eram todos orientados pela Pastoral da Juventude.

⁹ <https://diocesetb.org.br/cleros/categoria/obituario>

fim de alcançar seus objetivos" (ATA 1, 1980, p. 1). Nesse momento, não fica claro nos escritos quais eram os mecanismos que a paróquia oferecia para os trabalhos dos jovens nem quais os objetivos que podiam alcançar com apoio da Igreja, mas sabemos que um dos objetivos era manter os jovens participando da paróquia, dando continuidade aos trabalhos eclesiais pós-catequese.

No dia 23 de março de 1980 foi escolhido o nome do grupo, que passou a se “chamar de Grupo de Adolescentes Aliança” (ATA 1, 1980, p. 11). O processo de escolha do nome contribui no processo de construção da identidade desses adolescentes com os seus, um processo de constituição de grupo, “na busca de identidade se criam normas, se dá nome para o grupo” (BORAN, 1994, p. 206).

A experiência do grupo de adolescentes revela o processo de constituição de um movimento eclesial estadualizado. Normélio Weber, em sua dissertação de mestrado sobre a Pastoral da Juventude na década de 1980, descreve que:

Somente a partir do início da década de 1980 em algumas dioceses e em função da presença de alguns padres que aderiram à Teologia da Libertação, começam a aparecer sinais de mudança aqui e acolá. Quase sempre são grupos tradicionais que redirecionam lentamente o foco de sua reflexão. A vanguarda é exercida, em Santa Catarina, pela pastoral de Tubarão, Rio do Sul e Itajaí (WEBER, 1980, p.....).

A Teologia da Libertação influenciou várias regiões de Santa Catarina. Segundo Jeremias (2001, p. 14), em “Criciúma, na Pastoral da Juventude teve-se contato com alguns padres adeptos da Teologia da Libertação e que, de várias formas, conduziram encontros e discussões de aprofundamento ligando fé e política”.

O grupo de Jovens Aliança teve influência direta do Padre Valdemir Miotello, que chega à Paróquia São José, em Criciúma, estrutura paroquial do Grupo Aliança em 1980. Miotello acompanha o grupo como vigário e configura-se como um dos padres que lidera a vanguarda da Teologia da Libertação em Santa Catarina. Biff (1997, p. 330) lembra que Padre Miotello “questionou, com seu exemplo de vida pobre e com sua reflexão, a opção da igreja pelas classes médias e o seu silêncio diante de situações claras de injustiça”.

O padre era uma referência para a juventude, esteve diretamente ligado aos jovens e adolescentes, frequentava e refletia por meio do diálogo com os membros dos grupos, mas sobretudo expandia sua relação e influência além das demarcações paroquiais.

“Como assessor diocesano da Pastoral da Juventude inaugurou um novo tipo de padre, por um lado, com um trabalho paroquial e, de outro, como assessor de um serviço pastoral a nível comarcal ou diocesano” (BIFF, 1997, p. 330).

Jeremias reforça que Miotello foi procurado pela juventude logo que se ordenou, “pois havia nele uma identidade muito grande com os ideais e projetos da Pastoral” (JEREMIAS, 2001, p. 15). O padre assumiu a assessoria da PJ em 1980 e foi uma referência para o trabalho da juventude. “Não só em âmbito paroquial, como comarcal e diocesano. O padre Miotello, com seu carisma, deu impulso grande à Pastoral da Juventude, fazendo com que muitas pessoas viessem integrar o projeto da PJ” (JEREMIAS, 2001, p. 15).

Em vários cantos do país formaram-se coordenações e articulações da PJ. Em princípio, algumas delas falharam por terem mergulhado no vanguardismo, principalmente no final da década de 1970 e início de 1980, afastando-se de seus grupos. Somente na década de 1980 a PJ “consegue estabelecer-se enquanto setor católico presente no processo de articulação dos movimentos sociais, portanto, inserido no contexto da igreja popular” (SOFIATI, 2012, p. 69). Hilário Dick, em seu livro sobre a história da PJ, classifica os anos de 1980 como os anos da elaboração teórica.

A década de 1980 se caracterizou pela afirmação da personalidade pastoral daquilo que, com muita convicção, foi-se solidificando como Pastoral de Juventude construindo, aos poucos, uma Pastoral da Juventude. Não é jogo de palavras. É um pormenor que toca no íntimo de uma proposta pedagógica global (DICK, 1999, p. 48).

O processo de formação dos grupos de base, como mostra Sofiati (2012), “é lento e gradual”. Essa característica pode explicar as dificuldades de articulação na década de 1970 e a consolidação da PJ, que se deu só em 1983, no 4º Encontro Nacional, com representantes de todas as regiões. O encontro efetivou a organização da PJB.

A partir das análises do Padre Jorge Boran (1982), os jovens participavam dos grupos da Pastoral da Juventude em três grupos. São eles os tradicionalistas, formado pelos grupos de jovens individualistas e moralistas, mais ligados aos movimentos de encontros da Igreja. Em segundo, os grupos de passagem para um engajamento mais real, formado por grupos que colocam alguns problemas sociais, mas ainda tendo medo de assumir um compromisso real com seu meio específico, “a maior parte dos grupos espalhados pelo Brasil pertence ao segundo grupo, que ainda estava amadurecendo sua consciência crítica” (SOFIATI, 2012, p. 69). E o terceiro os grupos de engajamento real, formado pelos grupos que já naquela época tinham um engajamento transformador nos espaços em que viviam.

No processo de articulação, podem-se relatar quatro motivos que levaram ao surgimento da PJ:

a) Dispersão e isolamento: Muitos grupos fechavam-se em torno de sua realidade local e não tinham contato com as realidades de outros grupos. A PJ facilitou a comunicação integração entre eles.

b) Falta de objetivos claros: os jovens sabiam o que faziam, como fazer, mas poucos conheciam a motivação que os levaram a participar. A PJ sistematizou um projeto de crescimento dos jovens na fé e no compromisso.

c) Improvisação: A improvisação vinha sempre quando a atividade era baseada em inspirações sem relacionamento com a realidade aparece, também, quando existia apelo emocional forte, que provocava conversão precoce. Improvisava-se quando faltava planejamento e fazer uma avaliação consistente, e principalmente quando os jovens não eram protagonistas do processo. A PJ resgata e aprimora o método ver, julgar e agir e o adaptar à realidade juvenil.

d) As cebs e a pastoral de conjunto: o surgimento de uma Pastoral da Juventude orgânica foi a própria mudança e reestruturação que ocorreu nas bases da igreja após o Concílio Vaticano segundo e as conferências de Medellín e Puebla (OLIVEIRA, 2002, p. 51).

Sendo assim, demonstra-se que a PJ não surgiu do dia para a noite. As suas motivações e objetivos foram se estruturando ao longo dos anos pela necessidade de se organizar uma pastoral orgânica, dispondo de estrutura para facilitar esse contato entre os grupos e tirá-los do isolamento. A saída do isolamento garante a estrutura e a criação de uma pastoral que organiza os jovens, garantindo a sistematização de um projeto de formação de jovens para a estrutura eclesial e no compromisso político, a necessidade de sair da improvisação, de ter um projeto formativo para garantir que os jovens tenham uma formação crítica, isto é, ligada ao Cristianismo da Libertação, com intencionalidade de formar cidadãos comprometidos de forma progressista.

4.1.1 O caminho escolhido para a pesquisa

Como procedimento para a realização da análise deste trabalho, nos baseamos em conceitos apresentados pelas Teorias Freireanas e para comparar e analisar o processo formativo do Grupo Aliança, objeto deste estudo. Para isso, separamos em três momentos a vivência formativa, tendo como base a estrutura metodológica utilizada pelos grupos ligados ao Cristianismo da Libertação. Dessa forma, apresentamos o material a seguir comparando-o com conceitos de base freireana para que nos ajude a compreender como tal formação era concebida no grupo.

As categorias História e Memória estão presentes neste trabalho como partes fundamentais da análise das fontes históricas. A História enquanto conhecimento do que já se pesquisou e do que se explicou em relação ao acontecido e a Memória enquanto registro e lembrança em relação a um determinado passado que não se dissocia do presente, uma vez que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em

permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Ou seja, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9). A memória, para Thompson (1998, p. 337), é conferida através da História Oral, sendo que esta “devolve a história às pessoas em suas próprias palavras”. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. Destacam-se também as evidências dos fatos coletivos, em que a memória de um pode ser a memória de muitos.

Os documentos históricos podem ser classificados como documentos preservados. Segundo Karnal e Tatsch (2009, p. 24), como “fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”. Para Barros (2020, p.8), “as fontes documentais são tudo (registros, artefatos, imagens, etc.) que contém informações importantes sobre o passado humano”. Já Le Goff (1990) destaca que o documento histórico é um objeto da sociedade que o produziu e a partir deste o historiador/a, pesquisador/a pode compreender a memória coletiva e construir uma narrativa textual na forma de conhecimento histórico.

O termo memória coletiva teve como principal referência o francês Maurice Halbwachs. Com base em Halbwachs, Le Goff (2003, p. 95). explica que “memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade”.

Halbwachs (1990, p. 25) destaca a importância do outro na relação de construção coletiva da memória, não apenas em suas recordações individuais, mas apoiando-se na lembrança do outro, “como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”.

Dessa forma é possível destacar que os indivíduos carregam memórias que “permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”, e “isto acontece porque jamais estamos sós” (idem). Além disso, “não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Em relação à metodologia já explanada nos referenciais teóricos desta pesquisa e em capítulos anteriores, rememoramos brevemente nesta seção a fim de facilitar o entendimento da trajetória metodológica escolhida pelo autor. Investiga o material aqui proposto, partindo de preceitos da leitura de mundo realizada pelos jovens do Grupo Aliança, debruçando-se nos temas geradores como um processo de desvelar o mundo para os participantes. Faz uma analogia com o processo de conscientização e diálogo apresentado pelas metodologias freireanas de forma a apreender a realidade, e por último, a ideia de agir no mundo, entendido como ação revertida em protagonismo e autonomia no desenvolvimento do grupo e, no futuro, como papel de militância e, ainda, como *práxis* de intervenção e atuação.

A intenção de aproximar a prática do grupo e as teorias é buscar pontos em comum a fim de sistematizar o processo formativo, quando, por análises e sínteses, é possível exercer provocações sobre as questões em discussão, no intuito de fazer surgirem novos saberes sobre o tema sugerido nesta pesquisa. As aproximações em Freire que nos propomos a revisitar são comparadas às atas do Grupo Aliança com o intuito, como já proposto no início deste trabalho, de entender o processo formativo enquanto grupo.

Para o desenvolvimento deste capítulo, utilizaremos como objeto de pesquisa os livros atas do Grupo de Jovens Aliança. Foram encontrados três livros com registros das reuniões durante os anos de existência das atividades. Os documentos serão nomeados por ordem, Livro Ata 1 (1979, 1980), Livro Ata 2 (1981), Livro Ata 3 (1982). Os materiais são arquivos digitalizados que integrantes do grupo repassaram para o desenvolvimento deste trabalho.

A revisita dos livros, como documentos históricos escritos sem um rigoroso processo de metodologia de dados, eram livremente escritos pelos jovens que anotaram o que julgavam importante para o registro das atividades. Nesta análise, percebemos que nas entrelinhas temos lacunas a serem respondidas, informações que o documento não fornece. Essas respostas serão avaliadas nas entrevistas ex-integrantes do grupo para compreender suas experiências formativas nas reuniões realizadas.

No segundo momento, por entendermos que o processo de formação também se deu de forma política social dentro do Grupo Aliança, analisamos o Agir a partir da militância dos jovens, compreendendo que os atores sociais foram fundamentais para a formação desses indivíduos. Assim, entrevistamos ex-membros para percebermos como ocorreu tal processo de criticidade. Aliás, ter senso crítico não é ser do contra, é julgar os valores e antivalores da sociedade, temática que corrobora com Paulo Freire (1983) em Educação como Prática de

Liberdade, quando o pedagogo descreve que o processo do saber necessita de diálogo constante com o outro para a conscientização e uma ação transformadora. “A reflexão, se realmente reflexão, conduz a prática” (FREIRE, 2017, p. 73). Essa prática é a intervenção dos jovens na sociedade.

Sendo assim, frisamos que estamos falando nesta pesquisa de um processo de formação inicial, uma gestação de futuras lideranças sociais e políticas, ou não. A formação aqui analisada não é apenas política, por estar em um espaço eclesial, mas é parte da matriz religiosa como argumento para reflexão de outras temáticas e dimensões. Constatamos que as diferentes realidades dos membros do grupo “trazem uma bagagem diferente, em termos de família, de ambiente, de personalidade, de maturidade emocional, capacidade intelectual e aprofundamento da fé” (BORAN, 1982, p. 50), e por isso merecem ser avaliadas neste estudo.

4.1.1.1 Desvelando o mundo: uma leitura da realidade por meio de temas geradores

Todo grupo que se inicia parte de uma visão ingênua da realidade, já que o processo formativo tende a levar um tempo para se solidificar, assim como o processo de conhecimento. Na construção da coletividade, a organização do grupo de jovens ajuda a compreender este mundo que está posto. Essa leitura da realidade se dá por via dos temas que são trazidos, bem como por meio das experiências vivenciadas.

Como início de formação, os integrantes passam pelas fases do grupo, apresentada por Sofiati (2012)¹⁰ como Nucleação, Iniciação e Militância. O objetivo inicial é justamente constituir um coletivo, com diálogo de ideias, encontro e vivência comunitária, levando-se em consideração a importância das relações pessoais na formação humana dos indivíduos. Nesses encontros iniciais, a intencionalidade é proporcionar reconhecimento entre os participantes tendo como base temas geradores que possam fazer ligação com a realidade em que o próprio grupo de jovens está inserido.

No grupo é preciso respeitar as fases de descobertas do jovem com o grupo, “as etapas pedagógicas de conscientização e educação na fé dos jovens que ainda se encontram em processo de iniciação” (CNBB, 1986, p. 31). Respeitar as fases de grupo é colocar em prática a reciprocidade de consciência que Freire nos fala:

¹⁰ **Nucleação:** fase em que o jovem é convidado a participar do grupo e aceita a proposta - momento em que descobrem como é importante e bom viver em grupo; **Iniciação:** fase das descobertas das variadas motivações que os jovens trazem para o grupo - Momento de Formação, num processo educativo informal; **Militância:** é a fase madura dos jovens, na qual se apresenta com uma fé amadurecida, com compromisso e como uma liderança (2012, p. 93).

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE, 2020, p. 108).

No ano de 1980, segundo ATA 1, os jovens do grupo Aliança refletiram sobre o tema da Campanha da Fraternidade, que era: “Fraternidade no Mundo das Migrações”, e o lema, “Para onde vais?”. A campanha, que se realiza anualmente, tem como objetivo refletir sobre um assunto que está latente na sociedade brasileira. A proposta daquele ano tinha como objetivo, segundo site da CNBB (2022), “a intensificação da mobilidade humana em geral e mais particularmente das migrações internas, a existência de imigrantes e mesmo a emigração de brasileiros propõem à Igreja, como primeira atitude, uma mudança de mentalidade em vários níveis”.

A título de contextualização, o número de migrantes no ano de 1980 era estimado em 40 milhões de habitantes, segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entendemos que tal tema foi dado não só pelo viés eclesial de discutir a Campanha da Fraternidade, mas também com objetivo de que os jovens pudessem caminhar em direção a uma leitura do mundo, auxiliado pela leitura das palavras, realizada por meio da temática da campanha, mas compreendendo também os problemas sociais presentes na realidade brasileira. Pois, como apresentou Freire, é preciso “aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto”. (IBGE, 1989, p. 33).

Em cada encontro de jovens eram fomentados debates de temáticas que estavam presentes na vida dos participantes. Os integrantes do Aliança apresentaram como tema a ser debatido, na reunião no dia 17 de maio de 1980, “uma análise das dificuldades dentro do grupo Aliança” (ATA 1, 1980, p. 22). Percebemos que a leitura de mundo desses jovens possibilita o direcionamento de seus olhares para o próprio grupo, pois é ali onde acontecem parte das experiências destes adolescentes em formação.

O grupo é também espaço de diálogo para expressarem sua visão de mundo e sua condição de adolescentes. Exemplo disso foram os assuntos descritos em ata, propostos pelos próprios membros para a discussão. “Antipatia; Amizade; Compreensão, Respeito; Indisciplina; Falta de participação na reunião; Brincadeira fora de hora; Irresponsabilidade quanto ao compromisso do grupo; Gente comparecendo às reuniões sem objetivo” (ATA 1, 1980). Aqui, destaca-se que os temas geravam habilidades para aprenderem com o contexto e, num futuro próximo, identificarem as dificuldades do grupo.

Como observação, aparece a informação: “Foram analisadas as dificuldades e todos juntos buscamos a solução para os mesmos” (ATA 1, 1980, p. 22). Ressaltamos que o sentido de coletividade no processo de compreender seu espaço acaba por gerar oportunidade de aperfeiçoar as atividades e, com isso, garantir a responsabilidade diante dos outros indivíduos que integravam o grupo.

Sendo assim, reforçamos a importância do tema gerador que proporciona a troca de experiências por meio do diálogo, respeitando as diferenças dos indivíduos presentes, cada um com suas histórias e que são trazidas para o contexto de coletivo. É através desse diálogo que encontramos a transição entre uma visão ingênua de mundo para uma visão crítica de mundo, a consciência, que se assume na realidade em que se está inserido. Esse desvelar o real para a superação deve ser feito em etapas, “[...] então está a *práxis*; reflexão e ação verdadeiramente transformadoras da realidade, fonte de conhecimento reflexivo e criação [...]” (FREIRE, 2005, p. 106).

Diante disso, o papel do tema gerador é de fato tensionar entre os saberes. De um lado, o já elaborado por cada sujeito, e de outro, o saber em processo de construção por meio da discussão coletiva. É dessa forma que o conhecimento dar-se-á de maneira partilhada, explicitando as diferentes visões de mundo e as contradições intrínsecas à produção da realidade social, gerando consciência crítica através das relações dialógicas. “[...] o poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com eles não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo” (FREIRE, 1993, p. 71).

Uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione ao mesmo tempo a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (FREIRE, 1993, p. 87).

Entendendo os temas geradores como fundamentais para a formação desses jovens, destacamos que o método *Ver* encaixa-se com o desvelar dessas temáticas que fazem parte do cotidiano dos adolescentes e de seus contextos sociais. O grupo, ao longo de sua existência, irá refletir sobre uma série de temas relacionados à vida dos jovens, com diferentes dimensões para a vida dos indivíduos, sendo elas políticas, sociais, religiosas e pessoais. Demonstramos isso citando os assuntos descritos em atas: “Conservação do Meio Ambiente” (ATA, 1980, p. 25), “Solidão e Liberdade” (ATA, 1980, p. 28), “Relacionamento Pais e Filhos” (ATA, 1980, p. 38), “Paz-Guerra e Violência” (ATA, 1981, p. 12), “Namoro no grupo

e namoro em si” e “Deus para mim” (ATA, 1981, p. 13), “Compromisso de ser Aliança” (ATA, 1981, p. 14), “Jesus Cristo meu irmão-hoje” (ATA, 1981, p. 15), “Vida e Morte” (ATA, 1981, p. 18), “Paz” (ATA, 1981, p. 21), “Evangelho” (ATA, 1981, p. 26).

Como podemos perceber, os temas geradores possuem como utilidade a tensionalização dos saberes que os jovens já trazem de suas histórias para um confronto com os saberes dos outros jovens, em forma de discussão de temáticas e estruturação de reuniões. Tais discussões que partem da realidade dos participantes, dos jovens envolvidos no grupo, de forma problematizadora, influenciando o processo de construção de novos saberes oriundo das reflexões realizadas.

Na primeira reunião de 1980, uma pergunta era feita aos jovens para que respondessem: “O que você espera do grupo?” As respostas apresentadas naquele momento são variadas e de ordem individual, assim apresentadas: “Amizade, Realizar-se como um jovem Cristão, Busca novos amigos, Caridade e Fraterna, Lugar onde possa expor suas ideias e sentimentos, Lugar de Abertura para os tímidos, ajudar os colegas que tenham problemas” (ATA 1, 1980, p. 8).

Compreendemos que a pergunta proporciona diversas expectativas, no primeiro momento do grupo, sentimentos voltados para uma realidade individual dos jovens, que buscam respostas de sua identidade, mas constroem também anseios de uma vivência coletiva, como demonstrada em ata ao afirmarem que auxiliar os colegas também é propósito de formação. Enfatizamos ainda a impotência dessa coletividade no processo formativo do grupo, com intuito não de transmitir conhecimento específico, mas proporcionar o desenvolvimento de um saber autêntico entre os jovens, fornecendo a ação dos homens sobre a realidade.

Os jovens passam a compreender a necessidade de uma estrutura mínima de organização, auxiliando assim o processo de decodificar o mundo para então agir nele e com ele. Como propõe Boran (1982, p. 226), “num primeiro momento, os jovens descobrem o grupo, os valores de um trabalho em equipe, a abertura para o outro, o diálogo”, vão descobrindo estruturas mínimas de trocas de experiências de vida.

O grupo vai expressando os “sentimentos” de cada indivíduo na experiência grupal, para proporcionar temas geradores, de reflexão sobre o mundo em que vivem, desenvolvendo ao longo dos encontros descobertas e novos temas ligados à vida desses jovens. Porém, os novos temas a serem geradores precisam estar organizados no processo de grupo.

Em todas as etapas da descodificação, estarão os homens exteriorizando sua visão do mundo, sua forma de pensá-lo, sua percepção fatalista das “situações-limites”, sua percepção estática ou dinâmica da realidade. E, nesta forma expressada de pensar o mundo fatalistamente, de pensá-lo dinâmica ou estaticamente, na maneira como realizam seus enfrentamentos com o mundo, se encontram envolvidos seus “temas geradores” (FREIRE, 2019, p. 136).

Uma das situações-limite apresentadas é a organização do grupo; organizar é abrir oportunidade de pensar um mundo em dinâmica, estruturado, para transição da forma de pensar. Nessa divisão, os jovens estabelecem, de forma específica, três funções organizacionais: “líder, secretaria e cronometrista” (ATA 1, 1980, p. 39). A orientação geral é que “[o] grupo deve ter uma estrutura mínima para funcionar: coordenador, vice-coordenador, secretário” (CNBB, 1998, p. 148). No dia 6 de setembro de 1980 realizaram a “divisão entre as duas equipes do grupo e os assuntos que serão tratados nos próximos encontros do mês de setembro de 1980” (ATA 1, 1980, p. 41), ficando dessa forma organizada e, por interesses dos jovens, disponibilizados os temas geradores:

Equipe veteranos: Líder: Carlos, secretaria: Marcedone e cronometrista: Fabricio
 13 de setembro - Bíblia reflexão com slides
 20 de setembro - estudo da Bíblia
 27 de setembro - participação da missa do G.A
 Equipe Franciscana: Líder: Rita, secret: Márcia e Cronometrista: Margarete
 13 de setembro - Palestra: Tóxicos - Odelondes
 20 de setembro - Palestra: Amizade - Nelson
 27 de setembro - Palestra: Relacionamento Pais e filhos - Dona Iolanda e Sr. Altemar
 (ATA 1, 1980, p. 41).

A divisão entre dois grupos, com temas geradores diferentes, segundo a idade de cada um deles, proporciona um avanço nas reflexões, a leitura do mundo é diferenciada. Esse aprofundamento da realidade aparece como um “conjunto de ideias, concepções, esperanças, dúvidas, valores, desafios em interação dialética com seus contrários, buscando uma plenitude” (FREIRE, 2019, p. 128). Essa divisão de temáticas diferentes para as idades traz a ideia de Freire sobre níveis de conhecimento em que “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes” (2017, p. 78). As fases de vida mostram a diversidade dos saberes, respeitando também as etapas dos jovens.

4.1.1.1.1 A experiência eclesial do grupo: uma forma dialógica de conscientização

Perceber os processos de conscientização no Grupo Aliança por meio de analogia com as metodologias freireanas é uma forma de compreender o processo formativo dialógico

pelo qual os jovens passavam enquanto experiências de grupo. Vale frisar que entendemos tal conscientização como um processo histórico que se desenvolve pela tomada de consciência de indivíduos, possibilitando a eles emancipação e integração ao mundo real. Essa maneira de tomar consciência é fundamentada na ação-reflexão, pela qual as pessoas podem ressignificar e reconstruir o mundo dentro de uma relação dialética e dialógica.

A exemplo disso e de práticas dialógicas no Grupo Aliança, no dia 16 de agosto de 1980, os jovens decidem “Passar o domingo corrente, na gruta Nossa Senhora de Lourdes” (ATA 1, 1980, p. 36). Dentre os objetivos do encontro estava a ideia de ampliar a constituição do grupo e suas concepções de formação e de responsabilidade enquanto organização.

Ao analisarmos a programação do encontro, podemos perceber a estruturação dividida em três momentos com temas específicos: os dois primeiros marcados pela reflexão com temas ligados ao grupo, intercalados por canções e, num terceiro momento, um “debate” em grupo. A música se faz presente nos encontros como forma de animação, mas também auxilia num processo de conscientização, quando os jovens além de letras reflexivas sobre a realidade também cantam em comunhão com o outro.

Programação:

- Saída às 14h defronte a igreja.
 - 1º Deus é amor - Pe Miotello
 - **Reflexão** (em equipes de 3 elementos cada)
 - **Cantos**
 - Brincadeiras:
 - 2º Tema - Vários, como: felicidade, fé, amor, amizade, esperança, união e outros
 - cantos
 - 3º Tema: Grupo de jovens; como está o nosso grupo? Quais os pontos positivos e negativos? Em que e como podemos melhorar
 - **Reflexão ou debate em equipes** (5 elementos cada)
 - Apresentação do plenário
 - Conclusões e resoluções finais
- (ATA 1, 1980, p. 37)

Pela ata, são perceptíveis os momentos de comunhão e diálogo entre estes jovens. Além das discussões de temas geradores para a leitura de mundo, o grupo se preocupava com o andamento da coletividade em equipe. Tudo voltado à reflexão e, principalmente, por meio do diálogo. A dinâmica de organização acontecia na divisão de subgrupos. A plenária final foi apresentada por cinco adolescentes que representavam os subgrupos criados para debater os assuntos propostos nos temas.

Desta forma, podemos pensar no que aponta Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (2011), quando afirma que “Ensinar exige disponibilidade para o diálogo”. Isso

levando-se em consideração que a formação não passa apenas pelo ensinar, mas também pelo aprender, já que os indivíduos são sujeitos inacabados. É daí que surgem as inúmeras possibilidades para a abertura do diálogo, para mais tarde refletir e conscientizar. Assim, uma ação dialógica pode ser vista como o encontro de sujeitos: “Um encontro em que se busca o conhecimento” (FREIRE, 1980, p. 79).

É também na troca de saberes destes jovens sobre a caminhada do Grupo, sobre angústias, incompletudes e continuidades que surge a disponibilidade para este diálogo. A possibilidade de diálogo, na concepção freireana, é fundamental para pensarmos o processo de problematização que “comprometida com a libertação, se empenha na desmistificação” (FREIRE, 1987, p. 72). E é ainda por meio do diálogo que estes adolescentes criaram uma lista de pontos positivos e negativos, transcritos em ATA, ficando da seguinte forma os pontos positivos do grupo: “amizade e conhecer novas pessoas” (ATA 1, 1980, p. 37). Já os negativos assim ficaram expostos:

Pontos Negativos:

- a) Falta de disciplina todos falam ao mesmo tempo
- b) Brincadeiras fora da hora
- c) Diferenças individuais - há pessoas que ficam falando por trás, porque não gostam de certas pessoas.
- d) “turistas”- Só aparecem quando sabem que vai haver algum passeio, encontro, etc...
- e) Falta de participação nos cantos - há pessoas que fingem cantar, só gesticulam com os lábios.
- f) Falta perseverança - vir ou não vir ao grupo tanto faz.
- g) Falta de atenção
- h) Tipos de amizades que não são profundas, e não levam a um maior crescimento.
- i) Dependendo do grupo, o grupo depende muito dos outros (ATA 1, 1980, p. 37).

A dinâmica de apontar entre os jovens o julgamento sobre o andamento das atividades exerce não somente autonomia entre eles, como também gera um julgamento, não necessariamente em sentido negativo, mas com intuito de buscar a possibilidade de pensar no e sobre o futuro. Isso não significa somente enxergar os pontos negativos, mas identificar o que não anda bem, avaliar e perceber o que não está dando certo para que possa ser corrigido, modificado, refeito, ou seja, tomando consciência daquilo que precisa ser mudado. “É decidindo que se aprende a decidir” (FREIRE, 1996, p. 119).

Mais um ponto importante no processo de formação constatado nas atas é a organização e a construção de regras para o andamento dos trabalhos no Grupo Aliança, não com o objetivo de oprimir ou “colocar em caixas”, mas com intuito de um rigor com método,

o que para Freire também pode ser entendido como uma forma de comunicação que provoca o outro a participar, ou incluir o outro no processo. Sendo assim, construir regras faz parte da tomada de consciência destes jovens, podendo avaliar ações e decidir para o melhor funcionamento das atividades coletivas.

O conjunto de percepções e de visões de mundo de um grupo constrói um processo de experiência histórica ao atuarem coletivamente, aliado às representações simbólicas que também constroem ou adotam, são parte mais relevante da cultura política de um grupo porque é a partir destes elementos que o grupo constrói sua identidade (GOHN, 2005, p. 34).

Quando estes jovens criam sugestões ou regras de convívio, podemos entendê-las como respostas aos pontos negativos apresentados por eles mesmos no momento anterior à dinâmica do encontro. Os adolescentes colocam como primeira sugestão o respeito na hora de se manifestar: “Quem quiser falar, deverá pedir licença levantando a mão, e não falar rindo e brincando, mas falar sério”. A ideia é o respeito ao tema que está sendo tratado: “Quando alguém estiver falando deverá ser respeitado, ficando todos em silêncio, para que ‘todos’ possam ouvir a pessoa que fala” (ATA 1, 1980, p. 37).

Paulo Freire lembra que “a existência, porque humana não pode ser muda, silenciosa, nem tão pouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo” (FREIRE, 2017, p. 108). O não silenciamento dos jovens e a possibilidade da palavra e da comunicação levaram o grupo a descobrir espaços de encontros e participação com outros adolescentes, desenvolvendo assim sua ampliação no processo de comunhão com o outro.

Paulo Freire (2007) apresenta que a autoridade e a liberdade devem caminhar juntas para que se assegure o respeito entre as duas, o grupo apresenta sua autoridade e sua liberdade de tomar decisões. “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que se vão sendo tomadas” (FREIRE, 2007, p. 107).

Essa comunhão e encontro com o outro ocorreram em diversos momentos do Grupo Aliança. Um outro exemplo importante desta troca de saberes, de experiências e da comunhão também episcopal foi a participação no RACA¹¹ (Retiro e Acampamento de

¹¹ O RACA foi uma atividade impulsionada pelo Padre Miotello, que era assessor do grupo Aliança e assessor diocesano da PJ. No ano de 1981 foi realizada sua primeira edição. Segundo Jeremias (2001), o nome RACA significava inicialmente Retiro, Acampamento de Carnaval, mas em hebraico significa *loucos*. A escolha foi uma alternativa para integrar os grupos de jovens da Diocese de Tubarão com a intenção de “Aprofundar a discussão da caminhada Pastoral” (p. 44).

Carnaval), realizado no dia 28 de fevereiro de 1981. Conforme as orientações da CNBB, “os retiros possuem sua base nas orientações teológicas, pedagógicas, metodológicas e de espiritualidade, que animam os processos de educação na fé que os jovens vivem normalmente em grupo” (CNBB, 1998, p. 226).

Sendo assim, os retiros da Pastoral da Juventude não tinham como característica levar os integrantes a uma fuga da realidade, dando a impressão que só podiam encontrar Deus fora da realidade em que viviam. O marco Referencial da Pastoral da Juventude destaca que “os Retiros não encontram sua finalidade em si mesmo, mas em estar oferecendo um maior aprofundamento e vivência do seguimento de Jesus e de um compromisso mais radical com o mundo e com a história” (CNBB, 1998, p. 226). A ata do grupo relata que a intenção era “aprender a viver em Comum-unidade e, ao voltar, contagiaram os outros” (ATA 2, 1981, p. 02).

Na monografia de especialização de Ednom Luiz Jeremias, a entrevista de um dos participantes do Grupo Aliança descreve que o RACA “é também um ensaio do modo de vida que acreditamos ser possível. Não é uma fuga da sociedade, mas uma opção dela” (JEREMIAS, 2001, p. 44). Diante do exposto, evidenciamos que os encontros e as vivências serviam como possibilidade de encontrar opções de vidas diferentes das dadas na sociedade, servindo ainda como forma de conflitar a realidade. Assim, percebemos que, mesmo sem intencionalidade, os espaços de reuniões fora do grupo ajudavam os integrantes a problematizar os acontecimentos, bem como a formar uma visão menos ingênua do que ocorria na sociedade da época.

O importante, do ponto de vista de uma educação humanista, libertadora e não “bancária” é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada, implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (FREIRE, 2013, p. 141).

Estes encontros e celebrações eram ainda um anúncio e alimentação para uma utopia cristã vivida pela Pastoral da Juventude (JEREMIAS, 2001). Nesse sentido, Jeremias (2001) reforça que para os grupos religiosos as utopias estão ligadas ao ideário cristão, neste caso e já tratado nesta pesquisa, ao Cristianismo da Libertação, que tanto influenciou as CEBs e, por consequência, a PJ. Importante ressaltar que a Utopia diretamente ligada aos grupos é também um compromisso histórico, “não é irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante” (FREIRE, apud MISOCZKY, 2009, p. 461).

O pensamento religioso do grupo tem como intencionalidade formar cristãos e cidadãos, os momentos de oração e leitura da bíblia servem como abertura de espaço para refletir sobre os temas. Um exemplo disso é o ocorrido no dia 12 de setembro de 1981, quando houve a reflexão realizada sobre o Evangelho (Mc, 4, 30 - 34): “o grão de mostarda”. No documento, aparece a seguinte reflexão no diálogo do grupo: “Nós somos como o grão de mostarda em comparação com Deus. Mas é cultivando o amor que encontramos o que tanto buscamos, que é o nosso ideal” (ATA 2, 1981, p. 29). E o que diz a parábola do “grão de mostarda”?

Naquele tempo:
 26 Jesus disse à multidão:
 ‘O Reino de Deus
 é como quando alguém espalha a semente na terra.
 27 Ele vai dormir e acorda, noite e dia,
 e a semente vai germinando e crescendo,
 mas ele não sabe como isso acontece.
 28 A terra, por si mesma, produz o fruto:
 primeiro aparecem as folhas, depois vem a espiga
 e, por fim, os grãos que enchem a espiga.
 29 Quando as espigas estão maduras,
 o homem mete logo a foice,
 porque o tempo da colheita chegou’.
 30 E Jesus continuou:
 ‘Com que mais poderemos comparar o Reino de Deus?
 Que parábola usaremos para representá-lo?
 31 O Reino de Deus é como um grão de mostarda
 que, ao ser semeado na terra,
 é a menor de todas as sementes da terra.
 32 Quando é semeado, cresce
 e se torna maior do que todas as hortaliças,
 e estende ramos tão grandes,
 que os pássaros do céu podem abrigar-se à sua sombra’.
 33 Jesus anunciava a Palavra
 usando muitas parábolas como estas,
 conforme eles podiam compreender.
 34 E só lhes falava por meio de parábolas,
 mas, quando estava sozinho com os discípulos,
 explicava tudo. (PARÓQUIA DIVINO SALVADOR, 2015).

Se o Reino de Deus é “como um grão de mostarda”, quem e como deve ser cultivado o solo para que as sementes geminem, cresçam e produzam frutos?

O ideal é religioso e social. Freire aponta que “a reflexão, se realmente reflexão, conduz a prática” (FREIRE, 2017, p. 73). Tal prática é a intervenção dos jovens na sociedade, num processo também de ação-reflexão em comunhão. “Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também” (FREIRE, 2017, p. 81).

A descoberta e as análises críticas da sociedade são realizadas com o contato que

o grupo tem com outros grupos e nas interações locais; é possível perceber que a participação nos encontros e, principalmente, na organização dos encontros, como no caso da realização do ENJOCRI¹² da PJ da Diocese de Tubarão, se constituía num espaço formativo de interação social e reflexão coletiva.

Nessa reunião o grupo trabalhou para o “Enjocri”. Nesta reunião nos comprometemos a fazer as folhinhas de canto, do tão falado encontrão. E assim foi feito, nossa sala se transformou em uma grande gráfica, onde todos procuram se esforçar ao máximo dando tudo de si para o sucesso do Enjocri (ATA 3, 1982, p. 40).

A participação no ENJOCRI pelo grupo Aliança não é novidade, mas nesse momento os jovens assumem tarefas para realização do encontro. Segundo Jeremias (2001), em 1982 foi realizado no município de Lauro Müller, com o tema “As verdades sobre Jesus Cristo”. Jeremias (2001, p. 41) descreve que “a partir de 1982 passou-se a ter encenações (teatro) pelos jovens de cada região, retratando suas realidades”.

O ENJOCRI era polêmico em sua crítica, seja em relação à sociedade ou à própria Igreja. Jeremias (2001, p. 41) relata que “as denúncias e críticas dos jovens para com a hierarquia da Igreja Católica da Diocese de Tubarão desagradou a alguns padres e prejudicou seriamente a relação da Pastoral da Juventude com a coordenação diocesana de pastoral”. É fundamental perceber que estes momentos de conflitos com a hierarquia da Igreja também serviram como “celebrações-encontros” que anunciavam e alimentavam “a utopia cristã vivida pela Pastoral da Juventude” (JEREMIAS, 2001, p. 43).

O uso das canções para reflexão religiosa permitia que os jovens pudessem analisar a realidade de grupo e de suas vidas. Uma das músicas cantadas no grupo, “O Pregador”, canção de Padre Zezinho, virou tema de discussão. Na ata, podemos ler que “na música, Simão, André, Pedro, Tiago aceitam o convite de J.C e, por decisão própria, largaram tudo e todos seguindo o caminho, a meta. Assim foi colocado no Grupo: ‘A Decisão é Tua’” (ATA 2, 1981, p. 28).

¹² O ENJOCRI aconteceu em 1976, é uma das referências do trabalho com a juventude na diocese, nasce com o nome de Encontro de Jovens de Criciúma, e teve como protagonista o grupo de jovem Alicerce, com apoio do Padre Donato Darós, na paróquia São José, mesma do grupo de adolescente Aliança. Com grande aceitação passa em 1979 a fazer parte do cronograma da diocese de Tubarão, e muda seu nome para Encontro de Jovens Cristãos da Diocese de Tubarão.

Padre Zezinho

Vinhas andando na praia
 Curtindo esta sede de nos libertar
 [...]
 Tem certeza daquilo que quer
 E convidaste a andré pedro e
 João e tiago a mudar de mistério
 [...]
 Hoje eu percebo que passas
 Nas ruas e praças de um mundo
 Sem graça de paz tão mendigo
 Ouço tua voz que convida
 Que eu mude de vida e por fim
 Me decida e caminhe contigo
 [...]
 Antes dissera pagar para ver
 Hoje quem vai pela rua
 Sou eu que nem sempre consigo aceitar
 Essa injustiça tão crua essa falta de amor
 Esta dor secular
 E do meu jeito tranqüilo de quem
 Tem certeza que vinhas de Deus
 Eu proponho que faças que eu
 Seja fermento do reino dos céus

Não era o cantar por cantar ou como única opção de louvar por meio da música. A escolha das músicas remetia a reflexões mais profundas para a tomada de consciência. Refletir sobre a “Decisão é Tua”, por exemplo, abre a liberdade de compreensão que os membros do grupo são encaminhados para a autonomia de decisão, para o protagonismo que é base das opções pedagógicas da Pastoral da Juventude e da Teologia da Libertação.

4.2 PROTAGONISMO E AUTONOMIA COMO AÇÃO CONSCIENTIZADORA

Para Freire, a consciência é “sempre consciência de algo, a que se intenciona”, dando assim significado. “A consciência de si dos seres humanos, implica na consciência das coisas, da realidade concreta em que se acham como seres históricos e que eles aprendem através de sua habilidade cognoscitiva” (FREIRE, 1976, p. 117).

O grupo é um processo de autoparticipação, tomada de consciência, autonomia, onde os adolescentes ali estavam por opção e não obrigação. Nesse sentido, cabe pontuar o protagonismo e a autonomia dos adolescentes como parte do grupo, com isso responsáveis também pelas atividades. A ideia de institucionalização se dá pela opção dos jovens quando aderem ao grupo, que faz parte de uma estrutura base de uma organização maior, a “Pastoral

da Juventude”.

Como prática de intervenção na sociedade, o grupo Aliança realizou uma visita ao presídio, onde “foi realizada uma missa aos presos, onde os jovens e adolescentes mantiveram uma conversa com os mesmos” (ATA 2, 1981, p. 27). A missa foi realizada pelo padre Miotello no presídio. A interação com os apenados proporcionou uma experiência social em que os jovens saíram dos espaços eclesiais para experimentar outras realidades e assim perceber as diferenças de condições em volta de sua realidade. As atividades, mesmo que não intencionais, faziam com que os jovens refletissem para uma possível ação transformadora futura.

Sabemos que somente a ida ao presídio não garante um processo de formação crítica do ser humano. Entretanto, é um processo de sensibilização com a realidade apresentada nos debates ao longo da história do grupo. O presídio é uma das realidades de exclusão da sociedade, existem outras realidades que impulsionam este movimento de descoberta dos problemas sociais. Também podemos chamar ações como as de visitas a outros espaços de descobertas das realidades locais, onde os jovens puderam confrontar realidades.

Para além da visita ao presídio, os adolescentes foram ainda conhecer um bairro periférico da cidade. “Fomos fazer uma visita ao Bairro Paraíso” (ATA 3, 1982, p. 36). A compreensão do grupo de sair da sala e explorar as realidades da cidade, são complementadas pelas reflexões que os adolescentes realizam quando estão reunidos no grupo fazendo discussão da realidade. Na ata destacam que “foi uma reunião importante deste mês, pois nos deixou conscientes do que está acontecendo, do que é lá fora” (ATA 3, 1982, p. 36).

Os debates que o grupo realiza, a reflexão religiosa, têm função de encaminhar para a formação, o que para Freire (1976) faz parte desta tomada de consciência, já que “toda consciência é sempre consciência de algo, a que se intenciona”, dando assim significado. “A consciência de si dos seres humanos, implica na consciência das coisas, da realidade concreta em que se acham como seres históricos e que eles aprendem através de sua habilidade cognoscitiva” (FREIRE, 1976, p. 117).

O aprendizado no caso das visitas do Grupo Aliança parte da realidade do outro para compreender a sociedade, e assim buscar as mudanças na sociedade, formando jovens engajados e cristão ativos. No documento em ata, a avaliação feita pelo grupo quando vê tal realidade dos excluídos é: “Mesmo não podendo fazer nada, já é alguma coisa estar dentro do problema” (ATA 3, 1982, p. 36). Ou seja, é ver para compreender que o problema existe no mundo real.

Nesse processo, nem todos os jovens envolvidos no grupo trilham o mesmo caminho de descobertas das realidades sociais e sensibilização para uma possível militância política, já que o grupo não é um conjunto homogêneo de pensamento. Se a autonomia e o protagonismo aplicados nestas realidades de grupos por meio da *práxis*, da ação-reflexão e transformação, então seria contraditório acreditar que todos seguiram o mesmo caminho.

A formação baseada na Teologia da Libertação, o processo da PJ e das CEB's tem como fundamento base o olhar para os pobres e oprimidos. A “Opção pelos pobres” é uma realidade da Igreja da década de 1980, onde se percebe que foi aplicada pelo Grupo Aliança e que compreenderemos mais adiante ao fazermos as entrevistas com integrantes do grupo. “A PJ deve buscar uma pedagogia que responda a necessidade de criar espaços próprios para a conscientização com os empobrecidos” (CNBB, 1986, p. 37) e estes espaços contribuem para a “descoberta de uma análise mais crítica da realidade” (CNBB, 1986, p. 31).

Uma das últimas atividades do Grupo, em 1982, foi o estudo sobre a Cartilha Política da Diocese de Tubarão, com o título “Todos somos políticos”. Os jovens registram que estavam “estudando a cartilha de educação política, para assim atualizarem melhor” (ATA 3, 1982, p. 45). O mentor desta cartilha política foi o Padre Miotello, também liderança que auxiliou a formação do Aliança, cuja participação vamos ampliar no capítulo seguinte.

Biff (1996) destaca que o lançamento da Cartilha Política da Diocese em 1982 influenciou “os acontecimentos antecedentes do Sínodo Diocesano” (BIFF, 1996, p. 329). O cronista relata que “o lançamento da cartilha política em 1982, elaborado de maneira participativa, não só foi um ‘divisor de águas’ no seio da sociedade política, mas também da igreja” (BIFF, 1996, p. 329).

Segundo Biff (1996, p. 329), “a Cartilha conclamava os cristãos a assumirem uma opção preferencial pelos pobres e a se colocarem do lado das classes populares e, com elas, buscar conjuntamente um projeto pluralista de uma sociedade participativa e fraterna”. O uso da cartilha para discussões da atualidade é mais um dos demonstrativos de que a formação destes jovens partiu de um conhecimento prévio, de organização metodológica e com objetivos claros para a educação religiosa dos membros dos grupos. Percebe-se a evolução no aprendizado quando as atas finais elencam conclusões do debate realizado pelos jovens após o estudo em subgrupos:

Capítulo I

1 Homem ser social: O homem não pode viver só; homem algum é uma ilha

2 Homem ser político: O povo não tem educação política adequada, segue costumes, tradição e dever; Não tem consciência; Lutamos por algo, somos políticos

3 Homem ser político é participar: Vivemos rodeados da política; Não gostar de

política pode ser indiscutível; Que estamos alienados que política é apenas para candidato; Por fazê-la suja (ATA, 1982, p. 45).

É nítida a evolução das temáticas com o decorrer e andamento das atividades coletivas. Diante disso, é preciso compreender o aprofundamento da Cartilha Política, como uma fase avançada para o grupo, já que estamos falando de jovens entre 14 e 17 anos, adolescentes ainda, que realizam um processo de descobertas, principalmente das estruturas sociais de poder, e passam a atuar diante destas descobertas, utilizando as ferramentas recebidas no processo do grupo.

Pouco tempo depois deste estudo da cartilha, o Grupo de Jovem Aliança para de se encontrar e os participantes partem para outros espaços de militâncias, como identificaremos *a posteriori*. Biff (1996) destaca que o Padre Miotello inaugurou uma nova postura da Igreja na região e este fator é importante para compreender o caminho dos jovens do Grupo Aliança. Os membros tiveram forte influência do sacerdote em sua formação, como um grupo de adolescente que conseguiu trilhar um longo caminho de atividades e descobertas de etapas e fases em comunhão, com oportunidade de amadurecimento baseado na experiência do Cristianismo da Libertação. A postura visionária de Miotello é o que analisaremos no capítulo seguinte deste estudo.

4.3 A FORMAÇÃO DO GRUPO ALIANÇA SOB OS OLHARES DE QUEM VIVENCIOU

Buscamos neste capítulo expor a experiência de pessoas que vivenciaram o Grupo Aliança na prática. Construímos assim a possibilidade de compreender o que foi este espaço de formação para aqueles que estavam presentes no dia a dia do grupo. Larrosa (2014) apresenta que a experiência é o que nos passa, e que cada indivíduo tem vivências mesmo que a ação seja coletiva. Diante disso, buscamos perceber, por meio de entrevistas, as diferentes visões sobre o Aliança e como os participantes foram impactados.

Como possibilidade de conhecer essas histórias, escolhemos entrevistar três pessoas. Dois são ex-integrantes do grupo, um homem e uma mulher, ambos na época adolescentes e que começaram a participação no grupo logo no primeiro encontro. Os dois entrevistados eram oriundos da turma de Catequese de Crisma, que deu vida ao Grupo Aliança. A outra parte desta seção é a conversa com o Padre Valdemir Miotello, já citado neste trabalho, mas que, entendemos, merece destaque pela importância do trabalho exercido com a juventude da época, bem como a referência e a ligação que mantinha com os adolescentes do Grupo Aliança.

Mari¹³, uma senhora que participou do grupo de jovens até 1981, hoje é funcionária pública e não possui militância eclesial ou política, apesar de ser filiada a um partido político. Ronaldo participou do grupo de jovens até o encerramento e manteve sua militância política e eclesial por um tempo, hoje não possui filiação partidária, mas tem clareza de suas posições políticas, e atualmente é professor do ensino superior.

4.4 MIOTELLO: UM PADRE, UM EDUCADOR

Padre Valdemir Miotello hoje não é mais padre, tornou-se um professor universitário aposentado que não vive desde 1986 em Santa Catarina. Chegou em Criciúma em fevereiro de 1980, sua ordenação foi no dia 3 de fevereiro. “Eu tinha um desejo de desenvolver um trabalho libertador, profético, tinha uma vontade muito grande, não tinha nenhuma imaginação de que, uma vez ordenado padre, fosse destinado a trabalhar em Criciúma” (MIOTELLO, 2023).

O trabalho como vigário paroquial iniciou no dia 10 de fevereiro de 1980, na Paróquia São José. “Não tinha tempo a perder, Criciúma era um lugar muito desafiador para trabalhar” (MIOTELLO, 2023). Segundo ele, o início de caminhada era na realidade social que Criciúma vivenciava, bem como nas mudanças que aconteciam no centro da Igreja, que influenciaram a vida do Grupo Aliança.

Quem o conheceu descreve o padre como uma figura que cativava jovens com um estilo próprio. “Ele era cabeludo, barbudo, já era um tipo diferente dos perfis dos outros padres. Até a forma de como se vestia, a forma de como se comunicava. Ele tinha muito argumento, um discurso muito bom, convincente” (RONALDO, 2023).

Na entrevista concedida ao autor em março de 2023, Miotello mencionou a experiência antes de chegar a Criciúma, quando passou pelo Nordeste durante aproximadamente quatro anos, morando em Feira de Santana, na Bahia, e posteriormente em Recife, acompanhando o grupo dos voluntários do projeto Igreja das Irmãs¹⁴.

“Quando eu fui para o Recife, a intenção era conviver mais de perto com o trabalho desenvolvido por Dom Hélder Câmara, então tinha essa intenção, e foi isso que eu fui lá fazer. E fiz, e foi mesmo de um aprendizado profético muito grande” (MIOTELLO 2023). Em 1979, volta para o sul, mais precisamente para Florianópolis, para terminar os estudos teológicos, mas também, segundo o próprio Miotello (2023), para que “os padres

¹³ Mari e Ronaldo são nomes fictícios para os participantes do grupo, fizemos a opção de não colocar os nomes reais.

¹⁴ Grupo de leigos e religiosos que saíam de suas Dioceses e iam para outras, realizando por algum tempo trabalho de missionário voluntário, principalmente com a Igreja do Nordeste brasileiro, na década de 1980.

também analisassem se eu tinha ficado um sujeito muito subversivo”.

Diante desse cenário, vale contextualizar que o caminho de chegada até seu início no Ministério Sacerdotal ocorre em pleno alvorecer da Conferência Episcopal de Puebla, realizada no México em 1979. Tal experiência religiosa, com proximidade à Teologia da Libertação, borbulhava na América Latina e foi um elemento importantíssimo para a vida do Grupo de Jovem Aliança.

A relação do padre com os adolescentes dava-se no seu forte papel de liderança e principalmente de arguição na condução dos trabalhos. Sua capacidade de argumentação e habilidade de diálogo com os jovens sempre impressionou quem o conheceu.

"Ele conduzia pela argumentação. Política e bíblica convenciam pela teologia e nos convenciam pela argumentação política. E também pelos eventos que começou a organizar. Eventos mais de massa" (RONALDO, 2023).

A aproximação do padre com os jovens e sua capacidade de argumentação era fundamental para formação dos jovens. Segundo Larrosa (2002), as palavras possuem a capacidade de produzir sentido, e assim estabelecem a realidade, podendo funcionar com potentes mecanismos de subjetivação. Seguia como referência com capacidade de se aproximar dos jovens, possuía segundo os membros do grupo uma proximidade maior com o outro grupo da paróquia. Para a integrante Mari, o Padre era “um sonhador, um revolucionário. Ele não tinha medo de falar, ele não tinha medo de tocar na ferida de quem quer que fosse” (MARI, 2023).

Ronaldo (2023) explica que desde o primeiro momento ficou impactado com o jeito do padre, narrando que na primeira missa celebrada pelo pároco esteve presente. O que mais chamava a atenção era a dinâmica não utilizada por outros celebrantes. “Eles utilizaram o fantoche para a leitura do Evangelho. Então, aquilo ali, era uma coisa muito diferente do que a gente estava acostumado a ver. Então, estou dizendo isso, para ver o quão marcante era a figura do Miotello. Desde o primeiro dia”.

Por mais que muitos o viam assim, o ex-padre destaca sua posição sobre ele mesmo, afirmando que criaram um personagem sobre seus posicionamentos.

Uma espécie de um mito, uma ideia mítica de um Miotello mítico que, claro que não sou eu, eu sou eu, o mito é outra coisa, o mito Miotello é um outro cara contra o qual eu nem luto, eu sou eu, eu sou carne e osso, eu sou real, sou concreto. Mas tem um mito, que um contava para o outro, uma coisa, aquilo virava um auê, aquilo virava um inferno. Tanto para o bem, quanto para o mal. O mito é assim mesmo, tanto serve para uma coisa, quanto para a outra, não cabe a mim ficar controlando o que dizem de mim ou o que não dizem, quem gosta, quem não gosta” (MIOTELLO, 2023).

O ex-padre ainda defende que o trabalho realizado foi muito importante. “Sabendo exatamente de que lado da história que eu estava, não entregando os pontos em nenhum momento, não cedendo a nenhuma pressão”, destacando que em “algum momento não deu mais para continuar, eu sai”. Mas faz referência à importância daquele momento para sua vida: “Estou aqui, ainda estou vivo, a história continua, ainda bem que ela não depende de mim, depende de mim aquilo que eu tenho que fazer, mas ela continua”. Destaca que sentia satisfação e “um prazer muito grande de ter feito isto, nesse tempo, neste lugar, com essas pessoas” (MIOTELLO, 2023).

O fato é que Miotello foi uma liderança que marcou época, por isso entendemos que o seu jeito de articular o Aliança influenciou outros grupos que vinham surgindo na diocese de Tubarão e na cidade de Criciúma¹⁵. Assim, tal papel de referência para vários jovens pode ser compreendido como um educador, nos modelos apresentados por Paulo Freire. Pensar a partir da perspectiva de educador que cria corpo na invenção, na reinvenção, em uma procura sempre inquieta, mantendo relação onde homens interagem “no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2017, p. 80).

A relação de Miotello com os jovens se familiariza com o que propunha uma educação problematizadora, da qual Freire (2017) afirmava surgir de relações históricas e concreta entre os indivíduos e com um caráter histórico. Era o que o Grupo Aliança, liderado por Miotello, fazia ao oportunizar aos jovens conhecerem a realidade da cidade de Criciúma. Isso ocorria com a realização dos eventos e visitas na comunidade, realizadas entre os jovens, como mencionamos no capítulo anterior.

A ideia de levar estes adolescentes a perceberem o entorno em que vivem, mesmo que não de maneira intencional, era uma forma de auxiliar nessa formação humana dos integrantes do Aliança. Como apresentou Freire, ao dizer que a educação se constrói sempre na *práxis*, “para ser tem que estar sendo” (FREIRE, 2017, p. 102). Dessa forma, os jovens experimentam a saída de sua realidade para o encontro com as realidades presentes.

Em vários momentos o Grupo Aliança saiu de seus encontros na sala de catequese e partiu para visitas, como ao presídio ou a bairros mais empobrecidos. Miotello (2023) destaca: “A intenção sempre era fazer com que as pessoas vissem como eles viviam, o trabalho que passavam, as dificuldades todas que tinham e tal, era isso. Eu acho que se alguém quer mudar de vida, se alguém quer, vai, convive com a outra pessoa”.

¹⁵ O território da Diocese de Criciúma só foi criada e desmembrada da Diocese de Tubarão no dia 27 de maio de 1998, pelo Papa João Paulo II, através da Bula “*Sollicitus de Spiritualis Bono*” (Solicito pelo Bem Espiritual de Seus Fiéis) e instalada pouco tempo depois, em 15 de agosto de 1998.

A ideia era levar os jovens a descobrirem realidades de outros lugares, como a Vila Manaus. “Quando a gente ia lá naquele começo, nossa, a gente se defrontava com uma realidade muito difícil, muito dura, caramba, ninguém veio ao mundo para viver uma dificuldade tão grande” (MIOTELLO, 2023).

Esse desvelar do real era a forma que o padre encontrava de mostrar na prática o que se discutia nas salas de catequese. Era nesse encontro do grupo que vivências importantes eram sentidas e vividas pelos adolescentes. O que, para Gohn (2008, p. 30), faz parte do processo de vivência, dando sentido ao grupo, proporcionando protagonismo de suas histórias e a possibilidade de desenvolver nestes jovens consciência crítica e desalienadora.

Para Sader (1991, p.163), essa forma de agir e pensar ofereceu e constitui uma nova forma de pensar para o “referido à teologia da libertação e, resumidamente, consistia em tomar como ponto de partida exposições que testemunham as condições de vida da população apresentadas pelas próprias pessoas implicadas”.

Esse desenvolvimento crítico do pensamento, construído pelas relações e experiências de grupo, levou, segundo a memória de Miotello, ao encontro desses jovens com diversos lugares e realidades. A espiritualidade e o pensamento religioso também influenciavam os integrantes para a diversidade de realidades. A proximidade com os mais pobres tinha uma intencionalidade.

Eu ia por uma linha mais profética, mais de envolvimento com os pobres, mais de estar do lado deles. As roupas que eu usava eram roupas de pobre. Eu sempre andei de chinelo de dedo havaiana durante todo o meu período de padre. E isso era bom para pisar na lama, para pisar no barro, para andar em qualquer canto. Eu não tinha um sapatinho que eu não podia sujar (MIOTELLO, 2023).

A opção que o padre então fazia refletia a opção pedagógica que também levaria adolescentes aos muitos ambientes, como por exemplo as atividades pastorais. “Ao ir comigo tocar violão, sei lá, na zona de “putaria”, eu ia lá rezar uma missa e essa molecada ia com violão, cantar e tal. Mas eles estavam lá na Zona de Meretrício¹⁶”. A escolha de levá-los a um local de exclusão, como uma região de prostituição, criava condições para analisar o entorno em que o povo vivia, garantindo assim que o grupo tivesse a oportunidade de realizar uma leitura de mundo, como dizia Paulo Freire (1996).

A fala de Ronaldo (2023) reforça esse processo de identificação dos debates ligados aos excluídos e à religião.

¹⁶ Zona do Meretrício era uma região de Criciúma em que na década de 1980 se encontrava vários prostíbulos e residiam mulheres que trabalhavam e criavam seus filhos.

Onde Jesus ficava, né? Jesus pobre, né? Jesus abandonado. Então, era nesse sentido. Para gente ver a realidade que a gente não via aqui, então, fazíamos todo esse debate na sala e isso era um exercício de ver a realidade. Ver a realidade. A desigualdade, a necessidade de transformação, porque esta gente vive na pobreza. Então a gente tinha que conhecer a pobreza para entender porque tem que ser transformada na sociedade (RONALDO, 2023).

Os jovens do grupo estavam em processo de formação de consciência e percepção da realidade, o que podemos dizer que seria um processo de iniciação de militância. Para Freire (1980), o fazer e refazer do mundo necessita que os indivíduos assumam seu papel de sujeitos. É perceber que a inserção crítica na história é a consciência histórica.

Os trabalhos que a Igreja organizava de forma educativa não estão fora da realidade concreta que o mundo vive, é parte do processo do dia a dia das pessoas (FREIRE, 1978). Tendo presente a realidade da década de 1980 e o contexto do município de Criciúma com os problemas da exploração do carvão, as visitas aconteciam e temáticas macrorregionais eram inseridas nas discussões e reuniões “A desigualdade não trouxe nenhum conforto para os trabalhadores. Provavelmente centenas, talvez milhares de trabalhadores morreram neste trabalho, tiveram suas mortes decretadas. Ficava parecendo natural que a gente saísse para o trabalho e voltasse para casa morto, isso tinha que ser falado” (MIOTELLO, 2023).

Betto (1981, p. 36) esclarece que o trabalho realizado pelas pastorais e comunidades de base desenvolveu como novidade a consciência daqueles que buscam outros caminhos. Caminho este ligado às questões populares, ao Cristianismo da Libertação presente naquele momento. De acordo com Miotello (2023), a renovação da Igreja dava-se com base em documentos como por exemplo Medellín e Puebla. “O próprio Conselho Vaticano, que ainda estava muito próximo, sinalizava para que houvesse uma renovação. Era preciso abrir as portas e janelas da igreja para renovar”.

Para o ex-padre, a renovação passava pelos jovens. “Gente nova, gente que está chegando, que tem ideias completamente novas, inusitadas, coisa que nunca ninguém fez e tal. Assim o grupo de jovens poderia ser esse lugar da renovação da igreja” (MIOTELLO, 2023). Existia uma intencionalidade na criação de grupos para que, conforme Miotello, fosse criada uma perspectiva de uma sociedade nova (MIOTELLO, 2023).

O pensamento do ex-padre corrobora com o que diz o sociólogo Mannheim (1966), que observa o jovem como uma força presente na sociedade, sendo ferramenta de mudança social, objeto de transformação. Conforme Corti (2004) são eles que possuem

maiores condições de questionar a sociedade e se indignar com as condições dadas na sociedade.

Questionamentos juvenis compreendidos também como diálogo com a realidade e condições dos empobrecidos. Esse processo de despertar o debate por meio do real é de suma importância para a construção de saberes, de consciência crítica. Paulo Freire (2017) ratifica essa dialogicidade como necessária para o processo de educação libertadora ou de formação. Ou seja, o diálogo conscientizador deve proporcionar conflitos, criando assim temas geradores, e possibilitando aos jovens a capacidade de tomada de consciência.

Um dos temas geradores que foi debatido e discutido no Grupo Aliança foi conduzido pelo padre Miotello, segundo a ata livro 1, página 25, do dia 07 de junho de 1980: Conservação do Meio Ambiente. Durante a entrevista, questionado sobre o debate, o padre lembrou que as discussões eram baseadas na análise de conjuntura sobre a realidade de Criciúma e do carvão.

Em 1980, 1981, debater a questão ambiental, para quem olha hoje, parece uma coisa muito avançada. Isso era um tema que tinha que ser tratado. Claro que os políticos não queriam falar desse tema, os padres não queriam falar desse tema, os mineradores, então, nem pensar” (MIOTELLO, 2023).

A experiência do padre e educador dos jovens tinha raízes em sua própria formação. Miotello e outros militantes eram influenciados tanto pelas teorias da Teologia da Libertação como pelo pensamento de Paulo Freire. “Os educadores mais comprometidos, ligados a sindicato e tal, eles conheciam um pouco mais de Paulo Freire” (MIOTELLO, 2023).

Ele ainda recordou durante a entrevista que na época tinham acesso principalmente aos livros *A educação como prática da liberdade*; *Pedagogia do Oprimido*. “Acho que eram só esses dois livros que estavam publicados nesse período, mas eles eram muito bem lidos por mim e por mais um monte de gente”. Miotello classifica que a leitura de Paulo Freire garantia para eles encontrar maneiras adequadas, com práticas fundamentadas e base teórica, e estudar a metodologia, para ter mais esclarecimento de “como é que se davam os movimentos de opressão e também os movimentos de libertação” (MIOTELLO, 2023).

Na necessidade de descobrir as práticas de libertação e compreender a sociedade, utilizando a metodologia principalmente nas CEB's, os Grupos de Jovens se utilizam da metodologia freireana. “Então nós fazíamos cursos para ler Paulo Freire, para tentar entender a metodologia de trabalho de Paulo Freire, para pegar os passos da alfabetização, para discutir

isso com alguns professores” (MIOTELLO, 2023). A leitura Freireana foi fundamental para a formação de lideranças, principalmente em um momento de término da Ditadura Militar e início da redemocratização do Brasil. “Sem isso, a gente sempre vai ter ditador de esquerda, ditador de direita. A gente não queria uma ditadura de esquerda e nem ditadores de direita”.

A palavra como muitas vozes, muitos sentidos, a palavra como dupla, a palavra como ideológica, é ali dentro que a gente põe o jeito de dizer se a gente gosta daquela coisa ou não. A escolha das palavras, o tom que a gente põe nelas, diz quem a gente é. Paulo Freire era um desses que sempre, evidentemente, nos ajuda quando a gente está numa luta tão brutal, tão dura, tão em cima do fio da navalha (MIOTELLO, 2023).

Com o debate da esperança, que para Freire “precisamos da esperança crítica como o peixe necessita da água despoluída”, os jovens carregavam outros debates presentes na sociedade, e uma das temáticas que sempre estava presente era a América Latina, segundo Miotello. “Nos interessava muito esse debate para a gente entender que a gente fazia parte de um país, que era o Brasil, e o Brasil fazia parte de um continente, que era latino-americano”. A fala do padre corrobora com o discurso que estava presente nos movimentos de esquerda e na Teologia da Libertação (DUSSEL, 1984).

4.5 A NARRATIVA DA VIVÊNCIA DE DOIS JOVENS NO GRUPO ALIANÇA

Pronunciar ao “mundo” a condição do meio ambiente na época era uma das ações provocadas pelo padre Miotello e debatidas pelos jovens do Grupo Aliança. Durante os encontros, o diálogo sobre os temas do entorno era ponto fundamental do processo de formação. Como mencionamos, o objetivo era dar espaço à problematização de pautas comunitárias e a necessidade de exigir dos jovens um “novo pronunciar” (FREIRE, 2017, p. 109).

Na perspectiva de Miotello, a intenção de levar assuntos da atualidade para as discussões era uma maneira de ver o mundo por novos olhares e compreender o que pensavam aquelas jovens sobre temáticas sociais.

“Nós vamos nos colocar na escuta, para escutar o que é que os jovens têm para dizer. O que é que eles pensam do mundo? Que caminho é que eles estão propondo? Que estradas eles estão querendo abrir? Era um pouco nessa perspectiva” (MIOTELLO, 2023). O diálogo como mola propulsora das discussões era uma forma de pronunciar sentido por meio de palavras, o que, para Larrosa, é anunciar que “o que somos, o que fazemos, o que

pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras” (LARROSA, 2002, p. 21).

O Grupo Aliança nasce da experiência da catequese de Crisma com os adolescentes. “A gente era da catequese do Crisma. A partir da formação do Aliança, a gente foi chamando um e outro, que às vezes nem fazia catequese com a gente, mas eram amigos próximos, e a gente foi chamando para participar do grupo”, recorda Mari, membro do Aliança de 1979 a 1981. O participante Ronaldo também rememora como o grupo consolidou-se como uma ideia real. “Quando chegamos ao final do Crisma, nós achamos que foi uma experiência muito boa, as duas catequistas, que eram a Regina e a Norli, e por ter uma experiência boa, assim a gente pensou, ‘que tal a gente continuar e formar um grupo de adolescentes’” (RONALDO, 2023).

A experiência de grupo já vivenciada pela catequese levou os jovens a experimentarem um grupo com mais autonomia e sem roteiro pré-elaborados. “A gente era jovem com algum sonho de fazer algo melhor. A gente ia ali seguir os mandamentos da igreja, nos reuníamos uma vez por semana nos sábados, ali a gente rezava, lia a Bíblia, conversava, discutia muitas vezes” (MARI, 2023). Percebe-se que a experiência religiosa ligava os jovens a estarem em grupos, partindo dali, muitas vezes, a motivação das reuniões, como observa Miotello.

Normalmente, os grupos tinham momentos de oração. Então, todos os grupos rezavam, rezavam as orações consagradas, pegavam algum pedaço da Bíblia, buscavam lá alguma leitura, uma discussão rápida, cada um colocava alguma ideia, e depois, normalmente, também já se tinha, na reunião passada, escolhido alguém para preparar um pequeno tema para a reunião desta semana. E aquele sujeito, então, levantava, ia lá na frente (MIOTELLO, 2023).

Miotello (2023) lembra ainda que “cada grupo tinha que ser condutor do próprio caminho. Então, as lideranças eram escolhidas entre os próprios participantes, não sendo alguém de fora. Isso a gente não aceitava”. A ideia, segundo o ex-pároco, era permitir uma experiência de grupo, tendo como prática a autonomia destes adolescentes em suas ações, para aprender e ensinar. E aqui podemos lembrar do que diz Paulo Freire: “Ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, a aprendizagem não se dá por transferência de conteúdo, mas por interação, que é o caminho da construção” (FREIRE, 1994, p. 134). Ou seja, por meio do diálogo das pautas sociais, das discussões e das trocas em grupo eles aprendiam em conjunto, em comunhão. Autonomia que também surgia das responsabilidades.

Por exemplo, na próxima reunião, tais membros vão ficar responsáveis pela espiritualidade. Outros vão ficar para animação. Outros vão escolher um tema gerador. Era assim que a gente estruturava. E aí, quem era responsável pela espiritualidade? Às vezes trazíamos o texto bíblico, fazíamos lembrancinhas. Tinha o pessoal da animação também, que estava ali pelo canto (RONALDO, 2023).

As divisões de tarefas criavam nos jovens essa responsabilidade e o compromisso de participação. “Todo encontro tinha uma equipe que coordenava os nossos encontros” (MARI, 2023). Os temas debatidos sempre partiam da realidade do grupo, das questões pessoais que estavam muito presentes. Vale destacar a importância destes temas geradores como elementos importantes na construção de saberes para estes adolescentes.

Os debates tinham como função impulsionar a relação entre os indivíduos e principalmente a troca de experiências, oportunizando a ação de diálogo entre os membros e respeitando as diferenças que surgem de visões de mundo singulares. Por isso, temáticas individuais, principalmente as próprias da fase de adolescência, eram importantes para a construção do saber em grupo. “A gente fazia debates sobre assuntos que à época estavam bem afluídos, sobre juventude, por exemplo” (MARI, 2023). Ronaldo (2023) recorda que os temas iniciais acabam por estar ligados à Igreja. “Até porque também eram pessoas vindo da crisma. Então, era esse perfil adolescente”.

A diferença de gerações era outro assunto bastante tratado nos encontros do Aliança. Mari lembra que certa vez teve problemas com o pai, que chamou sua atenção em um evento de reza do terço. A Mari lembra que foi acolhida pela ex-catequista Norli. Esse tipo de acolhida era comum acontecer. “A Norli me disse: ‘não te preocupa, isso é um fato de conflito de geração, entre teus pais e tu, tens que aprender a lidar com a forma do teu pai ser’” (MARI, 2023).

A participante recorda que esse tipo de conflito servia para que o grupo pudesse discutir diferenças de gerações e a relação entre pais e filhos. O objetivo central da proposta era superar uma visão ingênua de mundo, e permitir que os adolescentes despertassem uma consciência crítica, assumindo assim papéis de sujeitos responsáveis pela realidade sócio-histórica que os rodeava.

Reforçamos que esse processo de formação ocorria por conta da ação-reflexão que acontecia no grupo. Não eram apenas discussões teóricas, religiosas e de senso comum. Na verdade, como relembram os integrantes do Aliança, depois dos debates os jovens partiam para a ação. Foi o caso da Campanha da Fraternidade da época, quando os participantes foram visitar o asilo. Durante a Quaresma, o grupo se propôs a praticar a caridade.

Então a gente ia em cima desse tema e discutia entre o grupo, o que a gente podia fazer para melhorar lá fora, ajudar, dentre outras práticas que o grupo começava a ter. Coletávamos alimentos e fazíamos uma visita, cantávamos para os idosos, alegrava a tarde dos velhinhos lá no asilo. Isso ajudava a entender o que o outro sofria. A gente não tinha esse entendimento e fomos aprendendo em grupo, trazendo isso para nossa realidade (MARI, 2023).

Os assuntos debatidos também ficaram mais complexos, e com o tempo começou a mudar, o que era importante para avançar na formação desses jovens. Esse avanço faz parte do processo de aprendizagem, pois como disse Freire (1986, p. 14) sobre a importância do diálogo coletivo: “Os assuntos que se inseriram como fundamentais no corpo inteiro da temática, para melhor esclarecer ou iluminar a temática sugerida pelo grupo popular”.

Essa complexidade de ação-reflexão no Aliança ganhou ainda mais intensidade com a participação dos membros em outros espaços. “A discussão do grupo, ela foi mudando. A participação na Caminhada da Libertação, no RACA, trouxe para gente outros temas” (RONALDO, 2023). Os encontros que a Pastoral da Juventude proporcionou trouxeram novas relações de debates, saindo das temáticas mais ingênuas do dia a dia para assuntos mais críticos da sociedade. “Nós começamos a trabalhar temas mais políticos”, disse Ronaldo.

Política de participação, esquerda, direita, socialismo, igualdade. A questão dos pobres. Transformação social. Era uma transformação social bastante presente. Como é que a gente pode fazer? Como é que a gente pode agir para transformar a sociedade? E a gente entendeu que a transformação não era individual, era do coletivo. A organização, daí, já começava a incorporar o conceito de partido político, o sindicato (RONALDO, 2023).

Tais debates tinham como função tensionar, trazer o conflito entre o saber já construído por cada indivíduo com o saber em processo de construção coletiva e da discussão em grupo. Através da experiência de cada um no grupo é possível estabelecer um nível de compreensão da realidade, sendo assim é possível perceber a problematização.

Para Freire (2017), todo o ser humano é portador de conhecimento, não importando a idade, a classe social, o nível de escolaridade. Este conhecimento que consiste no conjunto de saberes não é algo estanque, está sempre em movimento, acontece nas contradições do mundo e da sociedade. Portanto, este conhecimento não se dá de forma isolada, mas nas relações sociais, na troca, no encontro entre os indivíduos, no diálogo, em grupo e na sociedade.

E os tensionamentos aconteciam durante os debates, como rememoram os dois entrevistados. “Eu lembro, claro, havia uma divergência de ideias, e de convencer o outro,

então muitos debates eram bastante calorosos. Teve reunião, por exemplo, que o outro saiu da sala por discordar da ideia do outro. Um discorda, um concordava e saía da sala. Mas depois voltava” (HOMEM, 2023).

Para a participante Mari, o consenso chegava depois de muitas discussões. “Nós vamos discutir, nós vamos conversar e vamos ver no que vamos nos enquadrar. A gente teve essa experiência de sentar, conversar e muitas vezes chegar num denominador” (MARI, 2023). O diálogo, para Freire (2017), é entendido como o momento em que os jovens ou os seres humanos podem se encontrar para refletir sobre a realidade.

Dessa forma, fazem e refazem na possibilidade de serem conscientes. “O diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos” (FREIRE, 2017, p. 122-123).

Os debates implicavam

“uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione ao mesmo tempo a apreensão dos ‘temas geradores’ e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (FREIRE, 2017, p. 87).

Nessas condições, o grupo fazia debates do coletivo, o que, para Miotello, tinham uma característica de serem sempre de forma circular.

Quase sempre ficava em roda, não ficava assim como em cadeira de escola, era em roda, de modo que todo mundo se visse, se tivesse muita gente, fazia duas ou três rodas, assim, fechando, mas todo mundo precisaria estar junto, se vendo, sabendo que ninguém era mais importante do que outra pessoa (MIOTELLO, 2023).

Para Castro (2020), quando estão em roda, existe um contrato estabelecido entre os participantes, possibilitando um espaço onde as vozes do diálogo circulam entre os participantes, existindo a possibilidade da linguagem. “As histórias contadas na roda nos provocam e muitas vezes queremos falar. Outras vezes as histórias nos provocam a escutar” (CASTRO, 2020, p. 73). Dessa forma, o grupo usava da metodologia de forma mais dialógica possível com suas formações circulares. A possibilidade de estarem sentados em rodas e construindo juntos era importante para o debate, a ideia da horizontalidade sem hierarquia de saberes permitia que os jovens pudessem se abrir ao debate e construir assim novas formas de saberes.

Essa questão da horizontalização do poder nos grupos de jovens era uma coisa muito preservada, aqui ninguém manda, todo mundo é conduzido pela discussão, pela conversa, pela Bíblia, pela oração, mas não tem quem manda e quem é mandado. Se tentava acabar com isso cada vez mais, até porque acho que jovem também precisa disso, se sentir ele próprio na condução do processo, e quando é junto, quando é em comunhão, quando é mais gente fazendo isso junto e a gente se sente parte (MIOTELLO, 2023).

Este sentido de horizontalidade dado ao grupo parte da ideia já defendida por Paulo Freire (2017, p. 95) de que os seres humanos se educam e aprendem entre si, na participação, em conjunto, não se educam sozinhos, trilham o caminho do aprendizado em conjunto e são mediatizados pela sociedade e a realidade que os circunda. Outro elemento lembrado pelo participante Ronaldo foi o respeito à diferença que aprendeu com o coletivo. “Na época a gente discutia muito e era nas reuniões e todo mundo podia falar, então hoje eu ainda trago isso, assim, essa ideia de que se dê a diferença mesmo que seja completamente oposta do que pensa” (RONALDO, 2023)

Os encontros de grupo, como já citados, não se encerram em si mesmos, o grupo como ponto de partida do processo de formação proporciona o encontro entre os jovens de grupos diversos. A organização eclesial a que o grupo pertence contribui com a possibilidade de diálogo. Sader (1991) sugere que nas pastorais da Igreja existe pluralidade de grupos que se reúnem e se encontram em uma caminhada maior. Em específico, o grupo alinhou sua caminhada com a Pastoral da Juventude, que se organizava em Paróquia, Comarca e Diocese.

O encontro ocorrido entre os participantes dos diversos grupos era fundamental para o processo formativo. Miotello (2023) explica que a formação era conduzida em dois momentos: o Grupo de Jovens e o que ele chama de Movimentos de Massa, que eram eventos de maior porte. “As reuniões desses pequenos grupos se multiplicavam pelos cantos, pelas garagens. Então, nas reuniões de pequenos grupos, iam surgindo esses movimentos de politização, de compreensão da sociedade, de discussão do mundo novo e tal”. Conforme o ex-padre, muitos dos eventos chegavam a reunir 20 mil jovens em caminhadas. Esses encontros citados já foram mencionados neste trabalho, como por exemplo o ENJOCRI, o RACA e a Caminhada da Libertação.

Os eventos que reuniam outros grupos tinham também objetivos de formação política, como relembra Ronaldo participante. “Era momento de formação política, porque esses encontros também tinham temas. Por exemplo, o ENJOCRI tinha caminhada na cidade, fazia caminhada, passeata. A Caminhada da Libertação em Criciúma, pelo que eu me lembro, era o tema mais voltado para a realidade social”. Assim, eram dois momentos em que

partilhavam a vida, um no pequeno grupo e o outro que era o movimento de massa. Miotello classifica da seguinte forma:

Essa mistura dessas duas forças, esse movimento de grupo, que era de estudo, de politização, de conscientização, para usar uma palavra mais freiriana. E o movimento de massa, que era ideológico, que era mostrar força, era ir para a rua e dizer: “nós somos muitos, nós temos força, nós podemos mudar o mundo”. E aquilo fazia os grupos voltarem para casa com um tesão impressionante. Era muito bom (MIOTELLO, 2023).

A análise que o participante faz é que esses momentos eram revolucionários, como reforça o integrante Ronaldo ao declarar que “aquilo já era muito revolucionário. Para nós, a gente entendeu que era uma forma de protesto contra o sistema. Até porque nós éramos muito jovens, já éramos jovens” (RONALDO, 2023).

Essa ideia apresentada de ser jovem traz consigo o pensamento de uma das primeiras experiências de profundidade com temas mais militantes, principalmente o avanço no debate político realizado por aqueles jovens que conseguiam enxergar para além da sala. Aqui, destacamos o avanço desse processo formativo, primeiro com os debates, depois com as visitas em diversas realidades, e posteriormente no contato com temas mais políticos, onde encontravam outros jovens que pensavam de forma semelhante. Ou seja, estes adolescentes ideologicamente não se sentiam sozinhos em uma estrutura organizacional.

A linha ideológica seguida naquele momento tinha como princípio ligações com o Cristianismo da Libertação, baseado em pensamentos religiosos que garantiam uma régua ética-cristã. “A luta armada, não. A luta armada era uma discussão que, a princípio eu me lembrava, nós não concordávamos. Mas, era revolucionário participar e discutir esses temas. E isso nos moldou” (RONALDO, 2023).

4.6 A IMPORTÂNCIA DO GRUPO ALIANÇA PARA A FORMAÇÃO HUMANA

Durante as entrevistas sobre o Grupo Aliança nenhum dos entrevistados relembrou memória negativa ou uma recordação que não fosse de saudade ou nostalgia. Todos referendaram o grupo como importante espaço para sua formação. Alguns dos integrantes ainda mantêm amizades que duram mais de 40 anos. No ano de 2019, integrantes que participaram em algum momento da caminhada reuniram-se, alguns não tinham mais contatos, outros reforçaram laços. Experiência formativa importante, reforçada por Larrosa (2002, p. 24).

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

A parte religiosa foi uma das experiências marcantes, deixando sobretudo uma forma de pensar que é herdada daquele espaço. A participante Mari explica que a “parte religiosa partia de que todo mundo tem um sonho. Mas o intuito do grupo era, tu ter uma família, tu seguir a tua religião, o teu propósito” (MARI, 2023). Entende-se pela fala da participante que o grupo deixa em sua vida a herança da religiosidade e o sonho de constituir família.

Para ela, a “política em si, ela está em todos os segmentos, seja na tua família, no teu trabalho, na tua casa. Visões diferentes, nós sempre vamos ter, mas naquele momento ali, em que eu participei do grupo, esse momento político em si não. Não aparecia. No nosso grupo ali não aparecia, mas ajudou muitos a sermos o que nós somos hoje, com certeza” (MARI, 2023). Mesmo não aparecendo nas falas durante a entrevista, a política surge nas respostas da jovem participante sobre o grupo. No entanto, em sua memória, a religiosidade falava mais forte.

Já para Ronaldo “a primeira influência é a questão da inclinação política mais coletiva. Projeto político coletivo”. Na realidade, para ele a cobrança que o grupo tinha sobre a prática e teoria na vida era fundamental. “O que a gente falou na reunião e o que a gente deveria agir” (RONALDO, 2023). O ex-participante declara que até hoje mantém esta prática, do que diz e o que faz para ser coerente consigo. Freire (2003) destaca que na formação era essencial diminuir a distância entre a teoria e a prática, a tal ponto que em determinado momento a teoria e fala do indivíduo sejam reconhecidas com a prática de vida.

O fato de terem formação eclesial não os deixava alienados sobre os problemas que o grupo, ou mesmo a Igreja, também apresentavam. Mari diz que se afastou de tudo depois de uma separação conjugal. Já Ronaldo olha com uma visão crítica a relação eclesial e afirma que isso também é herança do grupo. “Portanto, me incomoda quando eu vou à missa, ainda hoje, e o discurso do padre fica dizendo que a nossa igreja é Católica, que a igreja é a única igreja, isso incomoda. Isso também é reflexo do grupo na minha vida” (RONALDO, 2023). A experiência do grupo influenciou também ambos de forma política, de maneira

diferenciada. A formação política de ambos os entrevistados levou por caminhos diferentes, mas pelo reconhecimento do grupo como responsável.

Para a participante, a experiência de grupo passou pela sua condição de vida. “Eu me casei cedo, eu me separei cedo também, mas eu me lembro, final de 1984, eu fui morar na Içara, que aí a gente comprou um terreno, construiu lá, eu já tinha um bebê de três meses” (MARI, 2023). A condição do local onde morava era de um loteamento novo, com poucas moradias, com o passar do tempo a população foi aumentando e os problemas com saneamento básico e falta de água atingiram o bairro da participante. “Eu fui presidente do bairro, eu era a metida na escolinha dos meus filhos, eu botava uma fantasia para brincar com as crianças, eu ia pra escola deles fazer comida, essa visão veio lá de trás” (MARI, 2023).

A participação no bairro e na realidade que ela vivenciava lhe motivou à luta comunitária.

Eu acho que foi 1989, Içara não tinha água encanada. E nós não tínhamos água. E aí aquela situação de não ter água foi se agravando. E o que aconteceu? Eu fiz um movimento, enquanto bairro, enquanto cidade, levei um pessoal, tudo numa passeata, até a prefeitura e cobramos o prefeito” (MARI, 2023)

A participação comunitária e o envolvimento deu-se como experiência também de grupo, que proporcionou este espaço de debate e visão coletiva lá durante sua formação juvenil. “O grupo ajudou a criar, a ver que tinham algumas coisas que precisavam ser resolvidas. Alguma coisa para fazer, não só por mim, mas pelo meu próximo” (MARI, 2023). Dando continuidade expõe que.

Esse movimento veio lá de trás, daqueles movimentos que a gente fazia enquanto grupo, para tentar o quê? Uma vida melhor para outras pessoas, não pensar só no nosso umbigo, né? Cara, é fácil, a minha barriga não está com fome, eu não estou sentindo sede, os outros que se explodam. Isso já veio lá de trás, então isso fez a gente, enquanto grupo, até hoje sermos assim (MARI, 2023).

A *práxis* enquanto reflexão e ação contribui para a transformação da realidade em fonte de conhecimento reflexivo e criação (FREIRE, 1981). Ou seja, uma vez que a prática humana implique uma análise da reflexão crítica com participação coletiva, de forma participativa e protagonista, atua no sentido de não estar “domesticando” os seres humanos, de não coisificá-lo.

Se para Mari a participação sofreu influência comunitária, para Ronaldo foi no movimento estudantil.

Vamos participar pelo menos do centro do Grêmio Estudantil. Isso eu me lembro. Aí veio essa demanda do grupo, tanto que quando estudava no Marista eu participei de uma chapa, que era de oposição. Existia a União Democrática Estudantil, era o nome da minha chapa no Marista, e a outra era Associação Marista Estudantil, ou Amigos do Marista, uma coisa assim. Então, só pela sigla do nome, só pela sigla União Democrática Estudantil, isso já dá para perceber que eu trazia elementos da discussão do grupo para o meu dia a dia também, que na época éramos estudantes (RONALDO, 2023).

A fala de Ronaldo demonstra que a participação no grupo pode ter levado integrantes a algum tipo de militância política. É preciso frisar que nem todos seguiram um caminho de militância, no entanto, para o participante, que se declara de esquerda, existiam dois caminhos dentro do grupo, os que tinham uma participação mais ativa com o grupo acabaram seguindo um caminho de esquerda.

A minha avaliação é que tinham esses dois grupos. Os grupos que eram mais participativos. As pessoas se direcionaram para uma posição de esquerda. Os outros, não sei. Eu sei os que me posicionaram até hoje. É possivelmente dos outros que talvez não estejam engajados, talvez tenham sido um pouco mais de classe, talvez alguns mais de centro. Hoje em dia são mais conservadores. Mas categoricamente posso dizer que os mais atuantes seguiram mais para o caminho da esquerda, sem dúvida (RONALDO, 2023).

Os participantes do grupo entrevistados nesta pesquisa possuem ligações políticas diferenciadas. Ronaldo, sem filiação partidária, classifica-se como alguém de esquerda. “Eu nunca fui filiado, mas sempre fui simpatizante” (RONALDO, 2023). Ainda afirma que sua participação ocorreu no Movimento Estudantil Universitário e na Pastoral Universitária. “Eu participei do DCE, nossa chapa ganhou. Então, eu continuei no movimento estudantil” (RONALDO, 2023). A sua formação acadêmica e a profissão de professor universitário também receberam contribuições da experiência do grupo de jovens.

A forma de pensar de Mari, que tendo filiação partidária não se importa com as posições dos partidos políticos. Mari também não se declara nem de direita ou esquerda, mas como alguém que participa quando precisam dela. “Eu tenho uma filiação, mas hoje isso para mim não faz diferença nenhuma. Independente do meu cargo, eu sou efetiva, mas me filiei lá atrás. É o Partido Progressista” (MARI, 2023).

Ela também foi filiada anteriormente ao PMDB e declara sua rejeição com partidos políticos. “Se o partido fosse bom, não tinha o nome de partido. Isso é uma ideologia minha. E é isso que eu faço todos os dias, ajudar essas pessoas” (MARI, 2023). Ela conclui que sua participação política em ajudar os outros, principalmente na comunidade, vem de uma experiência religiosa que o grupo contribuiu. “Porque essa participação comunitária é uma

participação política, né? Foi lá do grupo isso” (MARI, 2023).

Estes sujeitos passaram por uma experiência e de forma não intencional sofreram influência do grupo, como demonstram seus próprios relatos. Durante a entrevista, isso fica ainda mais evidente, já que, passados mais de 40 anos, as lembranças saudosistas do grupo demonstram a importância em suas vidas e na formação humana de cada um. O grupo não era responsável pela formação apenas política, mas humana, social, religiosa. Nesse sentido, o Aliança cumpriu sua missão de formar e deixar uma marca naqueles que participaram, proporcionando autonomia, consciência crítica, protagonismo e liberdade para que os jovens seguissem seus caminhos como bem entendessem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das canções cantadas na Pastoral da Juventude, não só pelos jovens da PJ, mas pelos movimentos sociais brasileiros e novos atores que entraram em cena pós-Golpe Militar de 1964, era a canção “Pra não dizer que não falei das flores”, do compositor Geraldo Vandré. No início da canção, escutamos: “caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais braços dados ou não”. Esta música que por gerações fez parte da militância e também diz muito sobre o processo de formação que foi o Grupo Aliança, analisado nesta pesquisa, em uma época de transição e mudança de nossa sociedade.

A militância política, participação e consciência dá-se de diversas maneiras na sociedade. Os grupos organizados contribuem com a formação dos indivíduos, sejam eles escola, igreja, grupos de cultura, feministas, entre outros. Importante destacar que a função de destaque é sempre o processo de formação.

Um dos objetivos quando iniciamos a pesquisa era compreender como ocorreu a formação de lideranças sociais e políticas na Pastoral da Juventude e pelos grupos de jovens em Criciúma na década de 1980. Dessa forma, utilizamos a experiência do Grupo Aliança com depoimentos de integrantes e de um assessor religioso da época. Dezenas de possibilidades de análises surgiram ao longo do processo de escrita e pesquisa, uma delas utilizamos para responder como ocorria a gestação de lideranças e militantes nesse espaço.

O processo formativo que tentamos entender foi a partir de uma visão e numa perspectiva freireana de formação libertadora com base nas experiências do Cristianismo da Libertação. A ansiedade em responder tal questionamento vinha com a ilusão de que a estrutura formativa fosse uma forma de teóricos de esquerda garantirem a formação de militantes políticos de esquerda.

No entanto, esta não é a resposta encontrada na dinâmica de formação dos jovens. Na verdade, ao procurarmos nos documentos da Pastoral da Juventude ou da Igreja, não encontraremos esta condição aos que participavam dos encontros. Neste primeiro momento, não encontramos militantes engajados em lutas sindicais e partidárias, mas jovens iniciando sua formação política.

No capítulo primeiro deste trabalho refletimos sobre a opção pelos pobres e os espaços formativos dos jovens, tendo como parte introdutória o surgimento de tal escolha por parte da Igreja, principalmente na América Latina. Foi a partir dessa opção pelos empobrecidos somada às experiências locais que se conceitua a Teologia da Libertação, que

serviu como arcabouço teórico e teológico para as Comunidades Eclesiais de Base, da qual a Pastoral da Juventude é integrante, bem como o grupo Aliança.

Foi utilizando o método “Ver-Julgar-Agir”, herdada da ação católica especializada, que os grupos garantiam uma metodologia para aqueles que estavam inseridos na vivência eclesial. Assim, entendemos que o grupo Aliança experimentou ser base para formar cidadãos que viveram e desenvolveram-se por meio do Cristianismo da Libertação, conceito que foi aplicado por Löwy (2016) para explicar aqueles que estavam inseridos nesta perspectiva de igreja e sociedade.

Nem todos aqueles que passaram pelo grupo se transformaram em militantes inspirados no Cristianismo da Libertação com análises da sociedade de cunho marxista, seria até um erro fazer esta afirmação. A experiência histórica narrada no primeiro capítulo é o contexto para a criação do Grupo Aliança, não seu fim, e sim no caminho de uma possível militância, porque utilizou de metodologia baseada nas ideias de Paulo Freire. É importante destacar que Paulo Freire não foi estudado diretamente no grupo, mas suas teorias influenciaram o caminhar do processo formativo, como demonstrou um dos líderes, o Padre Miotelo.

Porém, as análises apresentadas em Pedagogia do Oprimido comungam com os princípios da Teologia da Libertação e das CEB's, mais que isso, se confundem sobre qual teve influência ou foi influenciada. Mas a importância está nos princípios da experiência de comunidade que possibilitou olhar (VER) para a sociedade e sua realidade, dialogar (JULGAR) como estava a comunidade e conflitar o real com princípios cristãos.

No capítulo dois verificamos como o grupo se transformou em espaço de formação, buscando refletir sobre a experiência histórica e pedagógica da Pastoral da Juventude. Esta seção foi fundamental para refletirmos sobre a história da PJ e sua pedagogia. Primeiramente, a análise sobre a formação humana em uma perspectiva libertadora em Paulo Freire, bem como no que escreve Larossa (2002, p. 22) em sua obra sobre a experiência, quando afirma ser: “aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar, nos forma e nos transforma”.

Os jovens que passaram pela formação no Aliança tiveram cada um a possibilidade de vivenciar experiências e com elas ser transformado e formado. Esta vivência compreendida como lugar social, religioso e político, possibilitando diálogo, reflexão e conscientização. Sendo assim, conseguimos perceber que o grupo Aliança foi sim um espaço de experiência dialógica para os jovens participantes.

Diante dos fatos apresentados, entendemos que a inserção na Pastoral da

Juventude foi essencial para o desenvolvimento de jovens engajados, conscientes e comprometidos com a transformação social, como percebemos ao analisar a fala dos nossos entrevistados. Ao longo deste estudo, exploramos as principais características e elementos envolvidos nesse processo formativo, bem como seu impacto na vida dos jovens e na sociedade como um todo.

O grupo de jovens, como uma organização eclesial, buscou promover o protagonismo destes adolescentes, encorajando-os a refletir sobre sua realidade, aprofundando a fé, mas também estimulando a participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Estes elementos foram fundamentais para refletir o desenvolvimento do Grupo Aliança, a formação que garantiu autonomia evidenciando a garantia de vozes ativas na comunidade, abrindo espaço para que tivessem a oportunidade de ter sua palavra pronunciada.

Vale ressaltar ainda que estamos falando neste trabalho sobre juventudes, por isso é importante compreender o quão complexo pode ser seu conceito para a sociedade moderna. Nossa concepção adotada foi a de juventudes como sujeitos de direito, carregados de oportunidade de serem protagonistas, não em um futuro próximo, mas agentes ativos de suas histórias. Dito isso, os jovens não apenas estavam sendo preparados no grupo, mas se formando e experimentando o protagonismo daquele momento. Porém, frisamos que esta fase da vida deve ser entendida como transitória para vida adulta, e no caso do grupo estudado, com jovens de 15 a 17 anos que estavam iniciando uma formação, isso deve ser levado em consideração.

No capítulo três realizamos a reflexão sobre a historicidade do grupo Aliança. Nossos esforços foram para compreender como funcionava o grupo de jovens da Pastoral da Juventude em sua metodologia própria. Chegamos à conclusão que o Aliança seguia uma metodologia apresentada pela PJ, vivenciando cada fase metodológica, desenvolvendo com o passar do tempo, crescendo na organização e amadurecimento dos temas debatidos.

As referências adultas foram necessárias no desenvolver do grupo. Citamos aqui duas referências lembradas pelos entrevistados do estudo e que participaram: o Padre Valdemir Miotello e a leiga Norli Maria de Souza. O papel que ambos exerceram sobre a formação dos jovens foi imensurável. Norli, no acompanhamento direto do grupo no desenvolver da formação, era uma espécie de braço acolhedor dos adolescentes, exercendo o papel de assessora que conhecia a vida dos jovens, respeitava a fase juvenil, seus conflitos e caminhava pelas mudanças de fases, respeitando e desenvolvendo o protagonismo naqueles jovens.

Já o então Padre Miotello era referência religiosa, política e intelectual,

proporcionou aos jovens romper seus círculos de vivência e olhar a realidade da sociedade por outras perspectivas. Miotello teve a função de ser referência para rompimentos de tabus na sociedade da época. Sua participação foi decisiva como figura questionadora, de certa forma até revolucionária, sendo responsável em apresentar os princípios do Cristianismo da Libertação, com visitas aos presídios e na região de prostíbulos, levando a oração do terço e noite de vigílias no sacrário. Aliás, seu lado radical o colocou numa imagem de “mito” da época deste ex-padre que, sem dúvidas, carece de mais estudos e pesquisas, pois seu envolvimento não foi apenas neste grupo, Miotello exerceu influência sobre projetos eclesiais, políticos e sociais em Criciúma.

Foram utilizados dois instrumentos para análise do grupo, as Atas como recurso documental e as entrevistas como técnica de aprofundarmos e entendermos a formação do grupo. Percebemos que a vivência dos adolescentes desenvolveu a formação daqueles indivíduos, de forma religiosa, social, política, comunitária e pessoal, por meio de uma ação dialógica e de protagonismo juvenil.

A experiência coletiva proporcionou um processo de consciência dos participantes, desenvolvendo protagonismo por meio de palavras utilizadas com a relação entre os integrantes e o mundo. Pois, como afirma Paulo Freire (2017), é no diálogo, ou seja, na palavra, que os homens e as mulheres se conscientizam e refletem sobre a realidade que os cerca através das experiências vivenciadas. Todo este processo de autonomia e de liberdade na compreensão dos sentidos foram mediados pela opção eclesial.

Nesse contexto, o grupo desempenhava um papel essencial ao fornecer ferramentas teóricas, práticas e religiosas para que os jovens pudessem assumir esse papel de protagonistas naqueles espaços e em suas vidas. O desenvolvimento da formação humana teve fundamental importância para o processo de crescimento pessoal, já que por meio do diálogo entre os participantes abriam-se oportunidades para o entendimento enquanto jovens e de como passar pela fase da vida dos conflitos geracionais, familiares, amorosos, de dúvidas sobre o futuro, uso de entorpecentes.

Assim, a realidade que vivenciavam por meio dessas experiências na sociedade proporcionou, de certa forma, a construção de um projeto de vida para cada um destes participantes. Essa abordagem integral que reconhece a complexidade da realidade juvenil e a importância de uma formação que promova o crescimento integral foi verificada principalmente quando abordamos os temas das reuniões realizadas como uma forma de ação dialógica e reflexiva.

A pedagogia participativa e dialógica foi essencial para o grupo. Através das

reuniões em que a metodologia era baseada em temas geradores o debate de ideias acontecia, incentivando-os a expressarem suas opiniões, a escutar os outros e a trabalhar em equipe para buscar ações aos desafios apresentados a partir de uma realidade social. Essa abordagem fortalece a capacidade dos jovens de se tornarem agentes de mudança, engajados em ações concretas e projetos que contribuam para a transformação social. Era através do diálogo que os jovens eram desafiados a questionar estruturas de poder existentes e buscar mudança e na construção de uma juventude crítica e comprometida com a possibilidade de um mundo mais democrático e solidário.

Uma das principais contribuições do Grupo Aliança foi a oportunidade do exercício da democracia. Uma destas marcas foi o conviver com o contraditório e o conflito. A possibilidade do embate de ideias criou naqueles jovens mecanismo para conscientização da sociedade em que viviam. É necessário recordar que a democracia no início da década de 1980 tinha um valor consolidado na sociedade, e era ainda mais importante para os jovens em experiência eclesial com princípios de matrizes discursivas da Teologia da Libertação. O Grupo Aliança fazia parte de uma das tendências, que, segundo Sader (1988), era responsável pela nova democracia brasileira juntamente com o novo sindicalismo e o novo partido de esquerda (PT), inseridos neste processo de construção como novos atores em cena num Brasil pós-Ditadura Militar.

A democracia proporcionada pelo diálogo coletivo moldou jovens, passando por uma experiência nova, com a possibilidade de falar sobre a realidade social, sobre a vida, sem medo de serem presos por expressar seu pensamento. O Grupo Aliança é um dos primeiros, dentre tantos que iniciaram naquele momento, a aglutinar jovens nesta perspectiva democrática com influência da Igreja. Muito influenciado pelo padre Miotello, que vinha de uma nova formação eclesial baseada na Teologia da Libertação, seu ministério o levava a assumir a organização de diversos grupos e estar presente em realidades sociais dos mais excluídos, gerando assim uma perspectiva político-social aos jovens que participavam.

Democracia esta que para Marilena Chauí deve ser vista como um projeto coletivo e emancipatório, que busca a igualdade e a justiça social. A vivência no Aliança permitiu este projeto coletivo e o processo emancipatório. A possibilidade do contraditório como expressão democrática traz a perspectiva de acomodar e enfrentar diferentes formas de pensar, promovendo a troca e o embate entre diferentes pensamentos. O grupo não experimentou a imposição de uma visão única, pelo contrário, discutiu a importância da tolerância e do respeito às diferenças para a construção de uma sociedade democrática, deixando marcas em quem participou e vivenciou tais conceitos para a vida.

O vivenciar coletivo destes jovens proporcionou experiências diversas e futuros múltiplos. Porém, isso não impediu que a formação tivesse sucesso para a vida dos indivíduos, como ambos os participantes entrevistados lembraram e dedicaram ao grupo sua formação humana, reconhecendo a experiência naquele momento como de extrema importância para a formação de seus ideais atuais.

No desenvolver deste trabalho, observamos que a formação dos jovens da Pastoral da Juventude está profundamente enraizada em valores como solidariedade, justiça social, igualdade. É possível destacar que a formação no grupo não se limitou ao desenvolvimento individual, mas buscou criar uma consciência coletiva e um senso de responsabilidade em relação à realidade.

Por fim, os jovens que participaram do Grupo de Jovem Aliança tiveram uma formação humana baseada nos princípios e valores do Cristianismo da Libertação, mantiveram valores cristãos mesmo não mais participantes da estrutura eclesial. Por meio do diálogo proporcionado pela metodologia dos temas geradores, o protagonismo juvenil e com ele o valor de uma sociedade democrática e solidária foi desenvolvido nestes cidadãos que hoje valorizam a importância do coletivo.

O grupo não formou apenas lideranças sindicais e partidárias. Antes de mais nada, teve como principal função garantir uma formação crítica e com a possibilidade de, com liberdade, escolher qual caminho seguir, fazendo suas próprias leituras de mundo. É fundamental destacar ainda que esta experiência é a primeira dos jovens, que após 1982 seguiram caminhos diversos, mas influenciados pelo Aliança, responsável direto na gestação destes indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. A visão da juventude no Brasil: um panorama histórico. *In*: COSTA, Antonio Carlos Gomes (org.). **Protagonismo juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000. p. 168-173.
- ABRAMO, Helena, Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALBUQUERQUE, Francisco das Chagas de. Decolonialidade e libertação da teologia na América Latina: da libertação à decolonialidade. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 51, n. 3, p. 555, 2019. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/4370>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- ALVES POLI, Solange Maria. **Freire e Vigotski**: o diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico-cultural. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ARNS, Paulo Evaristo. **O que é igreja**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BETTO, Frei. **O que é comunidade Eclesial de Base**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.
- BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997.
- BOFF, Leonardo, **Do lugar do pobre**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos**. Saúde e Sociedade [online]. 2009, v. 18, n. 3, p. 411-423.
- BORAN. Jorge. **O senso crítico e o método ver-julgar-agir**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1977.
- BORAN. Jorge. **Juventude, o grande desafio**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- BORAN. Jorge. **O futuro tem nome**: sugestões práticas para trabalhar com jovens. São Paulo: Paulinas, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTRO, Lúcia Rabelo de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 4, p. 479-487, dez. 2009.

CELAM. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**: Conclusões da Conferência de Puebla. São Paulo: Paulinas, 1983.

COELHO, Allan da Silva; MALAFATTI Fernanda. Paulo Freire e o cristianismo da libertação: contribuição do conceito de visão social de mundo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2116638, p. 1-16, mar. 2021.

COMBLIN, José. **O Povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Pastoral da Juventude no Brasil**. Coleção Estudos da CNBB número 44. São Paulo: Edições Paulinas, 1986

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil**. Estudos da CNBB, nº 76. São Paulo: Paulus, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Evangelização da Juventude**: Desafios e perspectivas pastorais. São Paulo: Paulinas, 2007.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil**: subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

DICK, Hilário. **O caminho se faz**: História da Pastoral da Juventude do Brasil. Porto Alegre: Instituto da Pastoral da Juventude, 1998.

DICK, Hilário. **O caminho se faz**: história da Pastoral da Juventude do Brasil. Porto Alegre: IPJ, 1999.

DICK, Hilário. **Mínimo do mínimo para anunciar uma boa-nova à juventude**. Curitiba: Champagnat, 2013.

DUSSEL, Enrique. **Caminhos de Libertação Latino-americana**. Reflexões para uma Teologia da Libertação. São Paulo: Paulinas, 1984.

FREIRE, Ana Maria de Araújo. **Paulo Freire**: uma história de vida. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**. Lisboa: Edições Base, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança - um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, André Luís Castro de; FREITAS, Luciane Albernaz de Araújo. A Construção do Conhecimento a partir da realidade social do educando. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 365-380, jan./abr. 2018.

FREITAS, A. S. de. Utopia. In: STRECK, D. R.; RENDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 4, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e Redes Solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, **Cadernos do Cárcere**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.

GROPPO, Luís Antonio, Juventude: **Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história – A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Reginade (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-28.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28. 2002.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Trad. Cristina Antunes, João W. Geraldi. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LE GOFF, Jack. **História e memória**. Tradução de Suzana Ferreira Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jack. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p. 509-524.

LE GOFF, Jack. Uma história do corpo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. [original: 2003].

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.

LÖWY, Michael; SOFIATI, Flávio Munhoz.; ANDRADE, Luis Martínez. Apresentação: Cristianismo da libertação e Teologia da libertação na América Latina. **Sociedade e Cultura**, [S.l.], v. 23, e64381, p. 1-9, 2020.

MANDELLI, Bruno. A construção das masculinidades dos trabalhadores das minas de carvão em Santa Catarina (1940-1970). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 14, p. 1-19, 2022.

MARQUES, Luciana Pacheco; MARQUES, Carlos Alberto. Dialogando com Paulo Freire e Vygotsky sobre educação. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, 29, p. 1-14, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1993.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. **Educação e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

MAUAD, Ana Maria; CAVALCANTE, Paulo. **História e documento**. vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

MIGNOLO, Walter. **La Idea de América Latina**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

NORA, Pierre. Entre a Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

NOVAES, Regina Reyes. **Religião e política: sincretismos entre alunos de Ciências Sociais**. Comunicações do ISER, n. 45, p. 62-74, jan./abr. 2023.

OLIVEIRA, Rogério de. **Pastoral da Juventude: e a Igreja se fez jovem**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

OLIVEIRA, Rogério de. **Pastoral da Juventude: e a Igreja se fez jovem**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

PARÓQUIA DIVINO SALVADOR. **11º DOMINGO do Tempo Comum. Evangelho – Mc 4,26-34**. 2015. Disponível em: <http://www.paroquiadivino.org.br/index.php/o-grao-de-mostarda-mc-426-34/>. Acesso em: 20 out. 2022.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a Teoria Pós-Colonial Latino-Americana. **Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 181-199, 2014.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *In*: FÁVERO, Osmar *et al.* **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007. p. 13-28.

PIETRANERA, Fernando Glucklich. **A opção preferencial pelos pobres nas conferências gerais do CELAM**. 2019. Dissertação (Especialização) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Teologia, Porto Alegre, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RABELO, GIANE. **entre os hábitos e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX**. 2007. Tese (Especialização), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

RELATÓRIOS DAS ASSEMBLÉIAS DA PASTORAL DA JUVENTUDE DE SANTA CATARINA.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAVIANI, Dermeval. Breves Considerações sobre Fontes para a História da Educação. *In*: _____ LOMBARDI, José Claudinei. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP, 2004.

SILVA, Rafael Pereira da. **A autonomia aparente: Formação, trajetória e relações políticas de um Centro de educação popular em Criciúma (CEDIP) 1983-1998**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2006.

SILVA, Marcos Vieira. **Processo grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Juventude Católica – O novo discurso da Teologia da Libertação**. São Carlos: EduFSCar, 2012.

STRECK, Danilo Romeu. Cinco razões para dialogar com Paulo Freire. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 1-18, dez. 2011.

TEIXEIRA, Carmem Lúcia (Org.). **Passos na travessia da fé: metodologia e mística na formação integral da juventude.** São Paulo: CCJ- Centro de Capacitação da Juventude, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VITALI, Marli Paulina. **União dos Estudantes Secundários de Criciúma (UESC): entre o conservadorismo e a resistência.** 2013. Dissertação (Especialização) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós Graduação em Educação, Criciúma, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEBER, Normelio Pedro. **Pastoral da Juventude em Santa Catarina e a gestão de militantes para o movimento popular.** 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado em Sociologia Política, Florianópolis, 1990.

WEFFORT, Francisco C. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade. *In*: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 3-26.